Nº VII
Nova fase

Editorial
Ensaios
Entrevista
Resenhas
Homenagens póstumas
Memória
Noticiário

Revista da Academia Brasileira de Filologia

2010

REVISTA DA
ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

N.º VII
NOVA FASE
2010

REVISTA DA
ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Nova Fase
Nº VII - 2010

EXPEDIENTE

Diretor:
Leodegário A. de Azevedo Filho

Coordenador executivo:
Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe:
Manoel Pinto Ribeiro

Secretário:
Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade:
José Pereira da Silva

CONSELHO HONORÍFICO
Constituído por todos os sócios correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO
Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiniano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria

Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio 2010 a maio de 2012

Presidente
Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente
Ricardo Stavola Cavaliere

Primeiro Secretário
Amós Coêlho da Silva

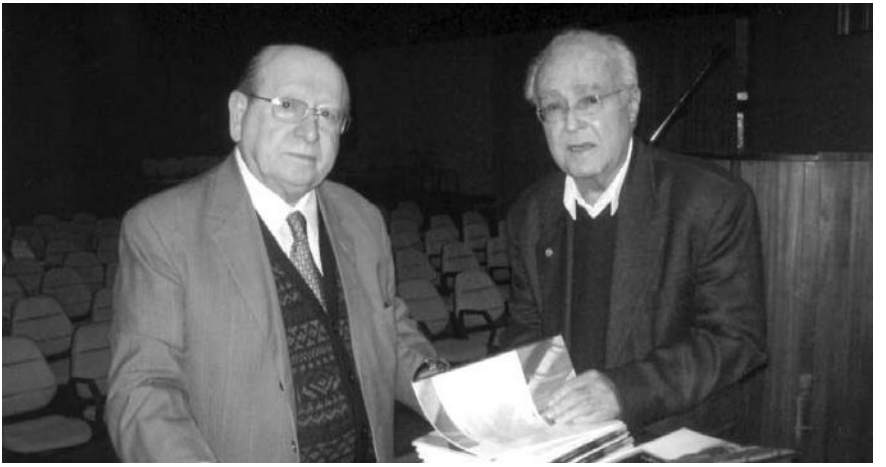
Segundo Secretário
Edila Viana da Silva

Tesoureiro
José Mário Botelho

Bibliotecário
Manoel Pinto Ribeiro

Relações Públicas
José Pereira da Silva

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL 7

ENSAIOS

1. **Amós Coêlho da Silva** – *Enunciação e verossimilhança* 9
2. **Antonio Nunes Malveira** : 1. *A Educação na República de Platão;* 2. Conferência realizada na ACADEMIA DE CIÊNCIAS, ARTES E LETRAS DO CEARÁ, localizada no Rio de Janeiro (1994) 24
3. **Claudio Cezar Henriques** – *Revendo estilística sintática* 29
4. **Gilberto Mendonça Teles** – *O claro-escuro da transparência literária* 41
5. **Horácio Rolim de Freitas** – *Aspectos sincrônicos e diacrônicos da língua portuguesa*..... 56
6. **João Bortolanza** – *Qui sunt hi sermones ... et estis tristes?* Latim e Retórica no Sermão (II) da 1ª. oitava da Páscoa..... 69
7. **José Mario Botelho** – *Considerações sobre a concepção de CÂMARA JR. acerca do gênero do substantivo em português*..... 77
8. **Leodegário A. de Azevedo Filho** - *Camões e a poética da utopia na "Ilha dos Amores"*..... 87
9. **Luísa G. Lessa** Karlberg – *Conservantismo e inovação na linguagem do estado do Acre*..... 90
10. **Manoel P. Ribeiro** – *Formação discursiva sobre a mulher negra na MPB (1930-1945)*..... 103
11. **Marina Machado Rodrigues** – *A propósito das epígrafes à écloga V, de Luís de Camões* 123

ENTREVISTAS

A primeira entrevista foi realizada com o acadêmico Luiz César Saraiva Feijó, autor do livro *Futebol falado*, lançado antes da copa do mundo de 2010. É o quinto livro do pesquisador, sobre linguagem do esporte..... 128

Há, também, uma entrevista do Prof. Claudio Cezar Henriques, concedida em Macau, China, sobre a reforma ortográfica..... 132

RESENHAS
As resenhas descrevem as importantes obras do Prof. Luiz César Saraiva Feijó e de Hilma Ranauro. 139

HOMENAGENS PÓSTUMAS
Esta seção reverencia as memórias de JOSÉ VENICIUS MARINHO FRIAS e NESTOR DOCKNORN..... 145

MEMÓRIA
A seção de memória mostra conferência do confrade Antônio Nunes Malveira. 149

NOTICIÁRIO
O noticiário revela fatos importantes da ABRAFIL, ocorridos em 2009 e 2010..... 155
Finalizando, há diversas fotos de eventos da ABRAFIL.....

EDITORIAL

Este número traz a contribuição importante de diversos acadêmicos, com os seguintes temas:

1. **Amós Coêlho da Silva** – *Enunciação e verossimilhança*.
2. **Antonio Nunes Malveira** : 1. *A Educação na República de Platão;* 2. Conferência realizada na ACADEMIA DE CIÊNCIAS, ARTES E LETRAS DO CEARÁ, localizada no Rio de Janeiro (1994).
3. **Claudio Cezar Henriques** – *Revendo Estilística sintática.*
4. **Gilberto Mendonça Teles** - *O claro-escuro da transparência literária.*
5. **Horácio Rolim de Freitas** – *Aspectos sincrônicos e diacrônicos da língua portuguesa.*
5. **João Bortolanza** – *Qui sunt hi sermones ... et estis tristes?* Latim e Retórica no Sermão (II) da 1ª. oitava da Páscoa.
6. **José Mario Botelho** – *Considerações sobre a concepção de CÂMARA JR. acerca do gênero do substantivo em português.*
7. **Leodegário Amarante de Azevedo Filho** - *Camões e a poética da utopia na "Ilha dos Amores".*
8. **Luísa Galvão Lessa** Karlberg - *Conservantismo e inovação na linguagem do Estado do Acre*.
9. **Manoel Pinto Ribeiro** – *Formação discursiva sobre a mulher negra na MPB (1930-1945)*
10. **Marina Machado Rodrigues** - *A propósito das epígrafes à écloga V, de Luís de Camões.*

A entrevista foi realizada com o acadêmico Luiz César Saraiva Feijó, autor do livro *Futebol falado*, lançado antes da copa do mundo de 2010. É o quinto livro do pesquisador, sobre linguagem do esporte.

Há, também, uma entrevista do Prof. Claudio Cesar Henrique, concedida em Macau, China, sobre a reforma ortográfica.

As resenhas descrevem as importantes obras do Prof. Luiz César Saraiva Feijo e de Hilma Ranauro.

A seção de memória mostra conferência do confrade Antônio Nunes Malveira.

O noticiário revela fatos importantes da ABRAFIL, ocorridos em 2009 e 2010.

Finalizando, há diversas fotos de eventos da ABRAFIL.

Esperamos ter cumprido mais um objetivo da Academia Brasileira de Filologia, com a ajuda de nobres acadêmicos que realizam, com grande empenho, as atividades específicas.

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO
Presidente da ABRAFIL

ENUNCIAÇÃO E VEROSSIMILHANÇA

Amós Coêlho da Silva
(ABRAFIL e UERJ)

INTRODUÇÃO

É com Platão (427 – 347 a.C.) que surge (MOISÉS, 1974: MIMESE) o termo 'mímesis' para comentário literário; começa no Livro III, da *República,* mas, de fato, é no IX e X, que ele parte de ENUNCIAÇÃO E VEROSSIMILHANÇA

1 – "um modelo no céu" (592 b), indicando o real como ideal. Considera, então, três graus da realidade / verdade: a) uma criada por Deus, b) uma segunda, a do artífice e c) a do artesão (595 e ss.). Com o exemplo do "marceneiro" como "artífice da cama", um segundo grau da verdade, pois detém vestígios em sua memória daquilo que Deus, de fato, criou. Assim, existe Deus que criou e o artífice, ou o marceneiro, que, de sua reminiscência, a fabricou num segundo plano. Um pintor ou um poeta trágico é um imitador da aparência, ou de um segundo grau; donde, sua verdade pictórica ou trágica de terceiro grau. Sócrates, personagem destes diálogos, para expor as ideias platônicas dirá:

> Por conseguinte, a arte de imitar está bem longe da verdade, e se executa tudo, ao que parece, é pelo fato de atingir apenas uma pequena porção de cada coisa, que não passa de uma aparição. Por exemplo, dizemos que o pintor nos pintará um sapateiro, um carpinteiro, os demais artífices, sem nada conhecer dos respectivos ofícios. Mas nem por isso deixará de ludibriar as crianças e os homens ignorantes, se for bom pintor, desenhado um carpinteiro e mostrando-o de longe com a semelhança, que lhe imprimiu, de um autêntico carpinteiro. (PEREIRA, 1949: 457 - tradução)

Rechaça Platão a imitação, mas seu discípulo Aristóteles a retoma. Aristóteles (384 – 322 a.C.), na Poética, 1447 a, considera por quais maneiras se imita num um enunciado, se se quer construí-lo como a mais bela poesia. No capítulo IV, sobre a origem da poesia, Aristóteles atribui a duas causas (imitação e conhecimento):

> A tendência para a imitação é instintiva no homem, desde a infância. Neste ponto distingue-se de todos os outros seres, por sua aptidão muito desenvolvida para a imitação. Pela imitação adquire seus primeiros conhecimentos, por ela todos experimentam prazer. (...) A causa é que a aquisição de um conhecimento arrebata não só o filósofo, mas todos os seres humanos, mesmo que não saboreiem durante muito tempo essa satisfação. (...) Como nos é natural a tendência à imitação, bem como o gosto da harmonia e do ritmo (pois é evidente que os metros são partes do ritmo), na origem os homens mais aptos por natureza para

> estes exercícios pouco a pouco foram dando origem à poesia por suas improvisações. (1448 b / CARVALHO,1964: 266)

Declara Aristóteles, no capítulo VI, que *a imitação de uma ação é o mito (fábula)* (Idem: 271). Mais adiante, no IX, comparando o poeta com o historiador, observa que o historiador aponta o que, por exemplo, Alcebíades faz / fala, mas o poeta imita o que ele faria / falaria, mas em sentido geral (καθόλου). Assim, o discurso poético é uma metáfora, representa o verossímil, embora dê nomes particulares, como Alcebíades. Assim, na comédia, os autores dão aos personagens nomes fantasiados e lhes creditam atos verossímeis, mas, na tragédia, se preferem nomes que existiram.

Se tivéssemos de aproximar enunciação / enunciado teoricamente dos termos aristotélicos, poderíamos retomar (1452 a) peripécia (acontecimento imprevisto) / conhecimento (anagnórise). A mudança (μεταβολή) de ação em direção contrária por consequência deve ser conforme a verossimilhança (εικός) ou necessidade (ανάγκη). Cita Aristóteles *Édipo Rei*, de Sófocles, quando o mensageiro chega e, pensando que ajudará Édipo a se livrar do pesadelo em relação à sua mãe, revela a morte de Pólibo, rei de Corinto, mas, não notando o mensageiro propriamente sua expressão de alívio, já que, assim sendo, não se cumprirá aquela profecia de ele, Édipo, matar seu próprio pai, diz a ele, por equívoco, que Pólibo não era seu pai legítimo, embora o chamasse de filho, mas o fazia com vocativo carinhoso. Esta informação produziu efeito contrário, resultou no reconhecimento, ou seja, fez Édipo passar da ignorância ao conhecimento. Isso mudou o rumo da ação dramática (peripécia): agora Édipo tem então mais certeza de sua culpa ('hamartía').

Relata Aristóteles outras espécies de reconhecimento. Observa que a constituição da fábula contém reconhecimento e peripécia, bem como o acontecimento patético, a catástrofe. No capítulo XIII (1452 b), A mais bela tragédia é aquela cujos fatos, por ela imitados, são capazes de excitar o temor (φόβος) e a compaixão (έλεος)(promovendo a catarse, a purificação) (pois é essa a característica deste gênero de imitação).(...) (1453 a):

> O que acontece é disso uma prova: outrora os poetas serviam-se de qualquer fábula; em nossos dias, as mais belas tragédias ocupam-se de reduzidíssimo número de famílias, por exemplo, das famílias de Alcméon**,** Édipo, Orestes, Meléagro, Tiestes, Télefo, e outras personagens idênticas, que tiveram de suportar ou cumprir coisas terríveis.

1.1 – A criatividade enunciativa

Retomemos de Ferdinand de Saussure (1857 – 1913) em relação à dicotomia *Langue / parole* na extensão binária de suas respectivas características (CASTELAR, 1997: 73):

> LANGUE [1. social; 2. homogênea; 3. sistemática; 4. abstrata; 5. constante; 6. duradoura; 7. conservadora; 8. ideal; 9. permanente; 10.

> supra-individual; 11. essencial; 12. psíquica; 13. instituição; 14. essência; 15. potencialidade; 16. fato social; 17. unidade; 18. forma; 19. produto; 20. indivíduo subordinado; 21. instrumento e produto da 'parole'; 22. sistema; 23. adotada pela comunidade; 24. potencialidade ativa de produzir a 'parole'; 25. necessária para a inteligibilidade e execução da 'parole'; 26. competência // PAROLE [1. individual; 2. heterogênea; 3. assistemática; 4. concreta; 5. variável; 6. momentânea. 7. inovadora; 8. real; 9. ocasional; 10. individual; 11. acidental; 12. psicofísica; 13. práxis (ação); 14. existência; 15. realidade; 16. ato individual; 17. diversidade; 18. substância; 19. produção; 20. indivíduo "senhor"; 21. 'langue' em ação; 22. realização; 23. surge no indivíduo; 24. faz evoluir a 'langue'; 25. necessária para que a 'langue' se estabeleça; 26. desempenho.

Leiamos as considerações de Benveniste (2006: 83):

> O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Charles Sanders Peirce (1839- 1914) havia denominado Semiótica para o projeto que Saussure chamou de Semiologia. Não se conheceram, mas foram coetâneos. Peirce concebeu um sistema de significação como uma doutrina dos signos, por exemplo, a maioria das palavras são SÍMBOLOS, mas algumas são ÍNDICES, como os pronomes. Não há na sua interpretação a preocupação com a função. Em Saussure, há o projeto de estudo da vida dos signos no seio da vida social. Enumera como sistemas semiológicos os ritos e os costumes. No entanto, coloca a linguística como ramo da semiologia, o que em Roland Barthes, inverte a semiologia é que é um ramo da linguística, porque, por analogia, com os elementos do código linguístico, os elementos de outros códigos assimilam propriedades peculiares àqueles do código linguístico: "Todo sistema semiológico se impregna de linguagem." (*apud* DUBOIS *et alii,* 1978: SEMIOLOGIA)

Na linguagem estritamente verbal, a manifestação da estrutura formal e funcional dessa linguagem se dá pela enunciação, que contém cada característica da *parole* saussuriana descrita acima. É a enunciação que contém uma dada situação. No sintagma construído pela enunciação, há em cada unidade linguística, seja um fonema, pertencente à segunda articulação, seja uma desinência ou semantema, pertencente à primeira articulação, um desempenho de signo. Assim, se na linguagem não verbal a elevação da temperatura do corpo pode ser sígnica, e ainda indicial de uma iminência de enfermidade (equivalente ao índice em sua relação de contiguidade com

a realidade exterior, conforme Ch. Peirce), o elemento de segunda articulação, que, por natureza, é dotado de uma não percepção imediata de significação, como o é um fonema na articulação da linguagem verbal, o /b/ (oclusivo, bilabial sonoro), seguido do /s/, constritivo, fricativo, alveolar, surdo, na aliteração de Castro Alves, *in O Navio Negreiro – Tragédia no Mar*: Auriverde pendão da minha terra, / Que a brisa do Brasil beija e balança... passa a uma possível associação de nossa bandeira com o sublime, mas enxovalhada pelo uso em situação tão espúria à sua condição de sublime como é a da escravidão. É neste espaço da harmonia imitativa que reside uma dentre múltiplas possibilidades de Castro Alves fundar / aprofundar / relacionar o "real" no mundo poético/ verossímil.

Cada signo da enunciação tem o mesmo valor de referência numa comunidade. É na enunciação que está depositada a ideia do que é a função de um signo, mas ela pode oferecer uma fórmula exemplar. *Ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva* (BENVENISTE, 2006; 63) É na enunciação que se pode criar sentido, que é diferente de significado; por isso, não é pelo alinhamento semântico das palavras, mas sim quando a intenção se concretizar num relacionamento como processo de apropriação.

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o "sentido" se forma em "palavras", em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação (BENVENISTE, 2006; 83).

Comenta Jean Dubois *et alii* (1978: SENTIDO):

> Para F. de Saussure, o sentido de um signo linguístico é constituído pela representação sugerida de um signo quando de sua **enunciação**. (Grifo nosso) Citam ainda os linguistas franceses enfoques múltiplos de Saussure, como: o sentido aparecia como resultado de uma segmentação, como um valor que emanava do sistema, como um fenômeno associativo.

2 – O CRÍVEL EM CASTRO ALVES

Uma leitura do enunciado pode não se preocupar com a enunciação. Esta seria uma atitude para definir o discurso literário como expressão do real e de certo modo uma leitura imanente. Antes de ler o texto de *O Navio Negreiro – Tragédia no Mar,* já haveria propostas segmentadas na História, na Geografia, na Navegação, na programação social e histórica, etc. e com tal instrumental deixa-se escapar a máscara poética do *auctor,* ou seja, *o fundador.*

Numa tomada iterativa, Castro Alves nos insere em "pleno mar" e desloca o "pleno mar" para um local aprazível, onde se pode "Sentir deste painel a imensidade!..." Recria / condensa um ambiente de liberdade como "doce harmonia", "música

suave", "canto ardente". Fixa-se um sentido, uma verdade, *uma função de semelhança acima da diferença, (...) é um segundo grau da relação simbólica de semelhança.* Deriva o Poeta para "Homens do mar!", embora não importe o berço "do nauta", há um interesse do Poeta, conforme o seu pedido de auxílio à "águia do oceano", o Albatroz, símbolo do "Condoreirismo" do "Poeta dos Escravos". Assim:

Um discurso é sintaticamente verossímil se houver possibilidade de fazer derivar cada uma de suas sequências da totalidade estruturada que é esse discurso. O verossímil depende, pois, de uma estrutura com normas de articulações particulares, de um sistema 'retórico' preciso: a sintaxe verossímil de um texto é o que o torna conforme às leis da estrutura discursiva dada (às leis da retórica).(KRISTEVA, 1972: 51, grifo da Autora)

De modo que a Autora cria o termo *verossímil sintático*, equivalente de um *verossímil retórico*: *o verossímil existe numa estrutura fechada e para um discurso de organização retórica.* (Idem: 52) Cada texto formaria uma *verossimilhança semântica* e, por fornecer *o efeito de assemelhar-se*, resultará de um processo sintático um *verossimilização semântica,* obtida no artesanato linguístico da enunciação do Poeta. Neste sentido, poderíamos afirmar que Aristóteles, conforme capítulo 25 (1460 b), poderia ter dito que 'a arte é a imitação da vida como ela deveria ser' quando apresentou a seguinte manifestação:

> Sobre os pontos controversos e sobre as soluções, sobre seu número e diferentes espécies, alguma luz derramarão as considerações seguintes: sendo o poeta um imitador, como é o pintor ou qualquer outro criador de figuras, perante as coisas será induzido a assumir uma das três maneiras de as imitar: 1) como elas eram ou são, 2) como os outros dizem que são 3) ou como parece serem, ou como deveriam ser. (Idem: 216, a numeração introduzida é nossa)

Castro Alves está, com o mesmo desempenho da *langue* de Saussure, a fundar 'valores':

> Quand on parle de la valeur d'un mot, on pense généralement et avant tout à la propriété qu'il a de représenter une idée, et c'est là en effet un des aspects de la valeur linguistique. Mais s'il en est ainsi, en quoi cette valeur diffèrent-elle de ce qu'on appelle la signification? Ces deux mots seraient-ils synonymes? Nous le creyons pas, bien que la confusion soit facile, d'autant qu'elle est provoqueé, moins par l'analogie des termes que par la délicatesse de la distinction qu'ils marquent. (SAUSSURE, 1962: 158)

O comentário de Jean Dubois *et alii* nos ajuda a elucidar este passo:

> metáforas consagradas por F. de Saussure ao sentido permitem, assim, a seguinte abordagem: o sentido provém de uma articulação do

> pensamento e da matéria fônica no interior de um sistema linguístico que determina negativamente as unidades.

Ou seja, o poeta é um criador de sentidos.

Na parte II, há referências as ações heróicas, e, portanto, dignificantes, exemplares, de personagens históricas do Velho Mundo, como a ação espanhola, italiana, inglesa e francesa, sendo a inglesa mencionada nominalmente: *Nélson*. Com efeito, cantam-se *os louros do passado / E os loureiros do porvir...* Escalando-se até o*s marinheiros Helenos*. Todos eles sabem *achar nas vagas / As melodias do céu...* – o que não pertence à História, no sentido tradicional ou paradigmaticamente, pois os gregos foram predadores, incendiaram Troia. Para um heleno, o estrangeiro era um bárbaro, sem a menor oportunidade de relações fraternas. Muito menos os colonizadores, eles foram os criadores do Mundo Novo, mas não respeitaram a lei de hospitalidade, como a morte de Montezuma e massacre dos astecas por Hernán Cortez. Sem falar da colonização da África do Sul nos seus aspectos de *apartheid.*

No entanto, a condução dos fatos construídos no discurso poético de Castro Alves - além de enfatizar uma oposição / antítese da segunda parte, que é enaltecimento dos colonizadores, provenientes do Velho Mundo, ou mais radicalmente: um paradoxo à parte VI, ou seja, nesta VI parte, o Brasil, é apresentado como escravagista: *E existe um povo que a bandeira empresta / P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...* – pautado em normas e no bom-senso, é um indicativo da *historicidade* do verossímil: *nasce do 'efeito' da semelhança.* (KRISTEVA, 1972: 51)

A parte III, que serve como estágio para derivação de verossímil sintático para o IV e V, que são caracteristicamente uma ênfase / hipérbole da "cobardia brasileira". Apresentação da III parte dá-se *in medias res*, os escravos já foram aprisionados e estão num navio negreiro, passa-se imediatamente para a IV parte: *Era um sonho dantesco..., cena infame vil (...)* - em contraste / em antítese com a primeira parte: agora é a escravização. Segue-se a V, ainda contrastando com a primeira parte - a invocação ao *Senhor dos Desgraçados! / Dizei-me vós, Senhor Deus! Se é loucura... se é verdade / Tanto horror perante os céus...*

3 – CONCLUSÃO

Aristóteles, Capítulo 25 - 1461 b), afirma: *É preferível escolher o impossível verossímil do que o possível incrível.* Castro Alves deslocou os fatos históricos e os condensou numa nova interpretação, processou uma outra cosmovisão se valendo de metáforas e metonímias, já que o poeta difere do historiador, porque este relata o que aconteceu, e não porque fosse prosa *(pois, se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela)* (...), mas o poeta nos apresenta *o que poderia ter acontecido.* (Capítulo IX – 1451 b)

4– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARISTÓTELES. *Poétique*. Texte établi et traduit par J. Hardy. Paris : Les Belles Lettres, 1932.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão EuropEia do Livro, 1964.

BARTHES, Roland *et alii. Literatura e Semiologia*.Tradução de Célia Neves Dourado. Petrópolis: Vozes,1972.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística II.* Tradução de Eduardo Guimarães et alii. Campinas, SP: Pontes, 2006.

CARVALHO, Castelar. *Para Compreender Saussure*. Petrópolis : Vozes, 1997.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de Linguística*. Tradução de Frederico P. de Barros *et alii*. São Paulo: Cultrix, 1978.

KRISTEVA, Júlia. v. *Barthes, Roland et alii*.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

PLATÃO. *A República.* Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1949.

SAUSSURE, Ferdinand de. Cours de Linguistique Générale. Publié par Charles Bally et Albert Sechehaye. Paris: Payot, Cinquème édition.

AS TAREFAS DA FILOLOGIA

Antônio Martins de Araújo
(UFRJ, ABRAFIL e Academia Maranhense de Letras)

1. Introdução

Estamos diante de uma pergunta, cuja resposta, à primeira vista, não comporta tergiversações nem implica maior compromisso com os outros setores do conhecimento do homem.

Ora, a primeira dificuldade que se nos apresenta é situar bem o problema, para melhor respondido. Inicialmente, temos de saber de qual Filologia se trata. Porque, se levarmos em consideração a evolução dos conhecimentos do mundo ocidental, haveremos de ater-nos ou à Filologia Clássica, ou à Filologia das Línguas Modernas, ou a ambas, cada qual de sua vez.

Em vista disso, teremos de socorrer-nos da Filosofia, para a aquisição dos conceitos exatos; das revistas especializadas, que nos fornecerão a visão atual do problema; e, finalmente, à tradição didática sobre o assunto. É o que faremos.

2. Conceitos de Ciência e Técnica

Cremos ser necessário, antes de formularmos a opção de uma resposta para a indagação acima, conceituarmos inicialmente o que vem a ser Ciência e o que vem a ser Técnica, para, depois de apreciarmos a história, a evolução e as relações recíprocas com os outros ramos do conhecimento humano, verificarmos, com maior margem de segurança, onde enquadrar a Filologia.

Assim é que, segundo Régis Jolivet, Ciência, do ponto de vista objetivo, é: "um conjunto de verdades certas e logicamente encadeadas entre si, de modo que formem um sistema coerente;"[1] enquanto, do ponto de vista subjetivo, é, segundo o mesmo autor: "o conhecimento certo das coisas por suas causas ou por suas leis."[2]

Por outro lado, apesar de se encontrar muita vez hoje confundido com tecnologia, um sentido mais estrito, e mais de acordo com as condições de nossa época, o termo *técnica* designa particularmente os métodos fundados no conhecimento científico, em práticas conscientes e metodicamente elaboradas, em oposição às operações simples e costumeiras, efetuadas sem análise prévia."[3]

Uma vez que vimos os conceitos modernos de Ciência e Técnica, convém agora darmos uma olhada no antigo conceito de Filologia, para um consequente posicionamento da questão.

---

1 JOVILET, Régis. *Traité de Philosophie*. 2ª ed. Lyon-Paris, Emmanuel Vitte, 1945. 1.º vol., p.158-159.

2 *id*., *ibid*. p. 152

3 Enciclopédia Brasileira Mérito. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Edit Mérito, 1963. vol. 19 p. 192-193

3. Filologia Clássica

Certa escola alemã, em voga até bem pouco tempo, hipertrofiava o conceito de Filologia, de tal modo que, tanto no sentido estrito, como no sentido lato do termo, quase todas as Ciências Sociais se subordinavam àquela. Assim o entendia, por exemplo, Gudeman:

> "A) *Filologia* estrictamente considerada: Paleografia, Crítica Textual, Hermenêutica, Gramática e Retórica, Crítica superior (estética o literária) de los autores griegos y latinos.
>
> B) *Filologia* en su más *amplio* sentido comprende el estudio e investigación de la Antigüedad griega e romana en sus más variados aspectos, según nos la ofrecen los diversos documentos literarios y monumentales, que se nos han conservado."[4]

Como observamos, a ênfase é posta em circunstâncias alheias ao objeto, ou pelo menos em aspectos que o cerceiam no tempo e no espaço – a antiguidade greco-romana, e não no objetivo em si. Note-se que a Egiptologia foi incluída posteriormente nesses estudos.

É de tal ordem a vinculação da Filologia à História, que Gerche chega a afirmar: "Filología és Historia, e Historia és Filología. És una sola ciencia en sua objeto y en sus métodos, que tan sólo puede, de momento, dividirse en la práctica, que para nada afecta a su esencia."[5]

Ora, apesar de trabalhar a Filologia, assim como trabalha a História, com documentos, e ter como objetivo a crítica, no moderno e científico senso da palavra, o conceito de Filologia modificou-se muito através dos tempos, e hoje está rigorosamente delimitado, conforme veremos mais adiante.

4. Disciplinas auxiliares

Como vimos, a escola alemã subordinava praticamente todos os ramos das ditas Ciências do Homem ao império da Filologia. De certo modo ainda dentro dessa tradição, Francisco da Silveira Bueno, então catedrático único de Filologia Portuguesa em universidades brasileiras, delimitava assim o campo de sua cátedra:

> "I – *Disciplinas essenciais*: Gramática, Estilística, Poética, História da Língua Portuguesa, História da Literatura.
>
> II – *Disciplinas secundárias*: História da Civilização, História de Portugal, Antiguidades ou Instituições Portuguesas, Mitologia e Religião, Folclore Peninsular.

4 KROLL, Wilhelm. *Historia de la Filología Clásica*. Barcelona-Buenos Aires, Labor, 1928. p. 9.

5 *id*., *ibid*. p. 8.

> III – *Disciplinas complementares*: Arqueologia, Epigrafia, Numismática, Metrologia, Artes, Paleografia, Ecdótica e Hermenêutica, História da Filologia Portuguesa."[6]

Conquanto o professor paulista distinguisse vários graus de complementaridade nessas chamadas disciplinas auxiliares, é de estranhar o papel desprezível que reservou à Ecdótica em sua classificação, subestimando a indiscutível necessariedade de que esta se reveste para a existência daquela.

5. Filologia e Ecdótica

Não há filologia sem documentos escritos. Trate-se de manuscritos, trate-se de textos impressos, impõe-se a Ecdótica como a mais importante das técnicas caudatárias da Filologia. De tal forma é reconhecida a importância daquela, que ainda hoje há quem não faça diferença nenhuma entre o filólogo e o crítico textual, como o fez recentemente Antonio M. Scarcella:

> "Compito del filólogo è quello di costituire il testo di un'opera letteraria, risalendo, per quanto gli è possibile, dalle testemonianze in suo processo all'autografo dell'autore dell'opera stessa. La ricostruzione dell'originale è ciò che si chiama "critica testuale"; la ricostruzione delle fasi storiche, attraverso cui i vari testemoni sono passati, è invece la cosiddetta "storia" del testo."[7]

Quantos manuscritos ainda permanecem à espera do seu editor crítico nas bibliotecas européias e americanas, sobre as coisas que interessam ao Brasil. E quanto, se publicados, elementos forneceriam para estudos filológicos, para o conhecimento de sua época, para apreciação de seus hábitos e ideias. Se as nações mais antigas não esgotaram ainda esse filão, que não dizer do Brasil, país novo que se vem descobrindo paulatinamente nesse setor?

Não há dizer, outrossim, que a Ecdótica, em si mesma, chegou a seus limites. *Mutatis mutandi*, diz-nos respeito igualmente a nós, o tão oportuno aviso de Housman, lembrado por Ham: "Supõe-se que houve progresso na ciência da crítica textual, e o mais frívolo pretendente aprendeu a falar superciliosamente dos antigos dias não científicos. Os antigos dias não científicos são perdurantes; estão aqui e agora."[8]

6. Filologia e Gramática

Houve tempo em que a Filologia andou sendo confundida com a Gramática. Fruto da tradição universitária alemã, Carolina Michaëlis de Vasconcelos conceituava assim a Filologia em 1.912:

---

6 BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de Filologia Portuguesa*. São Paulo, Saraiva, 1954. p. 35.

7 SCARCELLA, Antonio M. Gli studi metolologici di filología clásica nell'ultimo cinquantennio. *Cultura e scuola*. Roma. 10 (38): p. 65.

8 HAM, Edward B. Crítica textual e senso comum. Trad. de Antônio Houaiss. *Revista do Livro*. Rio de Janeiro. 29 (30): p.31.

> "Filologia portuguesa é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional."[9]

Nesse mesmo diapasão, insiste, mais adiante a mestra berlinense:

> "Tanto são *filólogos* os historiadores e investigadores de *literatura*, como os historiadores e investigadores de línguas que procuram resolver cientificamente problemas positivos, historiando e comparando, quer fonéticos, morfológicos, sintáticos – gramaticais, portanto – quer etimológicos, semasiológicos (lexicografos) ou dialectológicos – isto é, de *origens*."[10]

Ora, como vimos, continua ainda a insistência em chamar-se a atenção para os pontos comuns da Filologia com a Gramática, por um lado; e, com a Literatura, por outro.

7. Filologia e Literatura

Aparecendo pela primeira vez o termo φιλόλογος na tradição cultural ocidental, em Platão, com o significado de "bom falador" ou "admirador da boa palavra"; já por Eratóstenes, no século II a.C., é usado com o significado de "muito douto" em relação a si mesmo, significado até há bem pouco tempo corrente. Dois séculos depois, empregaram-no ainda com esse mesmo significado Estrabão e Dionísio de Halicarnasso, contrariamente ao consenso geral helênico, em que, com o sentido específico usado atualmente, preferiam usar χριτχός ou γραμματιχός.

Não é de admirar tanta proximidade semântica, entre esses termos de vez que a Gramática, a Filologia, e mais a Literatura, têm como objeto a palavra. De maneira muito feliz, Gladstone Chaves de Melo situa os campos das duas últimas assim:

"O filólogo, realmente, vê a língua, analisa a língua, as formas, as construções, acompanha, através de documentos cronologicamente sucessivos, a evolução dos fonemas, das formas, do emprego das formas e da construção da frase. Ou induz, de textos relativamente contemporâneos, as normas válidas na época A ou B. Nada disso interessa ao historiador da literatura. Interessa-lhe propriamente, a *mensagem estética*, a *visão da vida*, que tais documentos trazem ou revelam, e isso em bloco, como um todo, sem entrar em detalhes miúdos, sem anatomizar, sem aplicar o microscópio."[11]

---

9 VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa, Revista de Portugal, 1956. p. 156.

10 *id*., *ibid*. p. 154.

11 MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1967. p. 19.

Isso posto, vale dizer que, enquanto o filólogo procura a verdade do texto, o esteta persegue-lhe a beleza.

8. Filologia e Linguística

Têm, desde Meillet, igualmente andado entrelaçados esses dois ramos do conhecimento humano. No alentado volume *Linguística Romana*, de Iorgu Iordan, por exemplo, se recenseiam as teorias, correntes e métodos de linguistas e filólogos de e sobre línguas românicas. Veja-se, por ilustração do que vai dito aqui, a nota bibliográfica que se encontra no final do livro.[12]

Há, portanto, uma ênfase para esse novo tipo de enfoque, deslocando o alvo da ciência em si, ou melhor, ampliando as conquistas da Filologia Românica com as conquistas da Linguística Românica, e pondo tudo sob a mesma égide. Deve-se o fato à intensidade e ao volume de estudos em cada grupo de línguas da Europa. Daí, hoje, periódicos, manuais, repertórios bibliográficos, e toda uma série de publicações, referentes não só à romanística, mas também à helenística, à germanística, à eslavística, etc., etc., etc.

Opondo as duas, Gladstone Chaves de Melo diz:

> "A Linguística, porém, ou Glotologia, ao invés de Ciência aplicada, é uma ciência puramente especulativa. O seu objeto formal é a língua em si mesma, a língua como fato social da linguagem. Não a língua A ou B, mas o *fenômeno-língua*, sua estrutura, seu conteúdo, sua essência, seus processos, suas relações com o pensamento, com o sentimento, com a vontade, com a sociedade, com a cultura, sua evolução, estabilidade e desagregação, causas da estabilidade e fatores de diferenciação, interação linguística, etc., etc.[13]

Muito tem a dever a Linguística, todavia, à Filologia Clássica, pelo rigor científico, pelo aperfeiçoamento dos métodos, em suma, por todo o cabedal cultivado em tantos séculos de trabalhos e pesquisas de devotados sábios. Alguém já disse que todo grande linguista foi antes filólogo. Se Bally realizou a convergência dessas duas disciplinas em seu *Linguistique générale et linguistique française*, Wartburg e Ullmann o apontaram como exemplo.

Em que pese o seu método indutivo – muito embora manipule a observação e a experimentação – podemos concluir pelo caráter especulativo da Linguística, sua natureza inclinada para a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia, indagando sobre o geral em vez do particular, buscando uma explicação ontológica do homem.

---

12 IORDAN, Iorgu. *Linguística Românica*. Madri, Alcalá, 1967. p. 685-688.

13 *op. cit.* p 24.

9. Conceito e objeto da Filologia

Dentro do consenso e da tradição didática e científica ocidental, está visto que a Filologia é também uma ciência histórica, pois que trabalha com a prova testemunhal dos documentos de uma língua ou de uma família de línguas, exercendo permanentemente a análise e a crítica, no sentido moderno e científico que esta última possui.

Numa obra de feição histórica, dentro da tradição alemã já apreciada por nós, e que teve seus préstimos na década de quarenta do século passado, *Lingüística y Filología Clásica*, Antonio Tovar disse:

> "El problema principal còn que se encuentra el filólogo con afán de no perderse en la hojarasca del detalle, és el del exceso de bibliografía. Después de tener que examinar la mucha literatura que hay sobre cualquier cuestión, és muy difícil pensar con frescura y originalidad acerca de ella."[14]

Qual seja o objeto da Filología, será fácil determinar a partir do momento em que tenhamos reconhecido que houve antigamente uma Filologia Clássica, quase totalmente exaurida hoje, e, atualmente, uma Filologia das Línguas Modernas, que cresce dia a dia em quantidade e qualidade de pesquisas e trabalhos. Enquanto aquela se preocupava com a cultura da antiguidade tão distante de nós, esta última se volta para o aqui e agora, e o seu campo continua a oferecer-se prodigamente à fecundação de novas sementes.

Isso posto, vamos chegando ao final de nosso estudo, situando o *corpus* da Filologia das Línguas Modernas:

a) o estudo das origens dos idiomas;
b) as fases de evolução dos fonemas;
c) as relações sintáticas ;
d) as mutações semânticas.

Em suma, repetimos o conceito que Leite de Vasconcelos aplicou à Filologia Portuguesa:

> "Nas minhas preleções entendo de ordinário por Filologia Portuguesa o estudo de nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura olhado sobretudo como documento formal da mesma língua."[15]

10. Conclusão

A noção de Ciência, como a entendemos hoje e já vimos na introdução deste trabalho, - diferente da idéia grega de *episteme* (conjunto de técnicas e habilidades)

14 TOVAR, Antonio. *Lingüística y Filología Clásica* / *Su situación actual*. Madrid, Revista de Occidente, 1944. p. 152.

15 VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1959. p. 9.

e da noção escolástica medieval, vem do século retrasado. A Ciência, por sua vez, bifurca-se em duas grandes áreas: de uma lado, as Ciências Naturais, com *status* reconhecido universalmente, como a Matemática, a Física, a Química e a Biologia com suas ramificações e cruzamentos: e, de outro lado, com *status* discutível, ou apenas parcialmente aceito no mundo atual, as Ciências Sociais, como a Sociologia, a Psicologia e a História, desenvolvidadas a partir do século XIX com as diretivas encontradas atualmente.

O *status* científico é negado por alguns às Ciências Sociais, pelo fato de não terem atingido, segundo eles, a forma aperfeiçoada de conhecimento e formalização daquelas, na pretensão descabida de desejarem para a consecução do *status* científico o rigor dos postulados e princípios, conclusões e deduções da física matemática.

Ora, se se discute em termos relativos (já que de modo absoluto, nem as Ciências Naturais estiveram sempre infesas à imperfeição, à falta de rigor e à falibilidade humana da formulação), face ao objeto em que exerce sua atenção, face à seriedade dos seus propósitos, face ao crescente aperfeiçoamento dos seus métodos e à verdade de suas conquistas, não há por que negar o caráter de ciência aplicável à Filologia que os verdadeiros conhecedores de suas normas vêm praticando nestes últimos anos.

ANEXOS

Para o potencial inexplorado pelos filólogos, veja-se, por exemplo, o que diz Antônio Tovar no capítulo intitulado Filología e Historia — Tendencias más recientes, do seu livro *Lingüística y Filología Clásica*:

> "Los temas filológicos no se encuentran, ni mucho menos agotados: cada nueva época, cada país, cada temperamento personal tienen novedad que decir sobre los más sobados autores y textos."[16]

A respeito da falibilidade das Ciências Naturais, apoiamo-nos no que diz o *Dicionário Crítico de Comunicação*, de Caim Samuel Katz *et alii*:

> "A noção implícita de ciência conteria, como categorias fundamentais, o rigor e a formalização. No entanto, vários exemplos de dentro das ciências naturais sugerem que nem o *rigor* nem a *formalização* constituem o centro, o núcleo da contribuição científica. O fato mais notável é o surgimento da teoria da relatividade restrita em 1905. A contribuição de Einstein, do ponto de vista formal, se limitou a repetir um conjunto de equações chamadas "transformações de Lorentz", que o físico holandês Hendryk Lorentz vinha utilizando desde 1898. O grande avanço de Einstein não foi um avanço *formal*, mas sim *conceitual*. Einstein mostrou, em 1905, qual o significado *físico* das transforma-

16 *op. cit.* p. 141.

> ções de Lorentz, *interpretando-as* através do postulado da constância da velocidade da luz.[17]

Para a necessidade de convergência entre a Linguística Descritiva e a Histórica (vd. p. 9, *in fine*), escutem-se Wartburg e Ullmann:

> "Le résultat auquel nous sommes arrivé clôt en même temps l'hiatus evoque au début de notre étude entre linguistique descriptive et linguistique historique, entre être et devenir, statique et dynamique. Si Saussure avait opposé à la science historique du langage l'exigence d'une science descriptive, et si, dans son livre chargé d'avenir *Linguistique générale et linguistique française*, Bally a realisé cette exigence, la future science au langage doit chercher à atteindre un stade qui unisse lês deux méthodes dans une communauté organique et fasse ressortir avec toute la netteté voulue l'interdépendance du système et du mouvement."[18]

17 KATZ, Caim Samuel; DORIA, Francisco Antônio; & LIMA, Luiz Costa. *Dicionário Crítico de Comunicação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1971. p. 44.

18 WALTBURG, W/ vol & ULLMAN, S *Problèmes et methods de la linguistique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1969. p. 203.

A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA DE PLATÃO

Antônio Nunes Malveira
(PEDRO II e ABRAFIL)

Platão, descendente de família nobre, pertencente à mais alta aristocracia ateniense, por isso, recebeu uma educação esmerada à altura de sua condição social.Teve uma irmã e dois irmãos, Glaucon e Adimanto, os quais aparecem como personagens no seu famoso livro, a República.

Cultivou os estudos da matemática, da música e da poesia, mas seu encontro com o velho Sócrates decidiu sua vocação filosófica. Viajou pelo Egito e, segundo alguns autores, esta viagem lhe foi, intelectualmente, de grande proveito.

De regresso à Grécia estabeleceu-se em Atenas, onde fundou sua famosa Academia, para dedicar-se ao ensino e a profundos estudos de filosofia.

Formou gerações, criou um grande número de discípulos, admiradores seus, entre eles encontramos o imortal Aristóteles que sempre mereceu admiração do mestre.

O gênero literário que escolheu como forma de expressão filosófica foi o diálogo do qual se serviu sempre para confundir o adversário nas discussões e investigações de cunho social, político e filosófico.

Nos diálogos encontramos a multiplicidade de elementos diversos, convicções cheias de vibrações e emoções que procuram conciliar-se entre si. Não foi um espírito lógico e racional, como seu discípulo Aristóteles, mas um lírico e um sonhador.

No entanto, era dotado de uma imensa faculdade de assimilação e de finíssima sensibilidade, deve a Sócrates sua iniciação no método indutivo como base de sua formação para conhecer e penetrar na essência das coisas, dos conceitos universais.

"A teoria das ideias não somente oferece a Platão uma solução do problema do ser e da ciência, mas também a orientação para o sentido prático da vida humana". É em torno dela que se desenvolve todo seu sistema filosófico.

Na obra de Platão percebe-se, nitidamente, o anseio de vida eterna, o problema de Deus, do absoluto e do infinito. É patente sua influência na filosofia cristã. São Justino foi seu discípulo, frequentou com grande assiduidade a escola do mestre grego. "Teve a impressão de haver encontrado nele tudo o que buscava, pois se empolgou pela elevação e pelo e pelo idealismo da especulação platônica e, em particular, pela doutrina da existência de realidade incorpóreas". O que sucedeu mais tarde com Santo Agostinho um de seus mais fervorosos discípulos o mundo cristão. "Ele encontrou na doutrina de Platão a diversidade ideal entre o ser absoluto- o único verdadeiramente digno do nome de ser – e o ser meramente participado". Já na juventude, simpatizava Santo Agostinho com a filosofia platônica, talvez, porque coadunasse mais com seu

temperamento místico e poético. Em Platão teve o conhecimento de Deus e de seu Verbo, por isso, afastou-se do maniqueísmo cuja doutrina não satisfazia sua alma sedenta do verdadeiro amor-Deus.

Platão foi um espírito universal, preocupou-se com as artes, com a estética, com a verdade, com a justiça e com a Beleza Suprema, com todos os problemas que afetam a sociedade humana. Na República ele analisa a questão educacional. A República não é isenta de defeitos, não tem unidade, uma vez que o autor num mesmo capítulo aborda assuntos de natureza diversa, mas o tema central é sempre a justiça, pois, Platão sempre se preocupa com a estrutura de um Estado bem constituído, daí, talvez, sua constante preocupação com a educação da juventude.

Chama atenção para a educação dos jovens que mais tarde seriam os guardiões de cidade, a fim de que eles soubessem discernir entre a justiça e a injustiça. Aconselha o ensino da ginástica que julgava indispensável à fortaleza do preparo físico, porém sintonizado com o ensino da música, para que o homem de aspecto atlético não perdesse sua sensibilidade.

Mostrava, em seus debates, o apreço que se deve ter com os jovens no período de sua formação, porque é, justamente, nesta fase que conseguimos infundir, mais facilmente, na alma juvenil a orientação para vida, redundando mais em benefícios da segurança do próprio Estado. Como filósofo, profundo conhecedor da alma e, sempre atento à influência da arte na formação sociológica, apontou a necessidade de se fiscalizar, não somente os poetas, mas também os demais artistas, quando suas criações trouxessem a marca do vício, da intemperança, da vileza ou da indecência. E os inconsolados com tais resoluções, convenientes à moral social, deveriam ser proibidos de exercer função artística, para não corromper o bom gosto e, consequentemente, os costumes sociais que atingem a mocidade na escola da vida.

Arte, dizia Platão, é aquela que educa e orienta os jovens para a formação de uma sociedade sábia, livres da depravação moral. É necessário que a educação comece desde a infância, precedida de grandes cuidados, para que se prolongue durante a vida. Se o juiz julga a alma humana, aquilata seus defeitos e seus crimes, a condição primordial é ser íntegro, para que tenha a capacidade de sentenciar os delitos alheiros, então não pode ser contaminado pelos maus hábitos na juventude.

As crianças devem ser educadas dentro de um sistema de normas para que na idade adulta sejam justas e operosas, "O hábito da ordem é a base da educação". A educação eminente teórica não é o ideal, não atinge sua plenitude, nem os objetivos comuns, não resolve os problemas prementes da comunidade social, por isso, deve ser conjugada com a prática. "A verdadeira educação é aquela que mais contribui para civilizar os homens em suas relações entre si".

Vai mais além, e dentro do espírito moderno, quando afirma categoricamente que cada indivíduo deve ser aproveitado, de acordo com as suas aptidões, especiali-

zando-se em determinado setor para conservar sua própria unidade. Os cidadãos bem orientados e educados se tornarão homens sensatos e ponderados, tornando a sociedade mais valorosa e dinâmica.

"A alma convenientemente educada, melhor se encarrega de si mesma".

Defendeu os mesmos ensinamentos para os homens e para as mulheres, educação semelhante, já que elas estavam aptas a exercer as tarefas masculinas, portanto, necessário era ministrar-lhe conhecimentos de ginástica, de música, e também a arte de guerra.

O velho filósofo, com sua longa experiência dos homens, reconhecia que o assunto era controvertido, e que, para muitos as mulheres não teriam capacidade de competir com os homens, em todos os setores da atividade humana.– "tendo em vista a grande disparidade de natureza entre o homem e a mulher". Entendia Platão que nenhuma ocupação é própria da mulher como tal, como também ao homem, mas que os dotes naturais estão distribuídos entre ambos. Todas as ocupações próprias dos homens são também das mulheres, só que estas são mais frágeis do que aqueles. A educação deve ter um objetivo na vida e, por isso, o professor deve transmitir aos alunos o que é útil, contudo, procurando sempre cultivar a virtude, ignorando as opiniões contrárias: este é o verdadeiro papel do educador.

Os jovens devem receber uma educação adequada durante o período de crescimento, amadurecer o intelecto para que possam mergulhar no estudo da filosofia e da dialética, ensinamentos perigosos quando não há um estado de espírito bem alicerçado para recebê-los. Platão na sua visão de conjunto recomenda o ensino das ciências exatas, visto que o estudo do cálculo, matemática e da geometria contribui para desenvolver o raciocínio mental do adolescente, mas que se mostre à correlação entre as ciências, e que, tal estudo seja espontâneo e transmitido àqueles que manifestem inclinação para este ramo do conhecimento humano. Com o seu poder de observação, com sua alma sensível aos problemas da família e da sociedade, manda que saibamos conduzir os jovens, pois, o excesso de liberdade degenera em anarquia que, pouco a pouco, se infiltra nos domicílios privados, contagiando a estrutura familiar, donde se conclui a necessidade da hierarquia para o bem da estabilidade social.

Para Platão, a função educadora implica seleção e formação, com profundo sentido social e político, porque dela depende o ideal supremo da comunidade. Considerava a função de governar com a mais excelsa de todas e, por isso mesmo, somente os indivíduos mais capazes e mais preparados especificamente, deveriam ser escolhidos para tão honrosa missão. Platão viveu tão distante de nós, em época tão remota, no entanto, suas teorias continuam tão vivas dentro de nossa sociedade.

Sob alguns aspectos, existe uma semelhança entre suas teorias educacionais e o atual sistema de ensino do mundo moderno o qual determina que se dê ao aluno um ensino prático para a vida, em harmonia com a própria teoria. Esta filosofia está

patente em nosso sistema educacional, em vigor, ordenando a sondagem das aptidões do educando, individualmente, procurando descobrir as tendências de cada um para que o ensino seja ministrado em consonância com o mercado de trabalho.

Mais ainda, que se leve a sério a educação artísticas, física, moral e física, todas indispensáveis à formação de cidadãos dignos da consciência nacional. A competição entre o homem e a mulher em todos os setores de atividade sociais é irrespondível. Ninguém mais censura o fato de uma mulher ocupar cargos públicos ou funções que, em tempos idos, eram privilegiados dos homens. Em todo organismo do Estado, encontramos o sexo feminino, em marcha ascensional e, às vezes desempenhando funções administrativas com segurança e assiduidade.

É a teoria de Platão em pleno funcionamento. Do filósofo e do político. Do homem de visões proféticas, que analisava os costumes de seu tempo e previa o futuro da sociedade. Do homem que defendia a igualdade do sexo, no direito e no trabalho.

Concordamos com a educação moderna, onde se percebe, constantemente, a teoria do mestre grego: A mulher tem todo direito e deve participar da vida social, política e administrativa do país, discutir os problemas cruciantes da sociedade, mas sem deixar de ser a condutora da família, em beneficio da própria comunidade universal.Tudo isto se percebe na marcha do tempo. A sociedade será feliz? Apesar de vivermos em plena era tecnológica, das pesquisas cientificas, das ciências aplicadas, o homem nunca sofreu tanta angústia. Falta-lhe a cultura do espírito como tantas vezes têm afirmado alguns sociólogos espiritualistas que se preocupam com a estabilidade emocional e psíquica da moderna sociedade.

De fato, a civilização que se deixa conduzir apenas pela razão leva uma vida totalmente artificial. E uma verdade insofismável, que a marcha implacável do tempo, encarregar-se-á de confirmar. Mas, como as grandes vitórias são frutos das grandes lutas, juntos destruiremos os obstáculos. Ora, "se o homem é uma síntese do finito e do infinito, do temporal e do eterno" precisa de um pouco de poesia, sem o que ele se tornará um autômato, um eterno desesperado, já que somos frutos do Transcendente.

Preparemos os nossos jovens já abalados pela fé, para a solidez de nossa civilização, sacudida por duas grandes guerras, uma vez que as conquistas definitivas das ciências que deveriam ser postas a serviço de bem-estar humano trouxeram para eles dias incertos, como dizia o padre Franca. Esta luta é nossa como educadores, responsáveis que somos pelo ideal da humanidade. Só a cultura humanística poderá salvar o homem dos rigores da técnica, dando-lhe uma concepção integral da vida e das artes. Esta alta missão cabe a nós que necessitamos de uma formação cultural e psicológica adequadas, para que possamos compreender os sentimentos da juventude, a fim de que ela seja moldada e adaptada à grandeza da Pátria. "Educação é comunicação de vida a vida". Para a formação do homem, para o preparo de uma futura sociedade estável, é necessário que transmitamos aos nossos moços um pouco de estética, de harmonia poética e de humanismo sadio.

Desta maneira, teremos homens fortes, serenos e tranquilos, também uma sociedade irremovível nas suas bases culturais e morais, sempre confiante no seu destino, capaz de repetir com segurança, no dia a dia, o sábio conceito de Horácio: “Fortes creantur fortibus”.

(Conferência pronunciada numa sessão da sociedade dos Romanistas no Colégio Pedro II, na presença do Diretor Geral, Dr. Wandick, acompanhado de seus assessores).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

OBRAS COMPLETAS-AGUILAR.

ETIENNE, Gislon. *História da Filosofia Cristã.* Petrópolis: Vozes, 1970.

FRAILE, Guilherme. *História de La Filosofia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristãos, 1955.

SANTOS, J. Oliveir e PINA, Ambrosio de. *Confissões de Santo Agostinho.* Tradução do original latino.Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1966.

ALMEIDA, Vieira de. *Contra Acadêmicos - Santo Agostinho*. Tradução e Prefácio. Coimbra, 1957.

TRATADOS MORALES. *Santo Agostinho*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristãos, 1954.

MENDONÇA, Eduardo Prado de. *Curso de Filosofia - Regis Jolivet*. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. Editora Agir.

FRANÇA, Padre Leonel. *A Crise do Mundo Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1955.

FRANÇA, Padre Leonel. *Formação da Personalidade*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1958.

KIERHEGAARD, Soren. *Desespero Humano*. Porto.

JOLIVET, Régis. *As Doutrinas Existencialistas*. Prefácio de Delfim Matos. Porto: Livraria Tavares Martins.

AMEAL, João. *Filosofia e Religião. São Tomás de Aquino.* Porto: Livraria Tavares Martins.

REVENDO ESTILÍSTICA SINTÁTICA[19]

Claudio Cezar Henriques
(UERJ, UNESA e ABFRAFIL)

Introdução

Assim como uma frase não é uma reunião aleatória de palavras ou de orações, um texto não é uma reunião aleatória de frases. As decisões de estilo, no que tange à sintaxe do período (simples ou composto) têm a ver, em primeiro lugar, com o domínio do funcionamento dos padrões frasais do português e das combinações que as orações mantêm umas com as outras dentro de uma frase verbal, a que denominamos PERÍODO.

No livro *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto* (HENRIQUES, 2010, p. 95), tratei um pouco desse tema, cabendo aqui aproveitar minhas próprias palavras para discutir como importam as questões sintáticas da frase na qualificação de um texto, pois sua complexidade e expressividade se medem a partir de vários parâmetros.

Não resta dúvida de que um deles repousa na observação da estrutura sintática de seus períodos e parágrafos. Nesse sentido, o estudo da sintaxe é uma das estratégias para desvendar os mecanismos composicionais escolhidos pelo autor de um texto, ainda que ele precise passar pelo caminho da nomenclatura e da fixação das regras básicas do relacionamento sintático para atingir seu alvo maior.

Um texto coeso e coerente se organiza a partir de princípios lógicos, entre os quais se incluem os processos relacionais, que partem de uma "relação-micro" como a que existe entre o núcleo de um termo e seu adjunto adnominal, passam por uma "relação-midi", como a que nos mostra que uma oração é principal porque outra é sua subordinada, e se encerram numa "relação-macro", que confirma por exemplo que uma notícia de jornal ou uma crônica literária teve começo, meio e fim – o que só acontecerá de fato se tiverem sido seguidas as regras elementares de adição, oposição, reiteração, substituição e conclusão, entre tantas outras regras que se baseiam em ampliações dos mecanismos primários expressos pelos conectivos, conjunções, pronomes relativos, pessoais...

Nesse percurso do "mundo-micro", feito com o estudo geral da estrutura da oração, para o "mundo-macro", é preciso examinar como funciona a estrutura do período (o "mundo-midi"), relembrando que esses três "mundos" nada mais são do que uma repetição um do outro, em tamanhos e graus diferentes. É preciso, portanto, frisar que o estudo da estilística sintática, no âmbito do período, é o estudo da expressivida-

19 Versão adaptada de dois dos capítulos do livro *Semântica e Estilística* (Curitiba: IESDE, 2009).

de, da pertinência e da coesão que existe no relacionamento que as orações mantêm entre si no enunciado.

Pretendemos aqui examinar como um período ou frase verbal atua em suas relações discursivas e pragmáticas com o mundo que cerca o texto. É o segundo passo no caminho da almejada qualidade e expressividade textual.

Organização das orações (no período)

Há em português dois tipos de orações, conforme sejam sintaticamente independentes ou dependentes. Se um período dispõe suas orações com independência sintática, dizemos que há COORDENAÇÃO entre elas. Se, porém, as orações mantêm no período uma relação de dependência sintática, falamos em SUBORDINAÇÃO.

Vejamos como acontecem essas relações, examinando algumas frases escritas por Graciliano Ramos no romance *Angústia*.

> (1) Peguei um livro, abri a porta e desci os degraus do quintal, furioso com o amante de D. Mercedes. Velhaco. Devia nas lojas, devia nas mercearias, devia ao alfaiate. Atracado aos usineiros, aos banqueiros, aos homens da Associação Comercial, numa adulação torpe. (1975, p. 53)

O trecho contém quatro frases, sendo a segunda um efeito retórico interjectivo (equivalente muito mais expressivo do que "Era um velhaco"). A quarta frase também não tem um verbo lexicalizado, mas se entende algo como "Vivia atracado...", de modo a deixar implícita a informação redundante para destacar a descrição relevante do tal amante de D. Mercedes. Considerando a inserção dos verbos, essas frases teriam orações independentes absolutas. Sem os verbos, são frases nominais (inseridas em um contexto ou situação).

Interessam-nos, porém, mais os períodos 1 e 3 do exemplo (1). Observemos a sequência de orações independentes de ambos:

Período 1
- oração 1: peguei um livro
- oração 2: abri a porta
- oração 3: e desci os degraus do quintal, furioso com o amante de D. Mercedes.

Período 3:
- oração 1: devia nas lojas
- oração 2: devia nas mercearias
- oração 3: devia ao alfaiate

Nos dois períodos, a opção do escritor foi pela construção de orações independentes – tanto que até poderiam ter sido escritas com a separação por pontos, como temos em (2).

> (2) Peguei um livro. Abri a porta. E desci os degraus do quintal, furioso com o amante de D. Mercedes. Velhaco. Devia nas lojas. Devia nas mercearias. Devia ao alfaiate. Atracado aos usineiros, aos banqueiros, aos homens da Associação Comercial, numa adulação torpe.

É lícito concluir que Graciliano optou por estruturas integradas em frases desse tipo, pois preferiu privilegiar um determinado nível de informação e de descrição, associando-as a um certo ritmo pausado de leitura, típico de estruturas coordenadas.

Suponhamos, porém, que a escolha fosse pela construção com orações dependentes. Uma das possibilidades de reescritura (apenas dos períodos 1 e 3) do trecho nos daria o que está em (3); outra, buscando apenas os usos de estruturas dependentes, nos daria o que está em (4).

> (3) Depois que peguei um livro, abri a porta para, em seguida, descer os degraus do quintal, furioso com o amante de D. Mercedes. Velhaco. Tanto devia nas lojas, como devia nas mercearias e devia ao alfaiate. Atracado aos usineiros, aos banqueiros, aos homens da Associação Comercial, numa adulação torpe.

> (4) Depois que peguei um livro, abri a porta para em seguida descer os degraus do quintal, furioso com o amante de D. Mercedes, porque o considerava um Velhaco, que tanto devia nas lojas, como devia nas mercearias e devia ao alfaiate, o que o obrigava a viver atracado aos usineiros, aos banqueiros, aos homens da Associação Comercial, numa adulação torpe.

Vimos quatro maneiras de construir o mesmo momento da narrativa do romance *Angústia*, de Graciliano Ramos. Não resta dúvida de que a opção do escritor se mostra bastante expressiva, mas sobre as outras três a única coisa inquestionável é que, sintaticamente, elas estão corretas, adequadas e bem escritas. E estilisticamente? Cabe aqui uma boa e saudável discussão a esse respeito.

Isso significa que estruturas sintáticas independentes são melhores do que as dependentes? Ou que, num texto narrativo, elas são mais recomendáveis? Ou então que Graciliano Ramos é que tem um estilo em que predomina a coordenação sobre a subordinação? Obviamente a resposta a essas perguntas é a mesma: **não necessariamente**. É preciso relativizar todas essas coisas e examinar em que circunstância elas ocorrem.

Para comprovar essa "fragilidade dos dogmas sintáticos", vejamos outras duas passagens do mesmo autor, ainda em *Angústia.*

> (5) Marina apareceu, enroscando-se como uma cobra de cipó e tão bem vestida como se fosse para uma festa. Ao pegar-me a mão, ficou agarrada, os dedos contraídos, o braço estirado, mostrando-se, na faixa de luz que entrava pela janela. Isto me dava a impressão de que o meu braço havia crescido enormemente. (1975, p. 67)

> (6) Marina parou diante de uma casinha baixa, hesitou, bateu à porta. Toda a minha atenção se concentrou num olho, porque na esquina em que me achava apenas apresentava à rua uma banda da cara. Quando ela entrou, desentoquei-me, aproximei-me da casinha e vi uma placa azul com letras brancas. (1975, p. 157)

Os três períodos do trecho (5) contêm o predomínio de estruturas dependentes, com orações substantivas, adjetivas e adverbiais, com orações desenvolvidas e reduzidas. Já no trecho (6), observa-se uma combinação entre orações independentes e dependentes dentro do mesmo período: o primeiro contém apenas orações independentes; o segundo, apenas orações dependentes; o terceiro começa com uma oração dependente e prossegue com três independentes.

Algum dos trechos perdeu em expressividade? Claro que não. Isso nos permite concluir que a decisão sobre as estruturas que devem figurar num período depende muito do conhecimento sintático, é claro, mas depende ainda mais da sensibilidade e da percepção estilística de quem escreve.

Referenciação intrafrásica

A relação que existe entre uma expressão linguística e alguma coisa que ela seleciona no mundo real ou conceitual é o que se chama REFERÊNCIA. "Uma expressão linguística que refere ou aponta para alguma coisa no mundo não linguístico é uma expressão referencial" (TRASK, 2004, p. 251), mas os fenômenos referenciais, por se configurarem como práticas discursivas, são um caso expressivo da relação entre linguagem e realidade, algo que é reciprocamente constitutivo.

Se considerarmos o texto a partir de uma perspectiva micro, diremos que se trata de uma reunião de frases e que estas não passam de uma reunião de termos, sintagmas e palavras. Porém, por um ponto de vista macro, devemos admitir que um texto é um conjunto de unidades micro que se formam em busca de uma unidade sistêmica, organizada e construída progressivamente com base em dois processos gerais, a SEQUENCIALIDADE e a TOPICIDADE.

A TOPICIDADE se refere ao assunto ou tópico discursivo (às vezes mais de um) tratado ao longo do texto. A SEQUENCIALIDADE é um componente da *progressão referencial* e se refere à apresentação, continuidade, identificação, preservação, retomada de referentes textuais e tidas como *estratégias de designação de referentes*.

Nesse sentido, a sucessão de palavras que forma um texto vai muito além da mera SEQUENCIALIDADE, pois é preciso que um entrelaçamento coerente aproxime esses componentes para lhes dar a mencionada unidade sistêmica de textualidade, isto é, promover sua COESÃO. Esta, por ser a representação ling uística da coerência de um texto, se concretiza nas relações entre elementos sucessivos (artigos, pronomes, adjetivos, verbos, advérbios), na organização de períodos, de parágrafos, de cada uma das partes do todo, formando uma cadeia de sentido capaz de apresentar e desenvolver o que se pretendeu dizer sob a forma de texto.

Esses mecanismos linguísticos, que têm a função de estabelecer a conectividade e a retomada entre as partes do texto, são chamados de REFERENTES TEXTUAIS.

Os referentes textuais podem se valer, conforme o caso, dos mecanismos léxico-semânticos ou morfossintáticos (por meio de pronomes de terceira pessoa, de certos advérbios, conectivos, numerais ou por meio de substantivos e verbos cujo campo semântico permita o processo de substituição ou ainda pelo recurso da repetição enfática, da paráfrase, da restrição, entre outros). A compreensão de um texto também se dá por elementos não explicitados nele, sendo possível considerar que há fatores de coesão implícita, apoiados no conhecimento compartilhado que os participantes do processo comunicativo têm da língua que usam.

Por exemplo: uma pessoa que está num bar tomando um refrigerante chama o garçom e lhe diz a frase (7).

(7) Meu copo está vazio. Pode me trazer outro guaraná?

Certamente essa pessoa não tem em mente a hipótese de que o garçom vá lhe trazer um guaraná diferente (outro guaraná = um guaraná diferente), mas que ele lhe trará o mesmo guaraná (outro guaraná = mais um copo do mesmo guaraná), apesar do aparente contrassenso de "outro" ser equivalente de "mesmo". O processo comunicativo, porém, poderá resultar no entendimento do que está explícito (outro = diferente) e numa resposta como a da frase (8).

(8) Infelizmente não. Só temos essa marca.

Vejamos então, em dois parágrafos sucessivos (extraídos da Revista da Folha de S.Paulo de 21/09/2008), outros exemplos de referentes textuais que atuam no interior da frase.

> (9) Com 240 mil veículos a mais nas ruas da capital nos últimos seis meses, que se juntaram a uma frota de seis milhões, o automóvel é cada vez mais protagonista de um pesadelo urbano no qual os paulistanos se vêem mergulhados diariamente.
>
> (10) Parado nos congestionamentos – o recorde chegou a 266 km em maio – ou na disputa inglória por uma vaga para estacionar, o carro virou um trambolho que coloca em xeque a própria sobrevivência da metrópole. "Não dá para todo mundo ter um carro hoje, a não ser que acabem com os espaços públicos e transformem a cidade em algo exclusivo para o automóvel", ironiza a urbanista Raquel Rolnik. ("Solução Radical", Folha de S.Paulo, 21/09/2008)

O parágrafo (9) possui apenas uma frase. Nela, "costuram" o interior frasal os pronomes relativos "que" (retomando "os veículos") e "no qual" (retomando "o pesadelo urbano"), o pronome pessoal reflexivo "se" (em duas ocasiões: também retomando "os veículos" e "o pesadelo urbano") e os substantivos "veículos", "frota" e

"automóvel" (e sua coerente hierarquia) e "capital" e "paulistanos" (também coerentes na seleção e enfatizados no adjetivo "urbano").

Já em (10), onde há duas frases (uma do jornalista, outra em discurso direto), a coesão interna se dá com o pronome relativo "que" (retomando "trambolho"), o predicador "trambolho" (substituto pejorativo de "carro"), na primeira delas. Na segunda, vemos a locução conjuntiva "a não ser que" (conector de exclusão) e os substantivos "carro" e "automóvel" (sinônimos) e "cidade" e "urbanistas" (também coerentes na seleção).

Referenciação interfrásica

Todo emissor de uma mensagem faz uma representação mental (multidimensional) a respeito do REFERENTE do discurso que pretende elaborar.

REFERENTE: termo que denomina o componente do mundo real que é passível de argumentação, descrição ou relato por meio de palavras.

Quando se dá a produção de um texto, essa representação mental toma uma forma concreta, que tem linearidade e temporalidade, pois deve se materializar (uma ação de tempo) em unidades linguísticas (um resultado linear) com o propósito de emitir uma informação.

A principal questão para quem redige é a que envolve essa transferência do modelo mental (não linear e impalpável) para a forma concreta da frase. O ponto é como compatibilizar esses dois ambientes, como saber fazer essa passagem.

Podemos resumi-la a duas operações, que interagem durante essa transferência:

> a) seleção e ajuste dos itens lexicais (em outros termos: achar a palavra certa e posicioná-la na frase de modo adequado);
>
> b) enquadramento das unidades linguísticas em relação aos enunciados que as precedem ou sucedem num texto (também chamados de COTEXTO).

Enquanto a operação A se presta mais para a construção da oração ou do período, a operação B é a que expressa de fato a materialização do texto, sua efetiva construção como uma unidade de sentido.

Observemos a notícia abaixo para vermos como se dão esses processos.

> (11) Ter autonomia para escolher o horário de início do trabalho – de manhã, à tarde, à noite ou de madrugada –, livrar-se dos imensos congestionamentos, que tiram o humor de qualquer pessoa, usar a roupa que achar mais confortável, decorar o ambiente com a sua cara e ser o seu próprio chefe. Quem nunca desejou pelo menos um desses privilégios? (GAZETA DO POVO, 2008)

O redator inicia seu parágrafo com uma frase que combina com simetria cinco infinitivos verbais (ter, livrar-se, usar, decorar e ser). Até aí estamos na operação A, que verifica a seleção e ajuste dos itens lexicais. Na frase final do trecho, há entretanto um sintagma que atua no processo B (um desses privilégios). O demonstrativo "esses" é anafórico e faz relação com o enunciado que o precede, e o substantivo "privilégios" condensa (também anaforicamente) a série liderada pelos cinco verbos no infinitivo, acrescentando um juízo de valor que o jornalista espera ser compartilhado pelos seus leitores, a saber: as ideias representadas pelos cinco verbos no infinitivo podem ser consideradas positivas (= privilégio, no bom sentido).

Alternativamente, o jornalista poderia ter evitado o demonstrativo, mas precisaria de uma palavra anafórica de outra classe para dar coerência à frase final – é o que se vê em (12).

(12) Quem nunca desejou pelo menos um dos privilégios **citados**?

Também poderia ter usado um substantivo anafórico mais neutro – como em (13). Isso evitaria que algum leitor percebesse alguma sutil ironia ou inveja no uso do substantivo "privilégios", por considerar que o repórter redator, provavelmente, não pode trabalhar apenas em casa.

(13) Quem nunca desejou pelo menos uma dessas **comodidades**?

Uma outra questão envolve as operações de enquadramento dos enunciados de um texto, ainda no que tange à conexão e à segmentação. Suas unidades fundamentais são os organizadores textuais e os sinais de pontuação, que têm a função de, primeiro, "costurar" os itens lexicais (selecionados e ajustados, como dissemos na operação A) e, depois, articular ao contexto essas unidades.

Quanto aos organizadores textuais, citemos alguns deles:

- os aditivos (e, além disso, igualmente, também);
- os alternativos (ou, ora);
- os argumentativos (mas, embora, porque, em última análise);
- os sequenciadores (primeiro, antes, por fim);
- os delimitadores de espaço, tempo ou fonte (naquela época, na nossa cidade, para os governistas, segundo Platão).

Já os sinais de pontuação são empregados, em especial, com a finalidade de demarcar ou segmentar as partes do texto por conta de seus termos, sintagmas, proposições, frases ou parágrafos. O sistema de pontuação faz parte de uma convenção gráfica, mas em síntese é um "sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas" (CATACH, 1994, p. 7). Sua utilização interage com outros níveis operacionais do enunciado, ou seja, esses sinais participam também de todas as funções da sintaxe: gramaticais, entonacionais, semânticas, discursivas e pragmáticas. A eles se acrescentam outros recursos gráfico-frasais, como o itálico, o negrito, a sublinha, etc.

SINAIS DE PONTUAÇÃO [etc.] vírgula / ponto e vírgula / ponto final, de exclamação e de interrogação / dois pontos / reticências / aspas / travessão / parênteses e colchetes / alíneas / negritos, itálicos e sublinhas / asteriscos.

Dois parágrafos de uma crônica de José Carlos Oliveira nos servirão para interpretar algumas das explicações expostas aqui.

> Reaprendo o caminho da praia. Todos os meus conhecidos estão ficando castanhos, renunciarei também aos banhos de estrelas e de luar. E assim me incluo, sábado, entre as centenas de corpos que na areia ou na água correm, cochilam, conversam, jogam frescobol, pegam jacaré, passam óleo na pele, tomam sorvete e repetem frases que é sempre agradável (ou inevitável) dizer e ouvir: "A água está geladíssima"; "se em outubro o sol já está assim, imagine em janeiro"; "este verão vai ser fogo"; "hoje as ondas estão brabas"; "amanhã não sei se venho, porque vai haver névoa seca".
>
> Perdão, não fui eu quem falou em névoa seca; apenas ouvi. Não sei quem disse. Quando ia dar um mergulho, alguém fez essa observação como quem diz uma coisa muito natural. Não vi quem falou. Mergulhei, fiquei um instante na areia olhando o belo mar, e de repente minha cabeça refletiu sozinha: "Névoa seca… Eu, hein, rosa!" Depois reparei que aquela frase não revelava pedantismo propriamente; era mais sofisticação. E mergulhei novamente enquanto minha cabeça, emérita especuladora, propunha a si mesma um problema simples, qual seja: "Que espécie de pessoa, entre tantas, seria capaz de dizer aquilo sem mais nem menos?" Probleminha de fim de semana, creio eu. Na calada da noite é que me devem torturar as grandes dúvidas humanas, para as quais oferecerei resposta, segundo espero, nos livros que, segundo espero, vou começar a escrever amanhã. Isto é: depois de amanhã; domingo também não é dia de salvar o mundo – creio eu. Enfim, lá estava a cabeça a funcionar gratuitamente, sem prejudicar o sabor do momento; sentei-me na areia e sem óculos escuros olhei para o sol. A ofuscação me fez fechar os olhos, o que aproveitei para cochilar um pouquinho.
>
> ("O Brotinho e a Névoa Seca – 1". 2005, p. 72)

José Carlos Oliveira materializa sua representação mental com unidades linguísticas selecionadas e enquadradas em enunciados concatenados. Recursos de estilo concretizam a construção coerente dos segmentos de orações, períodos e parágrafos, e o cronista exercita seu domínio sobre os instrumentos da língua – aqui examinados apenas em alguns organizadores textuais e nos sinais de pontuação.

Organizadores Textuais:

- renunciarei também aos banhos de estrelas;
- E assim me incluo, sábado, entre as centenas de corpos;
- é sempre agradável (ou inevitável) dizer e ouvir;
- Depois reparei que aquela frase;
- Que espécie de pessoa, entre tantas, seria capaz de dizer aquilo;
- para as quais oferecerei resposta, segundo espero;
- Isto é: depois de amanhã; domingo também não é dia;
- Enfim, lá estava a cabeça a funcionar;

Sinais de Pontuação:

- dois pontos introduzindo citações diretas (pessoais ou alheias) marcadas com aspas. Exs.: É sempre agradável dizer e ouvir: "A água está geladíssima" / qual seja: "Que espécie de pessoa, entre tantas, seria capaz?"
- dois pontos introduzindo citação direta (pessoais ou alheias), sem aspas. Ex.: Isto é: depois de amanhã.
- travessões indicando separação de discurso direto. Ex.: (...) não é dia de salvar o mundo – creio eu.
- reticências e exclamação revelando uma modalização do narrador. Ex.: Névoa seca… Eu, hein, rosa!
- ponto e vírgula separando blocos oracionais. Ex.: (...) depois de amanhã; domingo também não é dia (...)
- ponto de interrogação caracterizando um recurso retórico. Ex.: (...) seria capaz de dizer aquilo sem mais nem menos?

Mais do que o simples levantamento dessas ocorrências, que por si só não levaria a nada, vale notar como a presença desses componentes dá sentido às escolhas lexicais de substantivos, adjetivos, verbos. É preciso, enfim, haver competência no manejo dos recursos da língua, pois com eles pode-se conseguir a expressividade textual.

Figuras de linguagem

O estudo estilístico do período, obviamente, não deixa de ser também o estudo estilístico da oração, do parágrafo e do texto. E entre os elementos importantes da escolha consciente a ser feita no momento de produção de um texto, temos as referências FÓRICAS. Essas unidades linguísticas englobam não apenas FIGURAS DE LINGUAGEM do campo da retórica (anáforas, epanáforas, epíforas, epístrofes), mas também os processos coesivos.

FÓRICOS: termo genérico que designa a propriedade de algumas unidades linguísticas (como alguns pronomes, advérbios, substantivos e verbos) de fazer referência a um componente do próprio texto ou ao contexto situacional, em vez de serem interpretados semanticamente por si sós.

Vamos examinar aqui as possibilidades coesivas dessas unidades, recorrendo a alguns exemplos que incluímos no livro *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto* (HENRIQUES, 2008, p. 169-72).

(14) **Ela** só faz **isso** quando está **lá**.

Para entender a frase (14), é indispensável que haja algum contexto que nos permita responder a três perguntas: *Quem é ela? O que ela faz? Onde ela está quando faz isso?*

> (15) Todos os anos, Telma, o marido e os três filhos passam o Natal em Belo Horizonte, na casa dos pais de Anselmo. Ela é uma dessas mulheres que não movem uma palha dentro de casa. Aliás, não arruma nem a própria cama. Acontece que, como a sogra é uma megera, ela só faz isso quando está lá.

Esclarecido o contexto em (15), teríamos então estas respostas:

> (16) Ela (**Telma**) só faz isso (**arruma a própria cama**) quando está lá (**na casa da sogra**). [ou seja: Telma só arruma a própria cama quando está na casa da sogra.]

O emprego de palavras que, dentro de um contexto, fazem referência a termos usados anteriormente – e evitam sua repetição – tem o nome de "anáfora". No exemplo, as palavras anafóricas são: *ela* + *faz isso* + *lá*.

Quando a frase remete para uma unidade linguística que está adiante, o nome que se dá é "catáfora". É o que encontramos em (17), reescritura de uma das frases do exemplo (11).

> (17) Telma é uma mulher que tem um único defeito: não move uma palha dentro de casa. [um único defeito não mover uma palha dentro de casa]

Aqui o elemento catafórico é "um único defeito", que está à esquerda de "não move uma palha dentro de casa" e tem a finalidade de apontar para essa ideia à direita. Mas, se invertêssemos os dois componentes, colocando "esse único defeito" à direita, ele apontaria para a ideia à esquerda e caberia ao demonstrativo "esse" fazer o papel anafórico. É o que mostra a frase (18).

> (18) Telma é uma mulher que não move uma palha dentro de casa, e esse é seu único defeito. [não mover uma palha dentro de casa esse (único defeito)]

Essas relações fóricas (a anáfora e a catáfora) são chamadas de "endofóricas", pois atuam na esfera do texto e se explicam nesse ambiente "interno" (endo- = para dentro). Quando as relações fóricas se explicam por componentes exteriores ao texto, elas se chamam "exofóricas" (exo- = para fora).

Na língua falada, usa-se muito a menção às noções de tempo, espaço e pessoa sem as nominalizar no texto, mas apenas no cenário em que se transmite uma ideia. Se estou numa sala de aula da UERJ no último dia de aula do ano letivo de 2011 e digo "Eu espero ver vocês aqui no ano que vem", a frase não é autoexplicável, mas a situação identifica os valores concretos de "eu" (= Claudio), "aqui" (= na UERJ) e "no ano que vem" (= 2012).

Para concluir, acrescentemos uma outra possibilidade que ocorre no trabalho com frases e textos. Referimo-nos àquelas situações em que há necessidade de se reiterar um conceito, reforçar um ponto de vista ou retomar a expressão de um pensamento, uma ideia, uma opinião. Fazer isso engloba uma série de aspectos da estrutura textual: a escolha de palavras, o domínio das estruturas sintáticas, a viabilidade da repetição expressiva, o conhecimento dos valores semânticos e a perícia estilística.

Para desenvolver essa técnica, o redator é levado a um exame panorâmico do que planeja dizer e, a partir daí, deve fazer as escolhas seguras conforme sua intenção comunicativa. Ilustremos essas considerações com dois exemplos de paráfrase a partir dos seguintes fragmentos:

> (19) "Não há nada tão pernicioso à filosofia como o fato de as coisas familiares e que ocorrem com frequência não atraírem e não prenderem a reflexão dos homens, mas serem admitidas sem exame e investigação das suas causas." (Francis Bacon)
>
> (20) "Foi pelo trabalho que a mulher transpôs, em grande parte, a distância que a separava do macho; é só o trabalho que pode garantir-lhe uma liberdade concreta." (Simone de Beauvoir)

As propostas de reescritura sinonímica para os textos acima poderiam ser:

> (21) Nenhuma coisa é tão nociva à filosofia quanto a falta de atenção e de consideração dos homens em relação aos acontecimentos familiares corriqueiros, que são aceitos sem que se examinem ou se investiguem suas origens.
>
> (22) As diferenças entre os sexos começaram a ser superadas a partir do momento em que a mulher começou a trabalhar. Para conseguir a liberdade completa, o que ela precisa fazer é continuar trabalhando.

Chamamos a esse tipo de exercício "redação sinonímica". Seu objetivo é manter a significação global de um período ou de um parágrafo, a partir da alteração localizada de palavras e expressões de linguagem.

Breve conclusão

Como em várias outras questões que envolvem a produção de texto, estas possibilidades também estão a serviço da pretensão criativa, comunicativa, literária, jornalística de quem emprega a língua portuguesa na vida concreta.

O tema é amplo. Fica a sugestão para novas incursões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza*. São Paulo: Abril, 1979.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CATACH, Nina. *La Pontuaction*. Paris: PUF, 1994.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GAZETA DO POVO. Trabalhar em casa é uma benção – para disciplinados. Disponível em: http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo Acesso em dez/2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Semântica e Estilística*. Curitiba: IESDE, 2009.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto.* Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2002.

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à Estilística.* São Paulo: T.A.Queiroz / EdUSP, 1989.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MONTEIRO, José Lemos. *A Estilística*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, José Carlos. *O Rio É Assim*. Rio de Janeiro: Agir, 2005

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 1975.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. São Paulo: Contexto, 2004. Trad. e adapt. de Rodolfo Ilari.

O CLARO-ESCURO DA TRANSPARÊNCIA LITERÁRIA

Gilberto Mendonça Teles[20]
(PUC E ABRAFIL)

> E a tua vida se levantará mais clara que o meio-dia; ainda que haja trevas, será como a manhã.
>
> *JÓ 11,17.*

O termo **Transparência**[21] põe de imediato o leitor em face de uma série de relações – com a linguística, a mitologia, a religião, a filosofia, a retórica, a arte e, claro, com a literatura. Em todas as direções o termo se emprega para revelar, deixar *transparecer* uma imagem, um conceito, um conteúdo especial, que às vezes não se quer mostrar, quer ser ambíguo, dizendo e não dizendo e valendo pela sua própria obscuridade, quando não pela sua natureza autotélica. Tomando-o como tema de uma revista que tem o nome de *Sigila*, somos tentado a ver a *Transparência* como uma figura de linguagem que, se não é apenas uma antítese ou um paradoxo na revista, é pelo menos um bem pensado oxímoro, uma coisa assim como o *Claro enigma* ou a *Paixão medida*, títulos de dois belos livros da obra poética de Carlos Drummond de Andrade. A tensão criada entre o título e a figura só se deixa atenuar na compreensão maior do jogo entre os dois termos que se juntam à medida em que as raízes etimológicas se afloram e se explicam mutuamente.

O nome de *Sigila*, além de denotar na superfície uma revista de cultura filosófico-literária, aponta para um perfil de sentidos primitivos, oriundos de *sĭgĭllŭm*, *ī,* diminutivo de *Sīgnŭm, ī.*, de onde o adjetivo *sĭgīllatŭs, ă, ŭm*, e a significação de "pequena marca, sinalzinho", "estatuazinha, feita a cinzel", obra de relevo ou vasos galo-românicos decorados com sinais cinzelados. Varro, no *Codex Theodosianus*, registra como "personagens representadas por agulhas"; no fundo, é aquilo que traz um selo (*sĭgĭllŭm*), uma marca, um segredo, digamos, de fabricação. Acontece que o título (em francês) mantém a forma latina do neutro plural e, assim, se deixa ler como "os sinais, as pegadas, os vestígios, os presságios" e até – por que não? – "as palavras", enfim,

20 Professor Emérito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro Honorário do Quadro Especial da Academia Brasileira de Filologia, a partir de 2006./ Poeta e Crítico: a sua poesia encontra-se reunida em *Hora aberta* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003) e em várias antologias, no Brasil e no exterior. Há edições de seus poemas em vários países europeus. E há uma seleção falada de seus poemas – *No escuro da pronúncia,* 2009. Sua obra crítica estende-se por volumes como *Drummond – a estilística da repetição* (1970), *Vanguarda européia e modernismo brasileiro* (1972, 19ª ed.), *Camões e a poesia brasileira* (1973), *A retórica do silêncio* (1989), *A escrituração da escrita* (1996), *Contramargem-I* (2003) e *Contramargem-II* (2009). É co-autor (com Klaus Müller-Bergh, USA) de *Vanguardia latinoamericana*, em 6 vol. Madrid: Iberoamericana, 2000 – 2009.

21 Escrito a pedido da revista *Sigila*. Paris, nº 25, 2010. Prefácio de Jean Starobinski.

tudo aquilo que revela, que deixa *transparecer* o plural de sentidos culturais que a revista agasalha nos seus vários números publicados.

Há por isso mesmo a necessidade de se cavar mais os sentidos etimológicos do vocábulo *transparência*, que designa o fenômeno pelo qual os raios luminosos se deixam perceber através de certas substâncias, qualidade que em grego se designava por διαφάνεια – diáfano, claro, evidente, visível, brilhante e ilustre, num fio semântico que vai do natural ao humano. O termo ou radical φαίνω (proveniente do indo-europeu, com o sentido de "esclarecer", "brilhar", "falar" e "manifestar") empregava-se para indicar o "ato de se tornar visível, de dar a conhecer", ou seja a "transparência", palavra que, no entanto, só será conhecida no latim medieval (*transparentia*). Na época romana se conheceu o termo *transpectus, us*, ou seja, "aquilo que se vê através de", que aparece por meio de outra coisa. A partir daí se formaram *transparens* e *transparentia* que motivou o francês *transparence* (1372). O curioso é que o vocábulo francês, formado a partir de *transparaître*, tem a ver com um antigo *percer* (da época da *Chanson de Roland*), que indicava o ato de "abrir um buraco, uma clareira para mostrar alguma coisa", concreta ou não. Liga-se intelectualmente a *percepção*. O paralelismo dos dois significantes se relaciona com duas raízes indo-europeias que acabaram se juntando: a primeira, com o sentido de "torcer", "esfregar"; a segunda com a idéia de "atravessar para atingir um objetivo". A aproximação dos dois significados enriquece a palavra *transparence*, tanto em francês como na sua correspondente em português, onde se documenta no início do século XIX, com a invasão napoleônica a Portugal.

Assim, na língua portuguesa, *transparência* é a palavra para designar o fenômeno pelo qual os raios luminosos [visíveis] são percebidos "através" de algumas substâncias, ou seja, é a denominação para o que permite a passagem da luz, daquilo que se deixa atravessar pela luminosidade, que permite a visibilidade de objetos e de imagens(de figuras, tropos, como na linguagem literária). É sinônimo de *diafaneidade* cujo radical (δια-) enfatiza a "transparência". Mas é possível estabelecer uma diferença, como se verá abaixo. No sentido moral, a *transparência* é o que revela uma qualidade (ou uma atividade criminosa) oculta, como se documenta abundantemente no discurso dos políticos brasileiros da atualidade... O fenômeno contrário – que mostra a absorção de um meio óptico determinado pela relação entre o raio luminoso que incide e o que salienta – é denominado *opacidade.* Neste sentido esses dois termos formam as faces de uma mesma realidade óptica, ora aberta à visibilidade das imagens alcançadas pela luz, ora fechada à intromissão dos raios luminosos.

É interessante notar que os dicionários nem sempre reservaram um verbete especial para o termo *transparência*, dado sempre como sinônimo de *claridade ou diafaneidade,* como no *Dicionário poético*, de Cândido Lusitano (1620), onde no verbete *Claro* se lê, em vez da definição, quatro séries de sinônimos, separadas por ponto e vírgula, de modo a permitir gradações de sentidos:

> Claro. Lúcido, luzente, nítido, fulgente, refulgente, brilhante, luminoso,
>
> resplandecente, coruscante, cintilante, radiante; *Ou* Diáfano, transparente;
>
> *Ou* Certo, evidente, perspícuo, manifesto, patente; *Ou* Nobre, ilustre, generoso, egrégio, exímio, célebre, ínclito, afamado, famoso, memorável, celebrado.[221]

Mas o *Dicionário dos sinônimos poéticos e de epítetos da língua portuguesa*, de J.-I. Roquete e José da Fonseca, de 1848, deixa a pura sinonímia e aprofunda a diferença de significação entre os termos tidos como sinônimos. Dedica, na sua primeira parte, vários verbetes para a distinção de palavras derivadas de *Clareza*, entre as quais os sinônimos *claro*, *diáfano* e *transparente*. Começa por distinguir **clarão, claridade e esplendor**:

> Clarão. Quando a luz sai de seu estado ordinário pode avivar-se por diferentes gradações que, segundo a sua intensidade, se diferençam [*sic*] da maneira seguinte. / Claridade é o efeito que causa a luz *aclarando* algum espaço. *Clarão*, pela força aumentativa da terminação, é grande *claridade*, e às vezes forte e rápida. Esplendor é a luz mui *clara* que despede o sol ou outro qualquer corpo luminoso. – O clarão quando é forte incomoda a vista, e às vezes apenas percebemos os objetos. *A claridade* é branda e mostra-os distintamente. O *esplendor* pode deslumbrar se é mui luminoso, mas apresenta-os em todo o seu luzimento.

Em seguida, dedica-se a explicar retoricamente a diferença entre **clareza** e **perspicuidade** (lat. *pērspĭcŭŭs, ă, ŭm*), escrevendo que consiste a *clareza* em que nas cláusulas dum discurso, na ligação delas entre si, se evite com o maior cuidado toda a obscuridade ou ambiguidade no sentido. Depende pois a *clareza* não só das ideias senão das expressões e da boa construção das cláusulas; porque ainda que as ideias fossem *claras*, sendo exprimidas com ambigüidade ou anfibologia perderiam sua clareza e seriam obscuras.

Acrescente-se que a raiz indo-europeia [*spek-*] que está em *pērspĭcŭŭs* introduz também a ideia de *ver, olhar, observar, vigiar, fiscalizar, examinar, aprofundar o exame*; aparece em todas as línguas românicas, às vezes com a significação de *transparência*, como registra a estilística do dicionário de Roquete ao tratar da *perspicácia*:

> *Perspicuidade* é como se disséssemos *transparência* [itálico nosso] no discurso, limpeza no estilo. É pois expressão mais valente, e denota não só a *clareza* na frase, senão uma escolha de termos que pintem as idéias com lúcidas cores.

22 [1] Atualizamos a ortografia.

Quanto aos vocábulos **claridade** e **clareza***,* o dicionarista diz que os dois substantivos representam a ideia abstrata de *claro*, formada por dois sentidos: o *físico* e o *moral*. Para o primeiro, ele diz que o certo é empregar *claridade* (do sol, da lua, das estrelas, etc.); e para designar o sentido moral e figurado o certo é empregar *clareza* (do discurso, por exemplo).

É no entanto ao tratar de **Claro, diáfano e transparente** que o lexicólogo atinge os limites da filosofia e da metafísica, igualando-se aos filósofos que trataram da *Transparência.* Ele começa por definir o que entende por *Claro* [Vale a pena transcrever *īpsĭs lĭttĕris* as suas definições, ainda que às vezes em forma de dialelo]:

> Claro é o que tem claridade ou luz, que é limpo, puro, não turvo, e assim se diz manhã *clara*, dia *claro*, água *clara*, etc. Diáfano é palavra grega [...] fazer ver ou brilhar através), que diz o mesmo que Transparente, que é palavra latina, *transparens*, de *transpareo*, eu apareço além ou através; contudo o primeiro [**diáfano**] diz-se dos corpos através dos quais passa a luz, e o segundo [**transparente**] dos corpos além dos quais aparecem e se vêem os objetos.

O autor continua a sua explicação com alguns exemplos: a água reúne às vezes as três qualidades: "é *clara*, quando nenhum corpo estranho a turva; é *diáfana*, por que por ela passam os raios de luz; é *transparente* porque permite se apresentem à nossa vista os objetos que em si contém." O espelho só pode ser claro, não é diáfano nem transparente. O tecido (cendal) com que Camões (*Os Lusíadas*, II, 37) "cobre" o corpo de Vênus é *transparente* e não *diáfano*:

> C'um delgado cendal as partes cobre
> De quem vergonha é natural reparo;
> Porém nem tudo esconde, nem descobre
> O véu, dos roxos lírios pouco avaro;
> Mas, pêra que o desejo acenda e dobre,
> Lhe põe diante aquele objeto raro.
> Já se sentem no Céu, por toda a parte,
> Ciúmes em Vulcano, amor em Marte.

Conclui envolvendo os três termos na seguinte explicação que se quer científica:

> A *diafaneidade* dos corpos, diz Newton, resulta não da quantidade e reta direção dos poros senão da igual densidade de todas suas partes. Sua *transparência* é efeito ou da mesma causa ou da falta de aderência e de conexidade de suas entreabertas partes. – *Diáfano* é termo de física de que às vezes se faz uso em poesia; *transparente* é palavra mais vulgar e geralmente usada.

Dentro destas especulações de ordem lingüística, bastante controversas, não se pode esquecer da *transparência* como termo para designar, no século XX, o *diapositivo*, ou *slide* para retroprojetor. Um bom dicionário analógico reúne em torno do verbete *Transparência* as possíveis relações semânticas encontradas em substantivos como

> limpidez, nitidez, diafaneidade, translucidez, lucidez, clareza, serenidade, pureza, claridade, isocromia, vidro, cristal, linfa, água, atmosfera, corniola, cornalina, hialóide, telésia, cristal, e hialino.

Em verbos e expressões verbais do tipo

> vazar, deixar-se atravessar de luz, coar a luz, dar passagem à luz, reslumbrar, transluzir, transparecer, transparentar, desenturvar e translucidar.

E em adjetivos, expressões adjetivais mais ou menos conhecidas como

> transparente, pelúcido, limpo, límpido, translúcido, vítreo, lúcido, diáfano, pérvio à luz, cristalino, hialino, claro, puro, sereno, sem nuvens, sem jaça, claro como cristal, aerófano, pirófano, vaporoso, aeriforme, isotrópico, desvelado, desnubrado, desanuviado, especular, aclasto, da mais pura água e inúmeras outras nem sempre de fácil conotação.

Deixando o plano sincrônico por onde se estende a sinonímia puramente linguística e, por isso mesmo, visível na "transparência" do discurso comum da língua, é possível pensar que as raízes etimológicas foram ramificando-se pelas várias regiões culturais, motivando as teofanias (θεοφάνειαι) mitológicas, ocultistas e religiosas, como nas incontáveis metamorfoses amorosas de Zeus na Grécia antiga; nos avatares de Vixenu na Índia; e nos Elfos das sagas germânicas, espécie de criaturas aéreas e luminosas, que têm medo da luz. Ditas ou não-ditas, a significação de *transparência* se faz presente nessas metamorfoses ou nas teofanias das culturas religiosas.

Assim o judaísmo, por força de sua crença na vida eterna, é pródigo em fenômenos teofânicos (de Deus, de anjos, demônio, sonhos e visões), como em *Gen* 35, 7; *Num* 6,25; *Dt* 33,2; *Sl* 31,17; 67,2; e 118,27; *Jer*. 29,14; *Ez* 39,28, por ex.). Termos como *hierofania*, *, teofania, epifania* e *parusia* (παρουσία = vinda, aparecimento do rei / do Senhor [Deus]) são comuns no vocabulário judaico-cristão, todos ligados à ambiguidade aparecimento / desaparecimento, nos limites da *transparência.* No Velho Testamento, sobretudo com Isaías, o jogo antitético de relação entre luz e escuridão adquire tons hiperbólicos de admoestações, dando-se a entender que a *luz* era às vezes "confundida" com a *escuridão*, como em 5,20:

> Ai dos que ao mal chamam bem, e ao bem, mal;
> que fazem da escuridade luz, e da luz escuridade.

Mas em 45, 7, Isaias vai dizer que é o Senhor quem faz todas essas coisas, como se aludisse ao livre-arbítrio de que dotou o homem para escolher entre a luz (o bem) e as trevas (o mal): "*Eu formo a luz, e crio as trevas*", separando os dois fenômenos unidos pela mesma criação. No Novo Testamento, entretanto (principalmente em João, 1,5), os dois conceitos estão em níveis diferentes de relação:

> A luz resplandece nas trevas,
> e as trevas não prevaleceram contra ela.

Percebe-se que o sentido mítico e religioso da *transparência* se manifesta ao mesmo tempo que se oculta no "resplandecer" de uma certeza religiosa no final dos tempos.

É por aí, que se chega naturalmente às especulações filosóficas. Acontece que os filósofos preferem cogitar sobre a *claridade* (a clareza), considerando-a, entretanto, como uma espécie de *transparência*. Para os escolásticos um conceito é *claro* quando permite distinguir uma coisa de outras coisas: se permite, o conceito é claro e distinto; se não, é obscuro e indistinto ou confuso. A *distinção* (a *claridade* ou a *transparência* do raciocínio) é a base do cartesianismo, tanto que a principal regra do discurso sobre o método (*Discours II*) é a de só admitir o que se chega à mente de maneira clara e distinta, sem deixar dúvidas, uma vez que a *verdade* é o que se concebe clara e distintamente. *Clareza* e *distinção* são os dois graus de *evidência* no sentido subjetivo, como foi vista a partir de Descartes: "*a clara percepção, presente e manifesta no espírito daquele que lhe presta atenção, tal como são claras as coisas presentes em nossos olhos*". (*Princ. Phil*. I, 45). A distinção cartesiana se tornou mais precisa com Leibniz, que considera *clara* (ou *transparente*) a noção que permite distinguir a coisa representada; e *obscura* a que não permite. Como a *evidência* implica uma *transparência*, um mostrar-se do próprio ente, ela é o ato cognoscitivo da *verdade* e o meio de transcedência do supra-sensível e do inexperimentável.

Para Bergson (*La pensée et le mouvant*) há duas espécies de *claridade*: a das idéias que, já conhecidas, se apresentam numa nova ordem; e a da idéia radicalmente nova e simples, captada pela intuição. A primeira é absorvida logo pela inteligência; a segunda é negada por obscura. No entanto, diz o filósofo, "tal idéia, mesmo obscura, serve para dissipar obscuridades". Daí porque ele distingue entre *"*idéias que são luminosas por si mesmas e ideias que iluminam".

Heidegger escreve que a *transparência* é a intuição que o Ser-aqui tem de si mesmo: "Existindo, o Ser-aqui só vê a si mesmo enquanto se tornou originariamente *transparente* no seu ser no mundo e no seu ser com os outros, como momentos constitutivos da sua existência" (*Sein und Zeit,* §31). O Ser é já um suceder, não mais apenas um parecer. E o ato de interpretar é saber ir além das *aparências*, é atravessar o que se deseja ao mesmo tempo *opaco* e *transparente.* Diz Heidegger que, "Sendo ao mesmo tempo Ser em geral e Ser em particular, o Ser lido pelo *Dasein* (isto é, pela existência) terá diferente sentido conforme tenha diferente iluminação".

Para ele, compreender é projetar: a projeção do *Dasein* é o lugar do desenvolvimento de uma potência efetiva própria de sua essência. Sendo o *Dasein* o mundo, também o será o *logos*, razão por que o *logos*, a linguagem, deve ser ouvido. O *Dasein* se refugia na cotidianidade: foge ou se escapa porque se angustia, uma vez que é o Ser-no-mundo que gera a angústia. Assim o *Dasein* chega a uma *transparência* que lhe deixa ver o Ser. Em conclusão: a revelação em que consiste em boa parte a ciência histórica não significa outra coisa: a *re-presentação* do passado: O que o Ser assimilou na sua essência e volta agora no novo suceder.

Em 1971, Jean Starobinski, publicou um livro magnífico, onde põe à mostra toda a riqueza de análise que já conhecíamos de *La relation critique*, quando fala de Psicanálise e literatura. Trata-se de *Jean-Jacques Rousseau: la transparence et l'obstacle suivi de sept essais sur Rousseau.* Partindo da descoberta de Rousseau, nas *Confissões,* de que as aparências o condenavam, o estudioso investiga a dolorosa reflexão do filósofo ao se dar conta de que perdeu a sua inocência e tem de encarar a perda de um mundo dominado pela *aparência* (a hipocrisia, a mentira) do que ele pensava pura *transparência*. Devido a um pequeno incidente (que ele narra nas suas *Confissões*), Rousseau percebe que "O malefício da aparência" o havia atingido e que a "sua verdade, a sua inocência e a sua boa-fé" não foram compreendidas pelos "outros". Sente que o seu *eu* se distancia "em relação aos outros". Starobinski então comenta que "*Quando o coração do homem perdeu sua* transparência [normal nosso] o *a natureza se empana e se turva. A imagem do mundo depende da relação entre as consciências*". Logo a seguir, já agora no subcapítulo "O tempo dividido e o mito da transparência", o crítico genebrino deixa claro o que foi esse momento de crise na vida de Rousseau:

> desce o "véu" da separação, em que o mundo se empana, em que as consciências se tornam opacas umas para as outras, em que a desconfiança torna para sempre a amizade impossível –, esse momento tem sua data e uma história: marca o começo de uma perturbação na felicidade infantil de Jean- Jacques. Então começa uma nova época, uma outra era de consciência. E essa nova era se define por uma descoberta essencial: pela primeira vez a consciência tem um passado. Mas, ao enriquecer-se com essa descoberta, a consciência descobre também uma pobreza, uma falta essencial. Com efeito, a dimensão temporal que se cava atrás do instante presente tornou-se perceptível pelo próprio fato de que se esquiva e se recusa. A consciência se volta para um anterior, do qual percebe simultaneamente que ele lhe pertenceu e que está para sempre perdido. No momento em que a felicidade infantil lhe escapa, ela reconhece o valor infinito dessa felicidade proibida. Então não resta mais do que construir poeticamente o mito da época finda; outrora, antes que o *véu* se houvesse interposto ente nós e o mundo [...] nada alterava a *transparência* e a evidência das almas. [*Itálico* nosso.]

E mostra que Rousseau se valeu do mito religioso para descrever a sua história e, nela, o drama da sua queda – a sua tomada de consciência no espetáculo iluminista do século XVIII:

> Ora, se a queda é nossa obra, se é um acidente da história humana, é preciso admitir que o homem não está naturalmente condenado a viver na desconfiança, na opacidade e nos vícios que as escoltam. Estes são a obra do homem, ou da sociedade. Então não há nada aí que nos impeça de refazer ou de desfazer a história, tendo em vista redescobrir a *transparência perdida*. [itálico nosso].
>
> Nenhuma proibição sobrenatural a isso se opõe.

Starobinski conclui que "*Rousseau nos convoca a querer o retorno da transparência, para nós e em nossas vidas*". E lembramos, de passagem, que o grande escritor brasileiro, João Guimarães Rosa escreveu a seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason, a respeito de *Corpo de baile*, que a obscuridade às vezes é necessária:

> O *Corpo de baile* tem de ter passagens obscuras.Isto é indispensável. A excessiva iluminação, geral, só no nível do raso, da vulgaridade. Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é chamada "realidade", que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o óbvio, que o frouxo.Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro.

Nos capítulos 5 e10, o ensaísta de *Trois fureurs* volta ao termo *transparêcia*, usando-o, primeiro, ao tratar da música no canto uníssono das vindimas, falando que "a transparência da festa" despertava em Rousseau lembranças inocentes do passado e isto perturbava a sua reflexão; e, depois, já no fim do seu excelente ensaio usando a expressão "A transparência do cristal" de que Rousseau se valeu para várias vezes definir o seu coração, Starobinski o parafrasea para comentar que

> No limite, a transparência é a invisibilidade perfeita [a morte]. Os homens me vêem diferente do que sou: portanto, não me vêem, soulhes invisível, impõem-me uma opacidade que me é estranha, colam em meu rosto máscaras que não se parecem comigo.

Nos seus devaneios Rousseau chega a lamentar não possuir o anel de Giges para, invisível, poder fazer o bem sem as aparências e os obstáculos impostos pelos homens.

O sentido de *transparência* aí é o mesmo que já descrevemos no *Dicionário de sinônimos poéticos*, no exemplo com a água: "é *clara*, quando nenhum corpo estranho a turva; é *diáfana*, por que por ela passam os raios de luz; é *transparente* porque permite se apresentem à nossa vista os objetos que em si contém." Deste modo, as

imagens do passado, vindas com o canto, podem ser lidas como marcas pré-proustianas do tempo perdido, matéria de memória mas já conhecida e que, segundo o pensamento de Bergson, se apresentava numa nova ordem, numa idéia radicalmente nova e simples, captada pela intuição. Era, enfim, uma dupla *Transparência*: a do próprio passado de Rousseau e a de sua época, iluminada agora pela consciência que se formava entre luz e sombra, alastrando-se pela filosofia, pela política, pelas artes e pela literatura como um rastilho de pólvora. Na belíssima imagem que Starobinski vai buscar em Hölderlin, Rousseau é a "águia que voa ao encontro da tempestade".

A tensão estabelecida entre a Reforma e a Contra-Reforma no século XVI fez com que a arte clássica pusesse todos os seus meios de representação a serviço da imagem clara, da forma nítida, *transparente em si mesma*, de tal maneira que o que não fosse claro era tido como não-canônico, errado ou defeituoso. Mas no final do século aparece outra concepção de arte, a de que, jogando com a luz e com as sombras, cria-se um sentido de obscuridade em meio à claridade absoluta. A representação já não coincide com a nítida aparência das coisas, quer as nuances, o sombreado, o indefinido das formas. A *transparência* clássica convive agora com outro conceito de "transparência", a do simultaneamente claro e escuro, não inteiramente opaco, mas translúcido, assim como a forma começa a transitar do fechado para o aberto. Há portanto uma modificação na maneira de olhar e ver as formas da arte, principalmente na pintura, o que vai continuar pelo século XVII e por grande parte do XVIII. No entanto, no século XVIII, ela vai encontrar um sentido próprio, revolucionário, assim como, no final do século XIX, transformar-se-á em vanguarda nas manifestações de vários movimentos artísticos.

Desconhecida das civilizações pré-históricas, cuja expressão artística era puramente bidimensional, a técnica do *claro-escuro* foi a grande revolução da pintura barroca, onde o seu conceito se firmou como técnica de distribuição de luzes e sombras num quadro, dispostas de tal maneira que adquirem novo valor na relação de umas com as outras. O *claro-escuro* cria uma nova forma de *transparência*, atua na percepção do relevo e das distâncias, introduz a variedade e dá nova unidade às formas e cores da verdade pictórica, chegando-se hoje a ser tomada como a própria estrutura de uma tela. Aí o conceito de *Transparência* perde muito da sua diafaneidade do século XVIII, uma vez que as formas artísticas (pintura, escultura, arquitetura, música e literatura) se contentam agora com o seu autotelismo, num jogo de aparência e transparência.

Nos estudos sobre a arte no século XVIII, a palavra *véu* adquire função de *termo,* aparecendo como metonímia de *transparência*: está contígua a ela e, assim, se deixa tomar por ela, num processo de metáfora-metonímica. Em *Le clair et l'obscur à l'âge classique* (2001), Alain Faudemay analise a persistência paradoxal da *obscuridade* no século das "Luzes". Assim, escreve que "Para muitos pensadores, no século XVII, existem duas 'luzes' nitidamente distintas: a que é 'natural' e iluminada pela

razão, e a que é 'revelada e concedida por Deus'. As duas viviam em equilíbrio, respeitando as suas funções e os seus limites, mas algumas vezes se confundiam, como nos casos da moral.

É aí que entra em cena o *Véu*, palavra de forte reiteração tanto no livro de Starobinski quanto no de Alain Faudemay. Este, por exemplo, a propósito do *Emile*, de Rousseau, fala sobre o jogo das "Luzes" como educação do gênero humano, mas fala também da "obscuridade divina" utilizada pelos filósofos que recomendam uma parte de obscuridade voluntária para se dirigir ao público:

> Ainsi, l'obscurité, dont les sprits religieux reconnaissaient la place dans la pensée chrétienne en vient à caractériser celle-ci, au point d'en exclure les lumières. [...] Ils [os ''filósofos''] recommandent en effet une part d'obscurité volontaire, mieux adaptée que la pleine lumière au public de mal voyants auquel ils s'adressent.

Em relação ao *véu*, à "obscuridade transparente", Alain Faudemay cita a obra de Vivant Denon (*Point de lendemain*) que "associe d'un part une 'nature' omniprésente et comme divinisée, exaltant la nudité, e d'autre part des 'voiles' répétés, qui emblématisent ceux Rhétoriques, d'un langage plus chaste que ce qu'il désigne:

> La nuit était superbe; elle laissait entrevoir les objets, et semblait ne les voiler que pour donner plus d'essor à l'imagination; [...] L'obscurité était trop grande pour laisser distinguer aucun objet; mais à travers le *crêpe transparent* d'une belle nuit d'été, notre imagination faisait d'une île qui était devant notre pavillon un lieu enchanté.

Tratando da "volutuosidade do véu'', cita Santo Agostinho *(Da doutrina cristã*), comentando que há uma face do desejo ligada à obscuridade e bem expressa pela metáfora do *véu* (na verdade, uma metonímia ou uma metonímia metafórica): "*Porque o véu é ambíguo. Ele pode servir para esconder, aguça a vontade de o tirar, de o rasgar ou de o profanar: o véu que esconde dos olhos do amado a beleza de Doña Esvira a torna mais desejável aos olhos de D. Juan*''.

A partir de Quintiliano a retórica praticamente completou o processo de criação das figuras que a ideologia intelectual da época necessitava e permitia. As figuras exercem um notável efeito sobre o público, seja efeito "realista'' (ou de credibilidade) ou "emotivo" (de afetividade). A maioria dessas figuras chegaram até nós e os tratados de retórica podem, hoje, beneficiar-se com vários termos provenientes da semiologia e da linguística modernas. Uma das figuras mais exigidas pela retórica antiga era a *clāritas* (e o seu cognato *clārus*). Através delas descobriram o *vītium,* contrário a *percūrsiu* e à *evidēntia*, que é afetiva, enquanto a *percursio* se conforma com o objetivo intelectual. É pela *clāritas* que se percebe o efeito estético da verossimilhança (*similitūdo*), ornato do paralelismo destinado a comprovar se a força poética está de

acordo com a "realidade". Para isso o *ornātus* há de ser claro: o conteúdo da imagem há de ter um grau de cognoscibilidade superior ao da coisa ilustrada pela comparação. O uso do ornato provém da necessidade que toda pessoa (falante ou ouvinte) tem de que "*haja beleza nas expressões humanas da vida e na apresentação do próprio homem em geral. Deste modo, o* ornātus*, com a sua intenção criadora, atinge o domínio das artes elevadas*".

Embora os retóricos não tenham diretamente percebido a *transparência* como uma figura de linguagem, ela pode ser vista na oratória e na literatura como *quālitas*, isto é, como elemento importante para a expressão de certos conteúdos. Podemos vê-la hoje como um *tropo* situado entre o plano de expressão (o significante) e o do conteúdo (significado), funcionando ao mesmo tempo como metonímia e como metáfora. Neste sentido a *transparência* está contígua ao significante, é uma parte dele, a sua qualidade de ser permeável pela luz, pela razão, pela inteligência; e, ao mesmo tempo, está em lugar do significado, mostrando não como exatamente é, mas modificado pelo olhar penetrante do observador (cientista, crítico, leitor). Em *A escrituração da escrita* (1996), já havíamos falado da *transparência* e da *opacidade* como figuras que têm sido usadas para distinguir os discursos das linguagens comum e literária.

Chegamos a esta observação por intermédio de Tzvetan Todorov (*Littérature et signification*, 1967), para quem o **discurso comum** é *transparente*, é um discurso aparentemente sem figuras, que deixa apenas "transparecer" o conteúdo da mensagem, ficando "invisível" para o leitor. Nele só há praticamente uma referência, tanto para o ato de enunciação como para o da leitura do enunciado: a mensagem do emissor é descodificada quase totalmente (ou até totalmente) pelo receptor, pois os semas postos em circulação são os semas essenciais à comunicação da linguagem quotidiana. Já o **discurso literário** é um discurso *opaco* (ou translúcido), coberto de "desenhos", de figuras, um discurso que, em vez de mensagem, isto é, em vez de conteúdo, tem o privilégio de se mostrar ao leitor, alterando pela retórica o sentido do significante e do significado, ficando a cargo do leitor complementar as conotações. É que nesse tipo de linguagem se interferem os semas particulares que conotam as experiências do emissor e do receptor, semas que, conotando o real (a experiência de cada um), motivam o *espaço da figura*, os tropos que vão fazer o discurso ficar "visível" como na frase de Roland Barthes: *"J'ai une maladie: je* vois *le langage"*.

Essa possibilidade de "ver" a linguagem, avaliar a sua *transparência* e *opacidade,* é que nos leva ao conhecimento poético, conforme escrevemos numa entrevista sobre poesia:

> é uma linguagem artisticamente construída, mas linguagem. A poesia é também um meio de comunicação, só que não lhe interessa comunicar o comunicável, os conteúdos comuns da linguagem comum. Ela se empenha em comunicar as marginalidades, no sentido de que, como uma "religião", ela **revela** para os iniciados aspectos indizíveis, os fatos

> e as formas que, despidos de expressa utilidade pública, carecem de valores práticos e ficam desconhecidos, marginalizados na sociedade. Mas a poesia tangencia também o surreal, o mundo dos valores mágicos, sobrenaturais e põe de repente o homem diante da **transparência** de uma realidade maior, absoluta, que o envolve ao mesmo tempo no passado, no presente e no futuro, abolindo-lhe o tempo e lhe dando a condição de herói, herói da totalidade de seu cotidiano e de sua própria perplexidade.

E acrescentamos: "A poesia mostra ao homem outros sentidos da existência, integra-o na plenitude da sua cultura, dá ênfase ao visível e escancara as janelas do invisível, amplia portanto o seu universo e lhe restitui a ilusão de sua divindade, desde que lhe dá o poder da criação através da linguagem".

Uma linguagem **diáfana,** porque é "através dela" que se "vai além", à **transparência** do que se deixa ler como Poesia. É por isso que os tiranos de todos os tempos e lugares temem os poetas e a poesia: eles desvendam os sentidos subversivos da linguagem. Não é à toa, portanto, que, para Hölderlin, a linguagem, melhor, a linguagem poética, é ao mesmo tempo a mais inocente das ocupações e o mais perigoso dos bens.

À guisa de conclusão, veja-se a análise que José Fernandes fez do poema "Álibis", que abre o livro *Álibis* (2000), em *Hora aberta* (2004), poemas reunidos de Gilberto Mendonça Teles:

> **ÁLIBIS**
> Quando desejo fortemente
> uma mulher iniludível,
> ouço primeiro alguns conselhos
> do Opó-rapá-cupú-lopó.
>
> Depois invento um assobio
> sibilino, pio ou psiu:
> logo uma virgem me acompanha
> ao ponto extremo da linguagem.
>
> Do contrário não haveria
> outro lugar para os meus álibis,
> nem a mulher irresistível
> se deitaria assim num anagrama.

A primeira observação do ensaísta diz respeito ao ritmo octossilábico do poema que termina, entretanto com um decassílabo. Este tipo de verso, com acento na 4ª e 8ª sílabas predomina no poema (em 9 dos 12 versos) e dá-lhe – escreve José Fernandes:

> um ritmo de prosa, como se o poeta quisesse contar uma história e estivesse receoso de contá-la, precisando primeiro ouvir o conselho de alguém. Mas esse "alguém" está **mascarado** por um jogo de linguagem: primeiro pela simples *transparência* de palavras, esse lado *diáfano* do objeto verbal, que é o poema; depois, por uma *Transparência* maior e mais profunda, cujos níveis de significação se vão desdobrando pelo texto a dentro.

O crítico fala a seguir do desdobramento que se dá por meio de uma série de recursos retóricos, através do *anagrama* do título (álibis / Sibila); da *evocação* de uma mulher que não admite dúvida, mas que não aparece no texto (a profetisa de Delfos); da *alusão literária* a um poema de Manuel Bandeira, onde se fala da morte como a "Iniludível"; de um *trava-língua* que oculta a palavra "oráculo"; de *associações fônicas* (assobio / sibilino que chama a Sibila como se chamasse a atenção de uma mulher); de *alusões mitológicas* (referência à virgindade da Sibila); de *concepções teóricas* (considerar o poesia como "o ponto extremo da linguagem"; de *alusão aos poemas amorosos* do livro ("os meus álibis"); a *repetição* modificada do segundo verso e a *permuta* de "iniludível" por "irresistível" antes de deitar a Sibila no *anagrama*, calando o nome da pitonisa e todo o ato amoroso que se pode imaginar, além de uma autocrítica humorística ao verso decassílabo, censurado por um crítico que achava que não se devia mais usar esse tipo de verso. Todo o poema, afinal, deixa *transparecer,* por fragmentos, o corpo despedaçado, não de Osíris, mas da profetisa, cujo espírito o poeta convoca para ir recompondo e configurando o seu corpo no poema. A idéia geral de *convocação* da Musa, da Sibila, de uma ajuda "sobrenatural" para o poema, assim como o fizeram Homero, Hesíodo, Virgílio, Camões e o próprio Gilberto na sua *Saciologia goiana,* não passa de estratégia para dar a ilusão de que o que se vai ler é de inspiração "divina".

José Fernandes, como crítico perspicaz, soube ver na *transparência* um feixe de vários raios de luz atravessando o poema e deixando na travessia o sentido do *claro-escuro* do discurso literário. Na "Nota" para a segunda edição de seu livro *O poeta da linguagem* (1983), dedicado ao estudo da poesia de Gilberto Mendonça Teles, agora reeditado em *O selo do poeta* (2005), o crítico escreve que:

> Tratando-se de arte literária, mormente da poesia de GMT, eu não poderia ter criado melhor símbolo para a sua obra, uma vez que a ação de selar implica fechar, lacrar, reservar, o que transforma o selo, segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, em **símbolo do segredo**. O que define um bom poema se não a capacidade de revelar escondendo e esconder revelando? [...] O enigma é a marca, o estigma da produção poética de Gilberto Mendonça Teles, não só nos poemas visuais, mas em todos os poemas, desde que lidos em profundidade.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2008.

CAMÕES Luís de. *Obra completa.* Rio de Janeiro: Aguilar, 1963.

CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris : Éditions Klincksieck, 1990. 2 v.

DENT, N.J. H. Dicionário de Rousseau. Rio de Janeiro : Zahar Editor, 1992.

D'HAUTERIVE, R. Grandsaignes. Dictyonnaire des racines des langues européennes, Paris, Larousse, 1948.

ERNOUT, A. et MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris : Éd. Klincksiecl, 1985.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1988.

FAUDEMAY, Alain. *Le clair et l'obscur à l'âge classique*. Genève : Éditions Slatkine, 2001.

FERNANDES, José. *O poeta da linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1983.

_____. *O selo do poeta*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2005.

KANDINSKY. *Du spirituel dans l'art, et dans la peinture en particulier.* Paris : Denoël, 1989.

LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literária*. Madrid: Editorial Gredos, 1966.

LUSITANO, Cândido. *Diccionario poético* "Para o uso dos que principião a exercitar-se na poesia portuguesa". Lisboa: Na Impressão Regia, 1820, 2. v.

MORA, José Ferrater. *Diccionario de filosofia*. Madrid: Alianza Editorial, 1979. 4 v.

ROQUETE, J.-I. ET FONSECA, José da. *Dicionário dos sinónimos poético* [...] *e de epítetos da língua portuguesa.* Porto: Lello & Irmão., 1949. a 1ª Ed. é de 1848.

ROSA, João Guimarães. *Seleta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. Org. de Paulo Rónai.

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: A transparência e o obstáculo***.** *Seguido de sete ensaios sobre Rousseau.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Tradução de Maria Clara Machado

TELES, Gilberto Mendonça*. Entrevista sobre poesia*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2009.

_____. *A escrituração da escrita*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

_____. *A retórica do silêncio*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. *Álibis*. Joinville, SC: Editora Sucesso Pocket, 2000. In: *Hora aberta* (poemas reunidos). 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Littérature et signification*. Paris : Larousse, 1967.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceptos fumdamentales en la historia del arte*. Madrid: Espasa-Calpe, 1970.

RESUMO: O termo **Transparência** põe o leitor em face de uma série de relações – com a linguística, a mitologia, a religião, a filosofia, a retórica, a arte e com a literatura. Dentre o seus principais "sinônimos", distinguem-se o *claro* e o *diáfano*: a água é *clara* quando nenhum corpo estranho a turva; é *diáfana*, quando por ela passam os raios de luz; e só é *transparente* quando permite se apresentem à nossa vista os objetos que em si ela contém. Mas o curioso é que, na literatura, a linguagem se diz *transparente* quando comunica os conceitos e imagens contidos no discurso comum; mas se diz *opaca* ou *claro-escura* quando está coberta de "desenhos", de figuras, isto é, em vez do conteúdo, tem o privilégio de se mostrar ao leitor, que assim a vê e pode alterá-la pela retórica.

ASPECTOS DIACRÔNICOS E SINCRÔNICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Horácio Rolim de Freitas
(USU, UERJ e ABRAFIL)

Graças aos estudos e às pesquisas linguísticas e filológicas, hoje se tem uma visão científica dos fatos linguísticos tanto sincrônicos quanto diacrônicos.

Haja vista que até o modo de nomear as línguas sofreu alteração.

Na Antiguidade, partia-se da premissa de que a língua existia *in essentia,* constituía-se num produto. Daí a designação adverbial *latine loqui* falar à maneira latina; *romanice loqui* falar à maneira popular; ou no grego *hellenídzein*, falar à maneira helênica; *barbarídzein*, falar à maneira estrangeira ou falar mal.

Logo, o que importa são as possibilidades do ato da fala; concebem-se as línguas substantivamente: *falar tal língua,* uma vez que não só os conteúdos, mas também o aspecto natural (os sons) são arbitrários, motivados historicamente, não por natureza. Eis por que o maior linguista teórico do século XX, Eugenio Coseriu, definiu o *falar* como atividade que se fundamenta numa *faculdade* e revela o *saber.*

Há, portanto, *o saber falar universal,* ou *o saber elocucional,* isto é, a capacidade de o homem expressar-se através do sistema denominado língua.

Se esse homem tem conhecimento das *formas* e *conteúdos* linguísticos, ele tem, então, o chamado *saber idiomático,* que se fundamenta no campo histórico, visto que a língua é um sistema que, continuamente, se forma do uso de uma comunidade, expressando-lhe os aspectos social, da tradição, histórico e folclórico. Princípio este que provém das ideias de Humboldt que, no século XIX, já definia a linguagem como *enérgeia* (atividade) e não *érgon* (produto). Aliás, ressalte-se que tal princípio foi haurido em Aristóteles para quem a atividade da fala é anterior à potência (*dínamis*). Todo ato da fala é um *ato criador,* daí o fato linguístico ser aplicado pela *função,* e não pelo material.

Eis a importância do desenvolvimento dos fatos históricos cujo dinamismo linguístico irá explicar as fases sincrônicas dos diassistemas, ou a sucessão de sincronias na diacronia.

Interessa antes a transformação do latim falado, através dos vários registros que o compunham, para o conhecimento histórico das línguas românicas, que o latim clássico ou erudito, o latim artístico dos inumeráveis textos literários.

Como exemplo, lembramos o emprego do verbo haver, impessoal em ortuguês.

Haver e *existir,* ambos traduzem a ideia de "existência". Existem grandes escritores. Há grandes escritores. Por que o primeiro é um verbo pessoal e o segundo, impessoal?

O verbo *haver,* proveniente do latim *habere,* significava *ter, possuir,* e era pessoal. Contudo, na linguagem coloquial, em frases como: *Forestis habet* multa animalia (A floresta tem muitos animais) o elemento sujeito passa a indicar o lugar, como adjunto adverbial, isto é, *na floresta,* e o verbo, que antes significava *ter,* sem sujeito, passa a indicar existência, tomando-se impessoal: "Na floresta há muitos animais".

Já no século IV, no texto da freirinha Egéria, *Peregrinatio Egeriae ad loca sancta,* encontramos exemplo do verbo *habere* empregado impessoalmente:

"Habebat autem de eo loco ad montem Dei forsitam quattuor millia... "

O caráter conservador do latim hispânico vai explicar formas antigas que se mantiveram no Português e no Espanhol. A Hispânia era uma das mais antigas províncias, montanhosa, e localizava-se na periferia do Império.

É o caso do advérbio *demagis,* já desusado no período áureo do século I d.C. Dele o Português recebeu *demais,* e o Espanhol, *demás.*

O mesmo sucedeu com o verbo *fabulare,* de uso até o século II a.C. e, depois, desusado. Conservado, porém, naquela região, chegou ao Português como *falar* e ao Espanhol como *hablar.*

Outro exemplo encontramos no verbo *percontari,* dando, em Português, *perguntar* e, no Espanhol, *preguntar.*

Grande importância, também, na difusão do latim e, consequentemente, para a explicação das palavras no Português, teve o latim dos cristãos. A pregação se fazia numa linguagem bem popular que veiculava termos da Igreja, tornando-os usáveis na linguagem cristã.

Eis a sábia lição de Santo Agostinho aos que saíam a pregar:

"Melius est reprehendant nos grammatici,
quam non nos intelligant populi."

Dizia, ainda, que empregava *fenerat por feneratur* (do verbo *foenerari:* não emprestar com usura, a juros), isto é, usava a forma popular de voz ativa pela voz depoente.

Daí, várias palavras do nosso léxico terem vindo através desse latim doscristãos, como:

parabola (por *verbum)* deu: Português: *palavra;* Espanhol: *palabra;* Francês: *parole;* Italiano: *parola.*

paganus: habitante do campo, deu *pagão* em oposição a cristão, pois o Cristianismo primeiro conquistou as cidades, depois o interior. O "pagão" era o aldeão, o camponês, não cristão, porque não batizado (inscrição do século IV "*pagana nata* ").

operare (por *laborare*) deu *obrar.*

talentum " moeda" que aparece na parábola do livro de S. Mateus sobre o servo que não soube multiplicar a moeda, passando ao sentido de "ter dotes naturais, ter inteligência."

A linguagem corrente dos cristãos, de cunho popular, que, nas províncias, era conservadora, é que explica certos arcaísmos que chegaram até nós, de que são exemplos os verbos *confabula.r* de *confabulari* e *erradicar,* provindo de *erradicare,* usados por Plauto, já bem antigos.

Influência da Igreja

A vitória do Cristianismo levara a Igreja a um constante combate às imperfeições, aos vícios e aos costumes pagãos.

Os habitantes das vilas e povoados agremiavam-se em torno da Igreja, sendo considerados *filii eclesiae,* expressão que, evoluindo, deu freguês.

Surgem os conventos, centros donde emanam as diretrizes e ideias propagadas pela fé cristã.

S. Marinho funda o célebre mosteiro de Dúmio, em Braga, e, no combate às práticas pagãs, publica o seu *De corretione rusticorum.* Aí, ao fazer as críticas, assim se expressa: "Que loucura que um cristão deixe de guardar o *domingo* e guarde o dia de Jove, de Mercúrio, de Vênus, de Saturno. Por que, então, não se consagrar dias às traças e aos ratos?"

S. Marinho e seus sucessores se insurgiram contra a designação pagã dos dias da semana.

A *septimana* romana baseou-se no calendário egípcio e no judaico.

A divisão deriva da astrologia pelas fases da lua de 7 em 7 dias.

Semana (planetária egípcia) - Satumo, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio, Lua.

Semana romana - *Saturnus* (sábado), *Sol* (domingo), *Luna* (2ª feira), Mars (3ª feira), Mercurius (4ª feira), Juppiter (5ª feira), Venus (6ªfeira).

Dá-se a influência judaica, cuja semana começava pelo dia sagrado *sabbâtt,* oriundo do babilônio *sabattum,* composto de *sag* "coração" e *bar* "chegar ao fim", daí "repouso do coração".

Na semana romana, o *saturnus dies* passou a *sabbatum* pela influência judaica.

O calendário hebraico apresentava dias: Sabbatum, prima sabbati, secunda sabbati, tertia sabbati, quarta sabbati, quinta sabbati, sexta sabbati.

Com a pregação do Cristianismo, o primeiro dia foi dedicado ao Senhor, o dia do descanso, *dies domenicus*.

O *sabbatum* judaico, ironizado pelos romanos que zombavam da circuncisão e do jejum, e já tendo perdido o valor religioso, passou ao último dia da semana.

Assim ficou a semana no calendário romano:

dies Domenicus, dies Lunae, dies Martis, dies Mercurii, dies Jovis, dies Veneris, Sabbatum.

Nas línguas românicas, vamos encontrar, excetuando-se o domingo e o sábado, designações de origem pagã, com a união de parte do nome do astro ou do deus pagão com parte da palavra dies. Por exemplo, no francês, *Mardi;* no italiano, *Martedi*. Já no provençal, *Dimartz* e, no catalão, *Dimars*.

Veja-se o quadro comparativo dos dias da semana nas línguas românicas.

Observe-se que no sardo a sexta-feira não apresenta o radical de *Venus*. *Veneris,* substituído por *Kenábura,* da expressão *cena pura,* significando 'jejum e abstinência", preparativos feitos no dia anterior ao sábado, prática que ocorria na Sardenha.

Só a língua portuguesa apresenta formação diferente. O nome *feria,* já no latim, significava "dia festivo" e, com o Cristianismo, passou a indicar as comemorações da Páscoa e de Pentecostes.

Era costume medieval coincidir os *mercados* com as festas religiosas, onde as pessoas aproveitavam as grandes aglomerações para fazer negócios. Surge, assim, a marcação dos dias, à exceção do dies Domenicus e do Sabbatum: a feria secunda, feria tertia, feria quarta, feria quinta, feria sexta.

A constante ação da Igreja, criticando o uso das designações pagãs, e as comemorações religiosas com as *ferias,* resultaram na adoção, em português, do calendário que exclui todos os nomes de origem pagã.

No século IV, o Papa Silvestre torna obrigatório o uso deste esquema enumerativo dos dias da semana. O texto da *Peregrinatio* já registra todos os dias da semana, contando-se 41 (quarenta e uma) vezes.

Portanto, é a língua portuguesa a única língua românica que não manteve as designações de origem pagã.

Também ao Papa Silvestre devemos o descanso das *férias*, pois determinara não ser permitido ao clero ocupar-se com negócios ou trabalho do mundo, para estar disponível somente para Deus.

Eis o quadro comparativo dos dias da semana nas línguas românicas.

DIAS DA SEMANA

Francês	Italiano	Espanhol	Romeno	Provençal	Catalão	Sardo
Dimanche	Domenica	Domingo	Duminica	Dimengue	Diumenge	Domíniga
Lundi	Lunedi	Lunes	Luni	Diluns	Dilluns	Lunis
Mardi	Martedi	Martes	Martsi	Dimartz	Dimars	Martis
Mercredi	Mercoledi	Miércoles	Miercuri	Dimercres	Dimecres	Mérkuris
Jeudi	Giovedi	Jueves	Joi	Dijous	Dijous	Djoja
Vendredi	Venerdi	Viernes	Vineri	Divenres	Divenres	Kenábura
Samedi	Sabato	Sábado	Simbata	Dissapte	Dissapte	Sápadu

A Lusitânia

No século VIII, os árabes chegam à Península Ibérica. No território da Lusitânia, há uma cisão geolinguística. Enquanto os habitantes do Sul convivem com os mouros, aceitando-lhes o jugo, os do Norte refugiam-se nas montanhas da Galiza. Lá se desenvolve o falar galego e, ao Sul, em contato com os árabes, o chamado falar *moçarábico.* Eram os moçárabes um misto de cristão com árabe.

O romanço moçarábico tinha caráter essencialmente conservador, diferindo do galego, falar das populações cristãs do Norte.

Dá-se a atuação do princípio sociolinguístico que explica a maior ou menor intensidade das transformações linguísticas, consequência das forças *centrípeta* e *centrífuga.* Esta, a centrífuga, predominou no Norte, uma vez que, distante dos centros de cultura, pequena contribuição da escola, no falar galego precipita-se a *deriva,* propiciando maiores e mais rápidas alterações. É o caso, por exemplo, da palatalização. São do Norte formas como: chegar, chor, chamar, correspondentes a: pregar, frol, cramar, formas do Sul, provenientes do mesmo étimo: *plicare, flore, clamare.*

Ao Sul, a influência árabe se faz notável. Povo de cultura, demonstrada nas artes, na arquitetura, nas ciências, é responsável pela predominância da força *centrípeta,* caracterizando o conservadorismo do falar moçarábico.

Outras não poderiam ser as consequências do "modus vivendi" das populações do Sul da Lusitânia, marcadas pela reclusão espiritual, pelo romance repetido de outiva, e que não era escrito, pelo cultivo intenso da língua árabe, em detrimento dos estudos latinos. A palatalização efetuada ao Norte correspondia, ao Sul, a uma simples alternância das líquidas, conforme já exemplificamos (pregar, cramar, frol). As consoantes líquida lateral /1/ e linguodental nasal /n/, que sofriam síncope no falar galego, conservam-se no falar moçarábico, de que são exemplos os topônimos: Mértola, Fontana, Odeana.

Do Norte recebemos *devesa,* proveniente de *defensa,* sonorização que não se realizou ao Sul, donde a forma atual *defesa.* A evolução do ditongo ai-ei, comum no Norte, não se efetua no Sul, daí as palavras: *furnair* (forneiro); *çabatair* (sapateiro).

Fato por demais conhecido da influência árabe no romance lusitânico é a aglutinação do artigo -*al* a várias palavras, como: almofada, almôndega, alfinete etc. Até a vogal da sílaba tônica, que terá na língua portuguesa sua maior estabilidade, será abalada pela influência árabe em certas palavras, como: Tejo, de Tagu; Beja, de Paga.

Não poucas palavras, comuns na poesia trovadoresca, são exemplos da influência árabe, pelo conservadorismo de suas formas, irmana, louçana, pino, venía, salido etc.

Do longo contato entre muçulmanos e cristãos vieram para a língua portuguesa inúmeras palavras de vários campos semânticos, como, por exemplo, as que designam cargos e coisas militares:

alcaide no Castelo: chefe, comandante e, mais tarde, capitão de navio.

alferes: cavaleiro que levava a bandeira real (porta-bandeira), depois, um posto militar.

alarido e algazarra: ruído com ira, grita com que os mouros começavam a

pelejar; tumultuar das tropas mouras, brado.

almazén: depósito de armas, celeiro, entreposto, chega ao português como *armazém,* ao francês como *magasin,* ao espanhol, como *almacén.*

almoxarife: ilustre, nobre, inspetor; depois administrador da fazenda real; encarregado da arrecadação e, mais tarde, guarda da distribuição de mercadorias.

Do árabe recebemos, também, a interjeição *oxalá.* Difícil de ocorrer, até na estrutura da nossa língua vamos encontrar a influência árabe: trata-se da preposição *até.* No português arcaico, houve as variantes atá, ataa, provindas do árabe *hatta,* que se cruzam com a expressão latina: *ad tenes,* responsável pelas formas ate, atês, atees, atem.

No Alentejo, ainda são encontradas as formas: atá, ata'qui, atàgora, *'relíquias moçárabes* ‘.

Contudo, é no léxico que se pode notar a rica contribuição árabe na língua portuguesa. Até dicionário só de palavras oriundas do árabe possuímos, como o elaborado pelo filólogo português José Pedro Machado.

Quero registrar aqui que o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa,* do Prof. Antenor Nascentes, consigna 609 vocábulos de origem árabe.

O *Dicionário da Língua Portuguesa,* da Academia Brasileira de Letras, de cuja equipe participei, em 1999, elevou esse número para 2 250 palavras.

O Século XVI

1- A Língua Portuguesa

Portugal aos poucos vai saindo do ambiente medieval. A sociedade portuguesa está imbuída de um novo espírito. As grandes navegações descortinaram-lhes novos mundos e novas humanidades. A chegada de humanistas propicia-lhes desvendar tesouros da civilização greco-latina.

O latim é plenamente cultivado, chegando a se tomar a língua das ciências. É fato que até as damas da corte liam em latim.

Publica-se a famosa obra do Pe. Manuel Álvares *De institutione grammatica,* traduzida em 12 (doze) idiomas e impressa mais 400 (quatrocentas) vezes, pela qual aprenderam latim as gerações até o século XVIII.

Eram, nessa época, comuns os jogos, ficando na língua algumas expressões dele decorrentes, como:

dar no vinte (acertar): no jogo da malha, vinte era o pau que servia de alvo e valia vinte pontos, se derrubado.

meter o bedelho: bedelho era "trunfo pequeno" no jogo de cartas.

truque (ardil, tramoia): num jogo de 3 cartas entre 2 ou 4 parceiros, havia certas cartas maiores, chamadas truque.

No léxico do século XVI, podemos constatar o uso de formas populares que, posteriormente, serão refeitas: adevinhar, alvalá (al vará), estronomia, avangelho, bautizado, adversairo, rosairo, contrairo, devação, dino, lumiosos, simprezidade.

Por outro lado, vocábulos e expressões já arcaicos no século XVI, ainda são usados por certos autores, como ocorre, por exemplo, na carta de Caminha: cárrego (cargo), coma (como), senho (numeral), tamalavez (adv.), prantar etc. e ainda formas verbais como jouvesse (por jazesse), jouvemos (por jazemos).

2 - Camões

É com Camões que se data o início do Português moderno, embora seu vocabulário compreenda termos populares, arcaísmos e latinismos.

Formas antigas como *devação, rostro, obra de, ca* (conj.), *pero* (conj.), *leixar, debalde* já não encontram guarida no poema camoniano.

Refaz a antiga forma do ditongo *ai* no sufixo *-ário: rosário* (por rosairo), *contrário* (por contrairo), *vigário* (por vigairo).

A crase já se dera: vãs, hu, fé. Esta palavra é empregada 16 (dezesseis) vezes, sendo só duas com *e* dobrado *fee,* mas só graficamente, pois a métrica comprova a crase (C I, 2 e C V, 13).

Camões usa de formas populares, como: *benino, malino, sino* (signo), *bautizar, Anrique, exprimentar* (12 vezes) e *experimentar* (2 vezes), *estâmago, orfindade*

(pop.), depois *orfandade* (semiculta), *pego* por pélago (C V, 73): "Deitando para o pego toda a armada"

reposta (fem. de reposto) que, no século XIV, por influência do verbo *responder,* passa a *resposta.*

É fato que ainda se encontram em Os Lusíadas alguns arcaísmos, como o adv.

asinha, esteis (por estejais);

impidas (por impeças) (C VIII, 75): "Não me *impidas* o gosto da tornada";

himos (por vamos): (C.II,80) "*Himos* buscando as terras apartadas";

sôbolo (sobre o): (C X, 60) *"Sobollo* tanque lucido e sereno"; is (por ides): (C IV, 91) "Porque *is* aventurar ao mar iroso";

trezeno (13º) (Cf. dezena, novena, quinzena, onzena, quarentena) (C IV, 60): "Foi Joane segundo e Rei *trezeno".*

Mas é no vocabulário erudito, através de latinismos, que Camões enriquece o léxico português. A ele devemos a introdução de, aproximadamente, duas centenas de palavras, como: lanígero, mortífero, áureo, férreo, idôneo, hórrido, íncola, procela, fulgente, tálamo, vocífero, ignaro, diáfano etc.

Outra contribuição de Camões à língua portuguesa está na etimologia. Camões conhecia a origem que se dá à palavra Lusitânia e, no Canto III, 21, diz:

"Esta é a ditosa pátria minha amada.
Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela estão os íncolas primeiros".

Camões segue a tradição de que *lusos* e *Lusitânia* provêm de *luso,* tirado de *Luso* e *Lysia,* filhos ou companheiros de Baco, o qual, no poema, se opõe aos portugueses, pois estes chegarão às Índias, domínio do deus romano.

Vênus, ao interceder junto a Júpiter, em defesa dos portugueses, no C VIII, 2, repete a origem da palavra:

"Este, que vês, é Luso, donde a fama
O nosso reino Lusitânia chama."

Mas a grande contribuição de Camões, assim me parece, no campo lexical, está no termo *Adamastor.*

Se procede a explicação filológica, Camões teria aproveitado o nome Adamastus, criado por Vergílio, na Eneida, L III, 614:

"Sum patria ex Ithaca, comes infelicis Ulyssi
Nomine Achemenides, Troiam genitore Adamasto
Paupere profectus"

(Sou da pátria Ítaca, companheiro do infeliz Ulisses/ O meu nome é Aquémenes, tinha partido para Tróia, sendo meu pai o pobre Adamasto)

Nesta passagem, Eneias encontra, numa caverna, o grego Aquémenes que narra aos troianos as crueldades do ciclope. Aqueménedes é nome desconhecido de Homero (é de origem persa), aqui personagem imaginária.

Da Odisseia, Camões retirou o nome Damastor, (um dos gigantes que escalaram o Céu. Não tendo armas, lançou contra os deuses um companheiro petrificado por Minerva, segundo a Mitologia.)

Era Damastor filho de Náuplio, grande navegador, cujo nome é formado de vaus / naus / "navio" e de plein "navegar". Na Odisseia é citado várias vezes, no Livro XXI, quando os pretendentes queriam desposar Penélope, certos de que Ulisses não voltaria:

pág. 155- "Disse Agelau, filho de Damastor..."
pág. 182- "O primeiro que a apostrofou foi Agelau, filho de Damastor"
pág. 183- "Eram incitados por Agelau, filho de Damastor"
pág. 185- "Ulisses feriu com a comprida lança o filho de Damastor"
Camões, juntando Adamastus e Damastor, criou Adamastor.

Séculos XIX e XX

1. Importância da Filologia

Principais representantes em Portugal.

A Francisco Adolfo Coelho deveu-se a introdução da ciência da linguagem em Portugal, no século XIX, adotando o método histórico-comparativo.

Dentre os vários filólogos lusitanos destacam-se dois profícuos especialistas: José Leite de Vasconcelos, autor da famosa *Lições de Filologia Portuguesa* e de inúmeras obras sobre dialetos e falares em Portugal, África e Ásia e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, também autora de *Lições de Filologia Portuguesa,* além de inúmeros trabalhos de erudição filológica, como a edição do *Cancioneiro da Ajuda* e o *Glossário* dessa obra.

Principais representantes no Brasil

Não poucos estudiosos contribuíram para o acervo filológico no Brasil. Cumpre destacar alguns de uma lista que seria exaustiva.

Ferdinando de Sousa da Silveira com *Textos Quinhentistas* que compreende os estudos dos textos: *Sobolos rios,* de Camões, a tragédia *Castro,* de Antônio Ferreira, o *Auto da Alma,* de Gil Vicente, e *Crisfal,* de Cristóvão Falcão. De leitura obrigatória são suas *Lições de Português,* em que o autor consegue, em pequeno livro, expor sua profundidade de conhecimentos.

Celso Ferreira da Cunha, um dos maiores medievalistas brasileiros de cuja contribuição filológica destacam-se: *Cancioneiro de Joan Zorro, Cancioneiro de Martin Codax,* e *Estudos de Poética Trovadoresca.*

Antenor Nascentes, lexicógrafo e etimólogo principalmente, deixou-nos *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa,* que mereceu o prefácio de Meyer-Lübke; *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (tomo II, de nomes próprios); *Dicionário Etimológico Resumido; Dicionário da Língua Portuguesa,* editado pela Academia Brasileira de Letras; O *Problema da Regência,* dentre outras obras.

Clóvis do Rego Monteiro, autor de *Português da Europa e Português da América,* obra que marcou os estudos sobre a língua portuguesa pela importância dos assuntos tratados e profundidade de conhecimento. Deixou-nos, também, *A Linguagem dos Cantadores; Morfologia e Sintaxe do Substantivo da Língua Portuguesa,* dentre outras contribuições.

Manuel de Said Ali Ida, o maior sintaticista da língua portuguesa a quem devemos a primorosa obra *Dificuldades da Língua Portuguesa; Lexeologia do Português Histórico* e *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico,* que foram reunidas, mais tarde, sob o título *Gramática Histórica da Língua Portuguesa.* Destacam-se ainda: *Meios de Expressão e Alterações Semânticas; Investigações Filológicas.*

Serafim da Silva Neto, autor da monumental obra *História da Língua Portuguesa,* sem similar em Portugal e no Brasil. Destacam-se, ainda: *Fontes do Latim Vulgar, História do Latim Vulgar; Textos Medievais Portugueses e seus Problemas; Língua, Cultura e Civilização.*

A Serafim da Silva Neto devemos o levantamento da etimologia de certas palavras que não encontraram, entre os filólogos, explicações plausíveis e científicas. O Mestre estudou-lhes a história, o percurso evolutivo, possibilitando, assim, o esclarecimento definitivo de suas origens. Destaquem-se, pela importância: deixar, cadeira e fígado.

2. Fatos linguísticos à luz da diacronia

2.1. O verbo *ter* impessoal: Tem pessoas? ou Há pessoas?

Há muito tempo o verbo *ter* procura desbancar o verbo *haver* em frase com o sentido de existência. No registro padrão, determina-se o uso do verbo haver: *Há pessoas na sala,* considerando-se imprópria a presença do verbo ter: *Tem pessoas na sala,* de emprego corrente no Brasil.

A pseudoincorreção no uso do verbo *ter* em frases existenciais se deve à sua origem, tida como "brasileirismo". Constitui, realmente um brasileirismo? Teve origem na linguagem popular? Trata-se de regionalismo brasileiro? Provém da influência tupi?

Não faltaram respostas a estas perguntas, dissociadas da pesquisa linguística.

Bias Mendes, por exemplo, autor da obra *Estudos Americanos* atribuiu a influências do falar indígena particularidades do português do Brasil, como o verbo *ter* usado impessoalmente. Uma frase como:

Tem homens seria mera tradução do tupi: "orecô apgauaitá".

Tal explicação foi refutada por Clóvis Monteiro na obra *Português da Europa e Português da América,* alertando-nos de que "não raro, onde se pretende descobrir um sinal da influência tupi, não há senão um traço da tendência espontânea da língua, a qual, às vezes, já ocorreu em Portugal."

É o que sucede com o verbo ter nessa acepção.

Gladstone Chaves de MeIo, que arrolou como brasileirismo esse emprego do verbo ter, em *A Língua do Brasil,* retificou tal afirmação, ao ouvir em Portugal, em Póvoa-do-Lenhoso, o verbo ter usado impessoalmente. A propósito do fato, ensina-nos esse grande filólogo: "Quanto melhor se conhece a língua arcaica e mais se investigam os falares portugueses, menor é o número de brasileirismos".

Ainda Gladstone Chaves de MeIo nos aponta exemplo colhido na obra *Frei Luís de Sousa,* de Almeida Garrett:

"Não, hoje não *tem* perigo".

A este exemplo podemos acrescentar outros de vários autores portugueses:
Fernão Mendes Pinto, na obra *Peregrinação, II*, 79:
"Nos matos da costa *tem* muito pau-brasil'

João de Barros, em *Crônicas, III*, 9:
"E lá dentro (no paço) *tinha* muitos jardins.'

Diogo do Couto, em *Vida de São Paulo:*
"Disseram os oficiais que ainda *tinha* tempo.'

Feliciano de Castilho, em *"O Doente de Cisma":*
"Sr. Simplício, *tem* ali fora um sujeito..."

Camilo Castelo Branco, em *O Santo da Montanha:*
"Tem lá uma cousa que chamam academias..."

Eça de Queir6s, em *A Cidade e as Serras:*
"Tem ali um pomar que dá os pêssegos mais deliciosos de Portugal."

Outra não é a lição deixada pelo saudoso Prof. Cândido Jucá Filho no artigo *Aspectos da Linguagem Brasileira,* apresentado no 2º Simpósio de Língua e Literatura, 1969, após arrolar diversos exemplos colhidos em autores portugueses. Diz-nos o grande mestre: "Parece-me assim que o uso do verbo *ter* por *haver* nas chamadas frases existenciais é uma ampliação legítima que os brasileiros fizemos dentro de critérios que nos chegaram de Portugal."

Pelo exposto, quero crer que fica difícil continuar-se a considerar o emprego de *ter* impessoal, no sentido de existência, um uso linguístico criado no Brasil, quando emana de Portugal.

2.1.2 A palavra se como apassivador: explicação histórica.

A norma culta admite a existência da chamada passiva sintética com a partícula se, em frases como: Vendem-se casas.

Dois são os argumentos dos que defendem essa construção:

1.º) sendo o verbo ter transitivo direto, pode ter voz passiva;

2.º) esta construção com a palavra *se* equivale à passiva analítica: Casas são vendidas, logo o substantivo *casas,* nos exemplos, representa o sujeito, devendo o verbo com ele concordar.

Said Ali não admite tal construção como voz passiva sob os seguintes argumentos:

1.º) "Analisar indiretamente, por meio de substituição é dar asas à fantasia."

2.º) São estruturas e significações diferentes: *Vende-se esta casa e Esta casa é vendida.*

Said Ali considera, portanto, voz ativa, sujeito indeterminado e o substantivo posposto, complemento verbal. É como, aliás, percebe o falante na linguagem coloquial.

Ao lado de Said Ali estão Sotero dos Reis, Antenor Nascentes e Clóvis

Monteiro. Este assim se pronunciou sobre o pronome apassivador: "A função subsidiária que, neste caso, se atribui ao *se,* é circunscrita à esfera dos eruditos. É ignorada pelo povo, que, instintivamente, rejeita, por contrário à índole da língua, aquilo que, muitas vezes, é ouro de lei para os gramáticos."

Não há dúvida de que tal construção não tem o respaldo da linguagem coloquial. O usuário da língua não sente nenhuma ideia de passividade. Eis o real fato sincrônico.

Faltava, no entanto, a explicação diacrônica, a origem de tal construção.

Esse estudo, que viria, definitivamente, justificar a aversão que o falante tem em flexionar o verbo junto à palavra *se* (Vende-se casas / Conserta-se relógios) se deve à tese de doutorado do Prof. Castelar de Carvalho. Pesquisador de primeira linha, que, antes, já nos dera a obra *Para Compreender Saussure,* solucionou a origem da chamada passiva pronominal na obra O *Pronome Se: uma palavra oblíqua e dissimulada.*

Comprovou o autor que nunca a palavra *se* funcionou no latim clássico como elemento apassivador. Nem o latim vulgar deu guarida a tal construção.

O Prof. Castelar cita eminente autoridade no assunto, Henri Müller, no artigo

A Voz Passiva no Latim Vulgar, publicado pela Columbia University Press, em 1962: "Passiva pronominal é uma criação das línguas românicas, não do latim. A passiva pronominal é uma invenção renascentista."

Eis a lição de Castelar de Carvalho:

O *se* pronome apassivador tem sua origem no uso da perífrase verbo-pronominalcom sujeito inanimado (Ex.: Agita-se a palmeira.), construção que acabou por se prestar a uma interpretação ambígua: de um lado, como medial dinâmica (A palmeira agita-se) com a personificação do sujeito; e, de outro, com a voz passiva, a chamada passiva pronominal românica, interpretação que veio a prevalecer no registro culto da língua portuguesa.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Castelar de - *O pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada* (tese de concurso), 1990.,,

CHAVES DE MELO, Gladstone - *A Língua do Brasil,* 3ª ed., Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1975.

COSERIU, Eugenio - *O Homem e sua Linguagem,* trad. Presença Editora da USP, Rio, 1982.

COSERIU, Eugenio – *Teoria Del Lenguaje y Linguística General,* Editorial Gredos, Madrid, 1969.

DIAZ Y DIAZ, Manuel C. - *Antologia Del Latin Vulgar,* texto de *Peregrinatio Egheriae,* Editorial Gredos, Madrid, 1950.

HOMERO -Ilíada*,* trad. M. Alves Correia, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951, voI. II e III.

JUCÁ FILHO, Cândido - *Aspectos da Língua do Brasil,* in Simpósio de Língua e Literatura, Rio, 1969.

MEYER-LÜBKE, W - .*Romanisches, Etymologisches Worterbuch,* Carl Winter UniversitätsverIag, Heidelberg, 1992.

SALUM, Isaac Nicolau - *Os Dias da Semana nas Línguas Românicas,* Jornal de Filologia n° 10, Saraiva Editores, 1956.

SILVA NETO, Serafim da - *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa,* 2ª ed., Grifo Edições, Rio, 1976. SILVA NETO, Serafim da - *História da Língua Portuguesa,* Livros de Portugal, Rio, 1952.

SILVEIRA BUENO, Francisco da - *A Formação Histórica da Língua Portuguesa,* Livraria Acadêmica, Rio, 1955.

QUI SUNT HI SERMONES... ET ESTIS TRISTES?

Latim e Retórica no Sermão (II) da 1ª. Oitava da Páscoa

João Bortolanza
(UFU)

Magistral esse sermão de Vieira, por sua habilidade de situar-se eco de dois clamores. Primeiramente, ecoa, com acordes latinos, destacados em epígrafe, o canto-chão da celebração litúrgica ainda a ressoar na abóboda da Igreja "*Qui sunt hi sermones quos confertis ad invicem ambulantes et estis tristes?* ("Que palavras são estas que ides conferindo entre vós, e de que estais tristes?" – nas palavras de Vieira) ... *Nos autem sperabamus quia ipse esset redempturus Israel"* ("E nós esperávamos que fosse ele Aquele que havia de remir Israel"). Outro é o clamor plangente das ruas, dum povo desconsolado pela triste nova de que nesse País não há e não se hão de achar as tão sonhadas minas. Eis o tema para a longa homilia litúrgica, religiosa sim, mas politicamente calcada na realidade, fruto da *Inventio* do grande Mestre de Retórica.

E isso em terras brasileiras, na Primeira Oitava de Páscoa: de um lado, os discípulos em retirada, tristes pela morte ignominiosa de suas esperanças, a jazerem agora, segundo eles, definitivamente enterradas com o Corpo morto de Cristo. O melodioso canto gregoriano do Evangelho tocava profundamente os corações desiludidos, há tanto tempo acalentados com a descoberta iminente de Minas de ouro e prata: não há as minas, não há mais Redentor: *Et estis tristes*, repetirá Vieira com sua potente voz de orador sacro, o maior de que se tem notícia.

Já no *exordium*, refere que no Dia de Páscoa o mesmo Cristo, ao amanhecer, consolou a Madalena – *Mulier, quid ploras?* [...] *non invento corpore ejus* – triste por não encontrar o corpo sepultado; e, nessa Primeira Oitava de Páscoa, ei-lo que, no entardecer desse primeiro dia, caminha junto com os que o choram, e em ambos *de absconditis* surge o Consolador: "É, contudo, tão bom Consolador Cristo, e tão apressado, que na mesma manhã enxugou as lágrimas das Marias, e na mesma tarde serenou a tristeza dos Discípulos", diz Vieira e conclui "como eu também determino aliviar a vossa hoje". Como o Cristo curou a "tristeza declarada" (*Et estis tristes*) e consolou a "esperança perdida" (*Nos autem*[23] *sperabamus quia ipse esset redempturus*), cabe a Vieira propor o tema bipartite, a partir desse mote-epígrafe:

a) Et estis tristes: pois eu vos assevero que "muito melhor vos esteve não se descobrirem as minas esperadas, que descobrirem-se";

23 Comunicação apresentada no XVII Congresso Nacional de Estudos Clássicos, Natal-RN, Setembro de 2009, revista e ampliada.

b) Nos autem sperabamus: pois eu vos quero mostrar que, "em lugar das minas incertas que se não descobriram, vos descobrirá Deus outras certas, e muito mais ricas."

Como assenta Vieira, ainda no exórdio, só à primeira vista, são estes assuntos "temporais". A habilidade da retórica vieirana tomará autoridade nas asserções latinas litúrgicas, bíblicas e clássicas para tecer o arcabouço dessa magistral peça oratória. Um latim essencial como estrutura retórica e discursivo-dialética, a dar sustentação ao grande prosador da Língua Portuguesa. Ler esta sem aquele é perder-se parte substancial nas mais de 7000 páginas dos sermões de Vieira. Alguém, para simplificar, já sugeriu: "Por que não traduzir Vieira?" Não seríamos nós os Letrados os grandes especialistas do acervo de quase 25 séculos de nossa língua "Português-Latim"? E para ler Vieira em seus Sermões, primordial é identificar a *Inventio* de excertos latinos, que formarão os tópicos de seu discurso: trarão a autoridade religiosa e clássica de que necessita para exercer sua arte de persuadir. Serão estes excertos explorados à exaustão e interligados, que formam quase uma epímone do tema único de sua homilia. Eis, em síntese:

1. Exordium

Como vimos, a partir do Evangelho do dia, destaca a tristeza [***et estis TRISTES***] e a esperança desenganada [***Nos autem SPERABAMUS***] dos discípulos de Emaús, que, ao cair da tarde, desconheciam o que acontecera na madrugada deste mesmo dia, do Evangelho do Dia de Páscoa, com a tristeza de Madalena [*Mulier, QUID PLORAS?*] e com o desespero de sequer achar o corpo que buscava... *Non invento corpore ejus*.

2. Propositio (rationes)

E Vieira vai argumentar com a tristeza [*estis tristes*] e a perda da esperança [*nos autem sperabamus*] dos ouvintes, fazendo

a) a *Refutatio*: "muito melhor vos esteve não se descobrirem as minas esperadas, que descobrirem-se", com outras citações latinas, como essa de Horácio – "a sentença de um Gentio fundada só na razão natural" –: *AURUM IRREPERTUM, ET SIC MELIUS SITUM CUM TERRA CELAT* :

> ...o ouro (diz Horácio) é melhor não se achar nem se descobrir, que achar-se: *Aurum irrepertum*. E por quê? Porque, enquanto a terra o esconde e encobre: *cum terra celat*: está ele no sítio e lugar que lhe deu a natureza, que é o melhor: *Et melius situm*. Excelente razão.

b) E, em seguida, a *Comprobatio*: "em lugar das minas incertas que se não descobriram, vos descobrirá Deus outras certas, e muito mais ricas." É o Cristo que *DESCENDIT AD INFEROS*, como os homens que descem às minas, no dizer de Ovídio,

ITUM EST AD VISCERAS TERRAE, ou de Plínio *IMUS IN VISCERA EJUS et in sede manium opes quaerimus... ILLA NOS AD INFEROS AGUNT*. Já os pagãos atentam para onde leva a cobiça, para o profundo da terra *ad inferos*. Assim elucida Vieira:

> É o que realmente e em Pessoa fez Cristo, penetrando o mais escondido e inferior da terra, e descendo verdadeiramente ao inferno, para descobrir, romper e abrir as suas minas, não de ouro ou prata, que acrescentam os males da terra, senão de outros muito mais preciosos metais, com que se acrescenta, ilustra e enriquece o céu.

Como já o profetizara Isaías: *Portas aereas conteram, et vectes ferreos confringam, et dabo tibi THESAUROS ABSCONDITOS, et arcana Secretorum* (Is. 45, 2-3) e ainda: *Vere tu es DEUS ABSCONDITUS, Deus Israel Salvator* (Is., 45, 15). Ele em Pessoa é o *THESAURUS ABSCONDITUS*. E para completar, a autoridade e lucidez de Paulo: "*ASCENDENS IN ALTUM, captivam duxit captivitatem. Quod autem ascendit, quid est, nisi quia et DESCENDIT PRIMUM IN INFERIORES PARTES TERRAE"*. (Ef. 4, 8-9)

1. Peroratio

No item IX, como conclusão, assim começa Vieira: "Estas são, Senhores meus, as minas de que Cristo hoje subiu tão rico do centro da terra: estas as que eu vos prometi descobrir: e estas, e não outras, as minas do vosso Maranhão".

Novamente retoma o *Descendit ad inferos* da Profissão de Fé, completando-o com Davi: *ERUISTI ANIMAM MEAM EX INFERNO INFERIORE* (Sl. 85, 13), recriminando-os, como aos discípulos de Emaús: *O stulti et tardi corde ad credendum* (Lc. 34, 25) e exortando-os com o Evangelho *THESAURIZATE VOBIS THESAUROS IN CAELO* (Mt. 6, 20) – "as minas que eu vos prometi" – conclui com o Livro dos Provérbios: "S*i quaesieris eam* [a Graça]*, quasi pecuniam, et SICUT THESAUROS EFFODERIS ILLAM; tunc intelliges timorem Domini, et SCIENTIAM DEI INVENIES"* (Pr. 2, 4-5).

Retomando a *Propositio*, veremos a *amplificatio*, com o desenvolvimento das *res* ou *argumentationes*, sempre a partir de frases latinas que soam como mote ou expressões-síntese dos itens II a VIII do corpo do sermão. Bem sinteticamente explano o corpo do discurso parenético.

II. *Qui sunt hi sermones, quos confertis ad invicem ambulantes, et ESTIS TRISTES?* "Que práticas são estas que ides conferindo entre vós, e estais tristes? [...] E se eu fizesse a mesma no nosso Belém [...] é certo que me havíeis de responder como eles responderam *NOS AUTEM SPERABAMUS*" – como vemos, o assunto desenvolve o tópico bipartite da epígrafe latina. Inclusive o *quia ipse esset REDEMPTURUS Israel*, facilmente entendido como quem deposita na descoberta de tesouros a "redenção, não só desta vossa cidade, e de todo o estado, senão também do mesmo reino [...]

Ora ouvi-me atentamente, e (contra o que imagináveis, e porventura ainda imaginais), vereis que como nesta, que vós tendes por desgraça, consistiu a vossa redenção; e de quantos trabalhos, infortúnios e cativeiros vos remiu e vos livrou Deus em não suceder o que esperáveis"

Está aí assentada a *Refutatio*: "Muito melhor vos esteve não se descobrirem as minas esperadas, que descobrirem-se".

Primeira figura bíblica, a de Jó, a amaldiçoar a noite que o viu nascer: *Pereat NOX, in qua dictum est, Conceptus est homo: expectet lucem, et non videat, nec ortum SURGENTIS AURORAE* (Jó, 3, 3). Feliz foi Jó por não ter-se cumprido seu desejo, posto que a aurora a surgir iria pôr fim à noite, sendo portanto muito melhor que a noite não pereça e melhor não sucederem as coisas como esperamos.

III. Os *exempla* passam a comprovar o argumento contestatório. Lembra a parábola do *THESAURO ABSCONDITO in agro* (Mt. 13, 44), quando o campo passou a ser desejado e comprado por aquele que descobriu que havia um tesouro escondido abaixo da superfície. O *THESAURUS ABSCONDITUS* a provocar a cobiça e a perda.

O Rei de Israel, Ezequias, feliz pelos presentes que o Rei da Babilônia lhe enviara para "lhe dar o parabém da saúde", mostra-lhe os seus tesouros. No mesmo dia Deus o admoesta *Ecce dies venient, et AUFERENTUR OMNIA quae in domo tua sunt et QUAE THESAURIZAVERUNT PATRES TUI usque diem hanc, in Babylonem* (Is. 39, 6), esses tesouros que mostrastes, eles os Babilônios os virão buscar *et de filiis qui exibunt de te, quos genueris, tollent, et erunt eunuchi in palatio regis Babylonis* (Is. 39, 6) – e "não só se farão senhores dos mesmo tesouros, senão que até a vossos próprios filhos cativarão e levarão presos a Babilônia, para lá se servirem deles." E Vieira complementa: "Dai graças a Deus de se frustrarem as vossas esperanças, e lhe não sejais ingratos com vos entristecer, pois assim vos quis livrar de tamanhos perigos".

E na Espanha, não fora a riqueza das minas de ouro e prata relatadas por Estrabão, não teria sido dominada pela fúria romana: *Et quanta fecerunt in regione HISPANIA, et quod IN POTESTATEM REDEGERUNT METALLA ARGENTI ET AURI, quae illic sunt.* (1Mc. 8, 3), como se lê no I Livro dos Macabeus. Mais um *exemplum* de jugo que tem como causa o *thesaurus absconditus*.

IV. "Um dos maiores castigos que Deus podia dar a esta cidade, e a este Estado, era nele descobrirem-se as minas", insiste Vieira. E como argumento de autoridade, mostra-nos como Deus atendeu às preces de Davi para que castigasse os seus inimigos: *DE ABSCONDITIS TUIS adimpletus est venter eorum* (Sl. 6, 14) "Descobre Deus os seus tesouros que tem escondidos debaixo da terra, e enche e farta de ouro e prata aos que estão famintos de minas? [...] nem as dá Deus por merecimentos, senão em castigo de grandes pecados". Em seguida vai aos Padres Gregos, que comentam sobre os *De absconditis ejus* e o que encontra? *Illud autem DE ABSCONDITIS, alii*

quidem intellexerunt DE SUPPLICIIS, alii vero DE FUSILIBUS METALLIS. (Graeci PP) – "Aqueles que o Profeta chama os ESCONDIDOS DE DEUS, uns dos Santos Padres entenderam que significam castigos, e outros que significam minas".

V. Volta Vieira, a seguir, os olhos para os trabalhos da minas, nas palavras de Isaías: *Introibunt IN SPELUNCAS PETRARUM, ET IN VORAGINES TERRAE: projiciet homo idola argenti sui, et simulacra auri sui, quae fecerat sibi, ut adoraret, talpas et vespertiliones* (Is. 2, 19-20).

E interpreta o célebre orador sagrado: Meter-se-ão os homens pelas covas, e pelas concavidades mais profundas da terra, não para buscar ouro ou prata, mas abominando e lançando de si os ídolos, que do ouro e da prata tinham feito, toupeiras e morcegos. [...] Ali os penitentes arrependidos entram pelas grutas e concavidades da terra; [...] ali desprezam-se os ídolos de ouro e prata; [...] ali as figuras dos ídolos são toupeiras e morcegos: *Talpas et vespertiliones*; e aqui os homens, desfigurados como toupeiras, vivem debaixo da terra, sem ter olhos para ver a luz, e como morcegos fogem do sol e do dia, e se vão mais sepultar que vier naquela escura e perpétua noite". As tintas carrregadas do mestre da prosa portuguesa introduzem-se com a imagem "alumiados malignamente aqueles infelices Ciclopes só com a luz escassa e contrafeita", a cavarem no profundo das minas.

> "agora eu vos pergunto: E estes martírios das minas, se as vossas se descobrissem, quem as havia de padecer? [...] Se tantos milhares de índios se têm acabado em tão poucos anos, e com tão leve trabalho... onde se havia de buscar outros que suprissem e suportassem quanto tenho dito? [...] – e conclui – só os vossos engenhos haviam de ter mjuitio que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos."

VI. Traz em seguida o Gentio que só com sua Razão afirma com Horácio o verdadeiro sítio em que deve ficar o ouro *AURUM IRREPERTUM, ET SIC MELIUS SITUM CUM TERRA CELAT*. Assim também Sêneca: *Jamque nocens ferrum, FERROQUE NOCENTIUS AURUM prodierat*. Interpreta assim Vieira: "Enquanto no mundo não houve ouro, então foi a idade de ouro; depois que apareceu o ouro no mundo, então começou a idade do ferro".

No ato da criação, como se lê no Gênesis, *In principio creavit Deus coelum et terram: TERRA autem ERAT INANIS et VACUA* (Gn. 3, 6). Na terra, a grande ameaça de Deus era a árvore proibida *Pulchrum oculis aspectuque delectabile*. Argumenta com o Livro do Eclesiástico *Qui POST AURUM NON ABIIT: probatus est in illo* (Eclo., 31, 8) e complementa com Davi: *Ut excludant eos, qui probati sunt in argento*(Sl. 67, 31). E mais uma vez a voz da Razão se faz ouvir através de Plínio *Quam innocens, quam beata, immovero et delicata esset vita, si NIHIL ALIUD QUAM SUPRA TERRAS CONCUPISCERET? Utinamque posset e vita totum abdicari AURUM, AD PERNICIEM VITAE REPERTUM: quantum feliciore aevo, cum res*

ipsae permutabantur inter se? (Plínio, In proem. Lib. 33 et cap. I). A advertência final de Cristo no Evangelho, repercute na Fé: *NOLITE POSSIDERE aurum neque argentum neque pecuniam in zonis vestris* (Mt.10,9) e alça-se a voz penetrante de Vieira: "lograi o que Deus vos deu tão abundantemente SOBRE a terra, e DE DEBAIXO dela nem queirais minas, nem o que delas se bate."

VII. E para concluir este tropo "os danos que as minas trariam e trouxeram", argumenta com o que a Espanha auferiu de seu Potosi e das outras minas descobertas: "A mesma Espanha confessa e chora que lhe não tem servido mais, que de a despovoar e empobrecer. Eles cavam e navegam a prata, e os estrangeiros a logram. Para os outros é a substância dos preciosos metais, e para eles a escória", diz Vieira e mais uma vez o comprova com Isaías: *ARGENTUM TUUM VERSUM EST IN SCORIAM* (Is. 1,22) e com São Tiago: *Argentum vestrum aeruginavit* (Tg. 5, 3).

Outro *exemplum* vai ser o brilho do rei Salomão: *Fecitque ut tanta esset ABUNDANTIA ARGENTI IN JERUSALEM, quanta et lapidum* (3Rs. 10, 27).Ou, como se lê em Isaías, *REPLETA EST TERRA ARGENTO, ET AURO, ET NON EST FINIS THESAURORUM EJUS*. (Is. 2, 7) Mas eis o que essa riqueza trouxe: a divisão do Reino de Israel, em que dez das doze tribos se revoltaram, e ainda *Et repleta est terra ejus equis, et innumerabiles quadrigae ejus: et repleta est terra ejus IDOLIS: OPUS MANUUM SUARUM ADORAVERUNT*. (Is. 2, 7-8). Comenta Vieira, incisivo:

> "Eis aqui os aumentos que havia de ter o Reino com os haveres que lhe prometiam as vossas minas. Encher-se-ia a terra de ouro e prata; mas esse ouro e prata, posto que naturalmente desce para baixo, havia de subir para cima. Não havia de chegar aos pequenos e pobres, mas todo se havia de abarcar e consumir nas mãos dos grandes e poderosos, porque, como bem disse o outro: os Magnetes atraem o ferro, e os Magnates o ouro [...] E se estes eram os proveitos com que se havia de adiantar o Reino no descobrimento das vossas minas, `a custa da vossa fazenda, do vosso trabalho, da vossa opressão e do vosso cativeiro; vede se foi grande favor e providência do Céu. Que se não descobrissem, e se tanto no particular, como no geral, ia desencaminhada e errada a vossa esperança: *Nos autem sperabamus*."

Quanto à *Comprobatio*, o item VIII apenas, já comentado. O item IX nos traz a brilhante e persuasiva conclusão ou *peroratio*, também apresentada.

Oportuna é essa homilia de Vieira, quando nos deparamos com as grandes jazidas, não já subterrâneas, mas nas profundezas do mar, do ouro contemporâneo. E valeria aplicá-lo, à nossa realidade. No dia da Independência, eis que a autoridade máxima desta Nação afirmou em cadeia nacional de rádio e televisão que o país agora celebra uma nova independência, trazida pelo pré-sal, e convocou os brasileiros a trabalharem pela aprovação dos projetos do governo federal sobre a exploração da des-

coberta: "Esta nova independência tem nome, forma e conteúdo. Seu nome é pré-sal; seu conteúdo são as gigantescas jazidas de petróleo e gás descobertas nas profundezas do nosso mar; sua forma é o conjunto de projetos de lei que enviamos, há poucos dias, ao Congresso Nacional. E que vai garantir que esta riqueza seja corretamente utilizada para o bem do Brasil e de todos os brasileiros", disse o presidente. Lula defendeu a proposta do governo federal e afirmou: "Ela garante que a maior parte da riqueza do pré-sal fique nas mãos dos brasileiros; de outro, ela impede que qualquer governante gaste de forma irresponsável estes recursos. E mais: obriga que este dinheiro seja aplicado em educação, ciência e tecnologia, cultura, defesa do meio-ambiente e combate à pobreza".

Segundo Lula, o pré-sal colocará o Brasil entre os países com maiores reservas de petróleo e gás do mundo, mas que "a história tem mostrado que a riqueza do petróleo é uma faca de dois gumes. Quando bem explorada, traz progresso para o povo. Quando mal explorada, ela traz conflitos, desperdícios, agressão ao meio-ambiente, desorganização da economia e privilégios para uns poucos. Assim, alguns países pobres, ricos em petróleo, não conseguiram jamais sair da miséria", disse.

Seria muito pedir a Vieira que falasse desse *Aurum repertum*, dos perigos e danos que isso nos traz, do que a "história tem mostrado" e por isso tirar as conclusões, de quão oportuno é pensar nos riscos que temos que enfrentar.

E Vieira parece responder-nos, na conclusão do Exórdio:

> "Ambos esses assuntos parecem temporais, como também eram por causas temporais a tristeza e desesperação dos dous discípulos à ida: mas nem por serem temporais deixou de as consolar o Divino Mestre, para as converter a elas e a eles em espirituais, como tornaram à volta."

Nem haveria necessidade de outra *Inventio* de citações e frases de autoridade: *et estis tristes ... nos autem sperabamus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIO OXFORD DE LITERATURA CLÁSSICA GREGA E LATINA Compilado por Paul Harvey; traduzido por Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. 4º ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRINGALI, Dante. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Duas Cidades. 1988. 247p.

VIEIRA, António. *OBRAS COMPLETAS. Sermões*. Vol.II. Prefaciados e revistos pelo Rev. Padre Gonçalo Alves. Porto: Lello & Irmãos, 1993.

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões*. Tomo I. Organização Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2003.

RESUMO: Vieira tece seus sermões com a *Dispositio* das constantes citações latinas que colheu na sua *Inventio*. Neste Sermão, a epígrafe Q*ui sunt hi sermones... et estis tristes? Nos autem sperabamus quia ipse redempturus Israel* e as Minas "que não se acharam" e, por isso, vós ouvintes *estis tristes*, desesperançados (*nos autem sperabamus*) constituem o tema. *DE ABSCONDITIS EJUS* passa a ser a epímone deste epidíctico. Como o adverte Davi – *de absconditis ejus adimpletum est venter eorum* – o castigo dos inimigos seriam as minas descobertas; pela boca de Isaías, a esperança ressurge por aquele que *descendit ad inferos*: *Portas aereas conteram ... et dabo tibi thesauros absconditos et arcana Secretorum*. *De absconditis*, *ab inferno inferiori*, vem sim a *solatio/spes* para os tristes discípulos de Emaús e para os desperançados das Minas. Por isso, *thesaurizate vobis thesaurum in caelo*, o Tesouro que os Discípulos de Emaús esperavam e encontraram *ipse redempturus*.

Palavras-chave: Latim e Retórica – Emprego do latim - Estrutura do sermão – Minas - Spes

---

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE CÂMARA JR. ACERCA DO GÊNERO DO SUBSTANTIVO EM PORTUGUÊS

José Mario Botelho
(FFP-UERJ e ABRAFIL)

Introdução

O assunto sobre variação de gênero dos nomes vinha recebendo um tratamento harmonioso em nossos Compêndios Gramaticais e Gramáticas de cunho escolar, como se o referido tema fosse incontestavelmente de simples descrição.

Contudo, ultimamente o quadro tem sido outro, tanto o é que alguns estudiosos se manifestaram, de maneira crítica, em relação ao assunto, como por exemplo, em língua portuguesa: Câmara Jr. (1972, p. 115-29, e em outros trabalhos); Herculano de Carvalho (1973, p. 49-59, e em outros trabalhos); Martin (1975, p. 3-8); Sandmann (1991, p. 36-40); Bechara (1999, p. 131-3); e Azeredo (2000, p. 107-12); e Botelho (2005); e em língua estrangeira: Hjelmslev (1971, p. 220-58); Matthews (1974, p. 37-58); e Jespersen (1975, p. 226-43).

De fato, Câmara Jr. já tinha demonstrado a sua preocupação com o assunto bem antes de 1972 em artigos para a Revista da Editora Vozes, que, pouco mais tarde (1967), foram reunidos num pequeno volume, intitulado *Problemas de linguística descritiva*. Em seus *Dispersos* (1972), procurou nos alertar sobre a imanência do gênero nos substantivos do português e para outras inconsistências que se formaram em torno da noção de gênero gramatical.

Embora tenhamos posturas diferentes em relação ao fenômeno que se efetiva na formação do feminino dos substantivos em português: se flexão ou derivação, não se pode deixar de atribuir a Câmara Jr. a primazia de ter sido o precursor dos estudos que apontam para uma descrição coerente e conveniente do gênero do substantivo em português.

Apesar desses trabalhos, ainda há quem repete aquele tratamento dado pela Tradição, como se a variação de gênero dos nomes substantivos constituísse um fenômeno simples e de estudo acabado.

Entretanto, os textos tradicionais acerca da "flexão" dos nomes substantivos não resistem a uma leitura crítica mais aprofundada. Logo surgem elementos importantes para a constatação de que o assunto não é tão simples como nos parece ser e que o tratamento a ele dispensado precisa ser revisto.

Uma das maiores inconveniências no tratamento deste assunto por parte da Tradição é a confusão entre sexo e gênero, contra a qual insurgiu Câmara Jr., em seus *Princípios de Linguística Geral* (1989, p. 130).

Considerações gerais sobre o gênero dos substantivos de maior clarividência formulou Câmara Jr. Aliás, o autor nos deixou textos importantíssimos sobre o assunto, não só pelo rigor científico, como também pela propriedade interpretativa e de fácil compreensão[24].

Apesar de ter dado um tratamento descritivo do fenômeno da variação de gênero dos substantivos, Câmara Jr. não reconheceu neste caso uma particularidade desta classe de palavras, cujo processo se assemelha ao do adjetivo – variação gramatical (imposta pela estrutura gramatical) –, mas não é o mesmo, já que não constitui uma variação gramatical, não sendo, pois, flexão, como é nos adjetivos, embora pareça ter percebido tais particularidades, como se pode verificar no seguinte fragmento:

> Mas, ao passo que a flexão de número é comum a todos os nomes (substantivos e adjetivos), salvo o grupo limitado de palavras graves que já terminam em /s/, a flexão de gênero é privativa aos adjetivos de tema em -o e a uma certa porção de substantivos de qualquer terminação. Para a grande maioria dos substantivos o gênero é imanente (ou, em outros termos, a desinência é uma variante "Ø", que não distingue o feminino do masculino, cuja desinência é necessariamente "Ø"). (CÂMARA Jr., 1985, p. 77-8)

Decerto, não se pode negar a valiosa contribuição dada pelas obras daquele mestre, que solidificou o conceito de vogal temática nos nomes substantivos, negando a existência de uma desinência de gênero masculino (preconizada pela tradição gramatical), além de apresentar uma plausível proposta para a distribuição dos substantivos em gênero.

Outra grande contribuição dada por Câmara Jr., claramente descrita em seus *Dispersos* (1972, p. 115-29), é o caráter imanente do gênero do substantivo. Isto, porém, é exatamente o que abala a concepção da flexão de gênero dos substantivos, da qual o próprio autor compartilhava, como se pode observar em seus trabalhos e neste fragmento:

> Resta a descrição do mecanismo morfológico operante, ou seja, o processo de flexão que regula a indicação do gênero, tanto nas partículas modificadoras em que essa indicação repousa, quer nos substantivos e adjetivos que, por ventura, têm redundantemente a flexão (lobo – loba, belo – bela, etc.). (*Idem*, 1972, p. 123)

O gênero imanente do substantivo no português, segundo Câmara Jr.

Em "Considerações sobre o gênero em português" (1972, p. 115-29), o autor admite a natureza lexical e o caráter imanente do masculino e feminino de certos substantivos, já que um grande número deles não sofre a tal flexão.

24 Cf. Botelho (2007), Comunicação apresentada no XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia do CiFEFiL e publicado nos Anais do XI CNLF, 2007. p. 68-72.

De fato, houve uma inversão de dados naquela digressão inicial, pois se constata que a maioria dos substantivos tem gênero imanente e somente um número pequeno em relação ao léxico da língua apresenta uma forma de masculino e outra de feminino a partir da mesma forma-base. Certamente, é válido para toda a classe dos substantivos o que afirma Câmara Jr. no fragmento abaixo, de sua *História e estrutura da língua portuguesa*, referindo-se a uma parte deles, cujos dados comprovam ser a maioria dos substantivos:

> Em outros substantivos, não há flexão de gênero. O caráter masculino ou feminino da palavra está imanente na palavra e é de natureza lexical, não flexional. (*Idem*, 1985, p. 77)

Em relação a essa imanência, já nos alertava o autor, em seus *Dispersos*, para o fato de ser imanente a expressão de gênero dos substantivos em português:

> Como, por outro lado, todos os substantivos em português têm um gênero determinado, dependente ou independente do contexto, há que concluir que não é a flexão do substantivo, em princípio, a marca básica do seu gênero. Com efeito, quer apareça, quer não apareça a flexão, todo nome, em cada contexto, será imperativamente masculino ou feminino. (*Idem*, 1972, p. 121)

Embora a posição de Câmara Jr., em relação ao gênero imanente dos substantivos, esteja claramente definida nesse texto, e confirmada em muitos outros, concebe a flexão de gênero nessa classe. Em todos esses trabalhos, o autor afirma ser o fenômeno uma flexão, apesar de conceber a imanência do gênero dos substantivos, criando uma incoerência, uma vez que não esclarece como isto pode ser possível.

Câmara Jr. inicia o tópico, criticando a descrição feita pelas Gramáticas, que se mostrou precária diante da complexidade imanente da categoria gramatical do gênero, pela qual se faz nos substantivos uma classificação dependente do "recorte do mundo dos objetos", conforme já observara Cassirer (*Apud* Câmara Jr., 1972, p. 115).

Fala-nos sobre as várias maneiras de integração dos substantivos da língua no seu quadro de gênero: analogia formal, analogia conceptual e ampliação do gênero decorrente de certos contextos.

Não está claro no texto o que distingue uma maneira de integração das outras, pois o autor não desenvolve o assunto. Porém, com apoio em outros de seus trabalhos (1985 e 1989), em cujos textos o assunto é menos obscuro, depreendemos ser a analogia formal a que se refere à terminação; a analogia conceptual a que se refere à significação, que, no caso de certos nomes de coisas ("espinho/espinha", "jarro/jarra", etc.), ou seja, metáforas, se ligam à cultura em que a língua se efetiva; logo, a analogia conceptual se liga, pois, à analogia formal (1985, p. 138); e a ampliação do gênero – semanticamente motivada, arbitrária e convencional – a que se refere à

"flexão". Todas, contudo, tendem a fazer do gênero muitas vezes uma simples divisão mórfica.

De certo, não se deve tomar a analogia formal – aquela que se refere à terminação dos nomes substantivos – como elemento fundamental de uma descrição coerente do fenômeno da flexão de gênero dos nomes substantivos.

Não se pode negar que os nomes terminados em "-o", excluindo os seis existentes na língua[25], são todos masculinos e que a maioria dos terminados em "-a" são femininos. Contudo, o número de nomes substantivos com terminações diferentes (em outras vogais e em consoantes diversas) é considerável e o seu gênero (se masculino ou feminino) não é previsível por conta da terminação.

Também não convém tomar a analogia conceptual – aquela que se refere à significação dos nomes substantivos – como fundamentação para a descrição do gênero, que é puramente gramatical. Aliás, sobre isso nos manifestamos da seguinte forma:

> Entretanto, prefiro distribuí-los em masculinos e femininos, considerando o gênero de seu determinante, sem desprezar a sua terminação ou significação, que facilitam o reconhecimento do seu gênero gramatical (...), uma vez que o gênero dos substantivos é uma distribuição em classes mórficas, pois surge no momento em surge o substantivo a que se refere, e serve para distribuí-los em masculinos e femininos. O que constitui o seu caráter imanente. (BOTELHO, 2005, p. 41)

O próprio Câmara Jr. observa que é contraproducente partir de uma noção precisa e bem definida por critérios semânticos no tratamento do gênero gramatical, uma vez que a referida noção também se pode expressar por meio de outros recursos (a saber: derivação sufixal, transformação de elementos terminais, retirada de elemento terminal, troca do artigo determinante, aposição com a palavra "fêmea" e heteronímia e, ainda, o único caso de variação fônica ou alternância vocálica: "avó"). Logo, em relação ao gênero da língua portuguesa, o critério semântico do sexo só se aplica teoricamente aos substantivos que se referem ao reino animal, e ainda aí não é aplicável a todos os substantivos da língua (ex.: criança, cônjuge, testemunha, jacaré, cobra, etc.).

Certamente, trata-se de um traço semântico de grande importância na visão cósmica da língua, mas pode vir a ser perturbador tomar essa diretriz como fundamental na descrição do gênero, que é uma categoria gramatical.

Depois de comentar a respeito da relação entre sexo e gênero, passa a tratar do assunto de flexão nominal em si, e se concentra no mecanismo de flexão que cria nos substantivos uma oposição de gênero.

25 Cf. BOTELHO, 2005, p. 41.

Câmara Jr. dispensa a relação entre sexo e gênero, para a descrição da categoria dos substantivos, por razões óbvias: a noção de sexo para a formação do feminino dos substantivos é fragmentada, e só se aplica a nomes animados e por meio de processos distintos: heteronímia de formas (“pai/mãe”, “boi/vaca”, “homem/mulher”), derivação sufixal (“menino/menina”, “galo/galinha”, “conde/ condessa”), transformação de elementos terminais (“embaixador/embaixatriz”, “ator/ atriz”), supressão (“cidadão – cidadã”; “lebrão – lebre”), alternância vocálica (“avô – avó”), com termos designativos (“jacaré macho/jacaré fêmea”, “o macho da cobra/a fêmea da cobra”, “o artista/a artista”).

Afirma que o feminino é, em português, uma forma marcada pelo acréscimo da desinência “-a”, uma particularização mórfico-semântica do gênero masculino. Contudo, critica a postura das nossas gramáticas em conceber uma oposição equipolente na flexão de gênero; não constitui o “-o” uma marca de masculino, porquanto não é privativa tal oposição, uma vez que o mecanismo de flexão do feminino não é único, nem geral (ao lado do par “lobo/loba”, há os pares “mestre/mestra”, “autor/autora”, oficial/oficiala e falastrão/falastrona).

Usando, inclusive, uma terminologia tradicional (desinência de feminino, tema e vogal temática), o autor descreve o mecanismo de formação do feminino, como um fenômeno de flexão. Também descreve a formação de feminino a partir da sufixação lexical, ao mesmo tempo em que afirma não ser a flexão a marca básica de gênero desta classe de palavras e sim, o artigo.

> Chegamos assim ao princípio fundamental da morfologia do gênero em português. O gênero dos substantivos se afirma pela seleção da forma do artigo determinante. Em outros termos: o gênero de um substantivo está na flexão do artigo que o determina ou pode determinar. (*Idem*, 1972, p. 122)

Logo, se a noção do gênero do substantivo se expressa na seleção do artigo determinante, acompanhado ou não de marca redundante de gênero (isto é, ocorre ou não) e, como afirma o autor, esta “ocorrência está relacionada com certos aspectos semânticos” (*Ibidem*, p. 128), conclui-se que a imanência do gênero, como vimos repetindo, é uma característica geral desta classe, enquanto a “flexão” (na concepção de Câmara Jr.) é particular a alguns.

Entretanto, no mesmo texto e em outros já citados, o próprio Câmara Jr. atesta o caráter obrigatório, fechado e sistemático da flexão, que se dá pelas regras de concordância de número e de gênero entre um substantivo e seus adjetivos, e de pessoa e número entre o sujeito e o verbo.

> Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, (...) (*Idem*, 1985, p. 81)

Quanto a essa asserção, também poderíamos digressionar e demonstrar a sua inconsistência, mas deixaremos para outra oportunidade, já que o escopo deste artigo não é o fenômeno da flexão, mas a formação de gênero dos nomes substantivos.

Depois, descreve a formação de feminino em bases nasais e de outros tipos, apresentando as diversas mudanças morfofonêmicas.

Observa que a divisão dos nomes em substantivos e adjetivos se dá, fundamentalmente, pelo seu comportamento quanto à flexão, embora, em princípio, qualquer nome possa funcionar como substantivo ou como adjetivo.

Afirma que, na morfologia, há uma distinção entre substantivos e adjetivos na base da flexão de gênero e passa a descrever a formação de feminino dos adjetivos, comparando com a dos substantivos de mesma terminação.

Finaliza o capítulo, afirmando que é secundária e redundante a flexão de gênero nos nomes que a admitem, já que seu princípio diretor se assenta na flexão do artigo determinante.

Descrição do mecanismo de formação do feminino

No capítulo IX "O mecanismo da flexão nominal", de seus *Princípios de linguística descritiva*, Câmara Jr. apresenta a descrição do mecanismo de formação de gênero nos substantivos em português.

Afirma, inicialmente, que se trata de um mecanismo simples e praticamente uniforme, uma vez que a única complexidade apresentada se refere às mudanças morfofonêmicas que ocorrem em certas formações.

Quanto à flexão de gênero nos nomes, o autor primeiramente observa que o tema constitui um dos tópicos mais confusos e incoerentes de nossas gramáticas tradicionais, apontando duas causas para o problema: uma de ordem semântica e outra de interpretação teórica.

Explicando o problema de ordem semântica, que criou uma verdadeira confusão entre sexo e gênero gramatical, já que se pode constatar uma falta de coincidência entre esses dois aspectos, o autor praticamente repete a digressão feita nos *Dispersos*. Entretanto, faz alguns comentários acerca dos nomes denominados "epicenos" e "sobrecomuns", demonstrando contrariedade em relação à distribuição dos substantivos, apresentada pela Tradição.

Quanto ao problema da interpretação teórica, procura explicar os nomes de gênero único (masculinos e femininos), afirmando que, neles, a marca de gênero está tão somente na forma do artigo que exigem. No caso dos "flexionados", essa indicação, que é concomitante, é considerada redundante.

Tal abordagem, de certa forma, anuncia a proposta didática para a apresentação gênero dos substantivos, a partir da forma masculina ou feminina do artigo exigido, que Câmara Jr. revela na *Estrutura da língua portuguesa* (1985, p. 82).

Nessa obra, no início do capítulo XI ("O nome e suas flexões"), observa, como já o fizera nos *Dispersos*, que substantivos e adjetivos, apesar de ser lábil tal classificação, se distinguem na base da flexão de gênero.

Em seguida, reafirma a sua crítica à Gramática Tradicional em relação à descrição do gênero, asseverando que expõe de maneira incoerente e confusa, principalmente no que se refere à distribuição dos substantivos em gênero e sugere que as gramáticas escolares ensinem o gênero dos substantivos na base da forma masculina ou feminina do artigo, que é exigido por eles.

Assim, segundo Câmara Jr., a distribuição dos substantivos em gênero seria a seguinte:

1) nomes substantivos de gênero único: o carro, a casa, o algoz, a testemunha, o jacaré, a cobra;

2) nomes de dois gêneros sem flexão redundante: o/a estudante, o/a artista, o/a mártir; e

3) nomes substantivos de dois gêneros com flexão redundante: o lobo/a loba, o mestre/a mestra, o autor/a autora.

Não se pode negar que se trata de uma proposta didática, que pode vir a ser aplicada, com probabilidade de sucesso, nas aulas acerca da descrição de gênero dos nomes substantivos. Mormente, se a palavra "flexão" for substituída pela palavra "formação".

Considerações finais

O gênero, como categoria gramatical, constitui um dos traços flexionais menos satisfatoriamente descritos em nossas gramáticas, como já ressaltava Câmara Jr. (1972, p. 115).

Em relação ao substantivo, a complexidade do assunto é ainda maior, devido ao caráter imanente do gênero desta classe de palavras que desafia a técnica descritiva tradicional com que aqueles desatentos à imanência do gênero do substantivo tentaram, em vão, minimizar a dificuldade do assunto em si.

A afirmação de que o gênero é uma categoria gramatical nos leva a aceitá-lo como sendo um conceito de gramática e, consequentemente, uma noção que o falante não cria.

Diferente dos adjetivos, todos os substantivos em português têm um gênero pré-estabelecido, considerando como um caso à parte os substantivos do tipo "o/a artista", "o/a estudante" e outros (conhecidos como comuns de dois), os quais necessitam do traço pragmático (conhecimento de mundo do falante) para o reconhecimento de seu gênero, que se estabelecerá na estrutura sintática utilizada.

Com base nos ensinamentos da própria Gramática, o fenômeno da flexão se caracteriza pelo acréscimo de uma desinência ao radical, com ou sem alteração do elemento terminal do vocábulo em questão, o qual se dá de forma paradigmática. Acresce-se, ainda, que este processo é gramatical, pois consiste em fazer variar um vocábulo para expressar certas categorias gramaticais nele.

No caso de se admitir a flexão de gênero dos substantivos, seria de se esperar que um número majoritário de substantivos estivesse sujeito a tal processo. Entretanto, a variação de gênero do substantivo é assistemática e não é obrigatória sintaticamente, pois somente aqueles que se referem a determinados seres animados, com os quais se pode fazer uma relação entre sexo e gênero, podem receber o acréscimo de um elemento mórfico, semelhante àquele que é comumente classificado como desinência de gênero feminino "-a". E isto justificaria o estudo de flexão de gênero dos substantivos. Nos substantivos, considerando a categoria de gênero, faz-se uma classificação arbitrária e convencional, e há mais de uma maneira de reunir todos os substantivos do português no seu quadro de gêneros: a analogia formal, a analogia conceptual (incluindo algumas metáforas) e a ampliação do gênero num dado contexto, cuja escolha é semanticamente motivada.

Logo, no tratamento do gênero, não se deve partir de uma noção precisa e bem definida, apesar de sua importância, pois nenhuma noção reúne em si condições para uma eficiente descrição gramatical de gênero.

O critério semântico do sexo só seria teoricamente aplicável a substantivos referentes ao reino animal, e ainda aí, há incongruências. Aliás, na língua portuguesa, como ocorre em outras línguas românicas, os gêneros masculino e feminino não expressam exclusiva e rigorosamente uma diferenciação sexual, que, apesar de constituir um dado relevante para uma descrição de gênero português, seria mais bem estudada em pragmática, enquanto que a noção de masculino e feminino como gêneros gramaticais importa à gramática.

E é por isso que o critério semântico do sexo não pode ser priorizado na descrição do gênero do português, embora seja um traço semântico relevante.

Assim, o tópico gênero de substantivos em português sugere uma simples distribuição bipartida desta classe de palavras; de um lado todos os masculinos e do outro, todos os femininos, como já o fizera Said Ali (1964, p. 33-43).

A confusão estabelecida pela má compreensão do assunto criou um verdadeiro caos nos compêndios e livros didáticos. Num mesmo grupo de exemplos sob o tópico "flexão" de gênero, são dispostos casos diversos: heteronímia ("pai/mãe", "boi/vaca"), derivação lexical ("poeta/poetisa", "conde/condessa"), "flexão" ("me-

nino/menina", "mestre/mestra") e estruturação frasal ("jacaré macho/fêmea", "o macho/a fêmea da cobra", "o/a estudante").

A causa destas contradições de nossos gramáticos deve-se, em parte, à confusão entre sexo e gênero e a falta de critério coerente para compreender o fenômeno da flexão.

Até Câmara Jr. (1972 e 1985), que discorreu sobre a imanência do gênero dos substantivos e apresentou uma proposta coerente para a sua classificação, devido à complexidade do assunto, propõe a flexão de gênero dos substantivos.

Aliás, aquela proposta se tornaria conveniente se, no lugar de "flexão", o autor tivesse colocado "formação", pois o que se tem é realmente uma distribuição dos substantivos em gênero imanente, em que figuram um número majoritário de nomes de gênero único (incluindo, um número considerável de nomes femininos com formação "redundante"), e um número mínimo de nomes de dois gêneros sem formação "redundante" do feminino.

De fato, Câmara Jr. foi mais do que o precursor das reflexões sobre o problema da descrição do gênero dos substantivos em português. Seus estudos constituem, sobretudo, subsídios para uma descrição convincente. Embora concebesse a flexão de gênero nos substantivos, é na sua obra que encontramos a base, que fundamenta uma descrição coerente e conveniente do gênero dos substantivos em português.

Referências bibliográficas

AZEREDO, José Carlos de. Fundamentos de Gramática do Português. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOTELHO, José Mario. O gênero imanente do substantivo no português. Reimpressão, Rio de Janeiro: Botelho, 2005.

_____. "Contribuição de Câmara Jr. para uma descrição conveniente do gênero do substantivo em português". **In**: Anais do XI CNLF, Vol XI, n. 12, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2007. p. 64-78.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. Problemas de linguística descritiva. 14. ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. Princípios de Linguística Geral. 7. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. História e estrutura da língua portuguesa. 4. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

_____. Estrutura da língua portuguesa. 15. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

HERCULANO DE CARVALHO, José G. Estudos linguísticos. 2. ed., Coimbra: Coimbra, 1984. v. 1, 2 e 3.

_____. Teoria da Linguagem: Natureza do Fenômeno Linguístico e a Análise das Línguas. Tomo I, 3. tiragem, emendada, Coimbra: Atlântida, 1973.

_____. Estudos linguísticos. Coimbra: Atlântica, 1969. v. 2.

JESPERSEN, Otto. The Philosophy of Grammar. London: George Allen e Unwin ltd, 1975.

MATTHEWS, P. H. Morphology. 2. ed., Cambridge: CUP, 1991.

MARTIN, John W. "Gênero". **In**: Revista Brasileira de linguística, ano 1, 2º semestre, 1975. p. 3-8.

SANDMANN, Antônio José. Morfologia Geral. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Morfologia Lexical. São Paulo: Contexto 199

CAMÕES E A POÉTICA DA UTOPIA NA "ILHA DOS AMORES"

Leodegário A. de Azevedo Filho
(Professor Emérito da UERJ, Titular da UFRJ, Presidente de Honra da ABRAFIL, Acadêmico Brasileiro correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e da Academia das Ciências de Lisboa)

Talvez se possam indicar cinco proposições teóricas para o conceito de *utopia*, que está muito longe da univocidade, em seu longo percurso histórico e semântico, pois chega a falar-se em utopia, não apenas em Platão, mas também na Idade Média, bem antes da formulação política de T. Morus, no século XVI.

A primeira delas será aqui designada de utopia clássica, já que transparece nos textos literários quinhentistas, refletindo a cultura ática. No caso, o termo *utopia* (criado pelo humanista inglês T. Morus, 1480 – 1535) mantém o seu sentido etimológico de *não lugar* (elementos gregos *ou* e *tópos*), ou seja, o sentido de lugar inexistente. Mas o próprio conceito de *outro lugar*, como lugar que não existe, envolve vários significados, tais como: lugar da alteridade; o não lugar propriamente dito; e o lugar do Outro. Do ponto de vista desejante, é uma concepção afirmativa, pois logo remete ao idílio paradisíaco, ao *locus amoenus*. Propõe-se como acronia e sofre a ação de deslocamento espacial por efeito do maravilhoso pagão. Ela está presente em textos líricos de Quinhentos por influência do espírito do Renascimento, mas não se subordina necessariamente à concepção definida de T. Morus, em seguida apreciada.

Para o criador do termo, com efeito, o conceito de utopia apresenta indispensável caráter político, pois remete a uma concepção de Estado Ideal, projetando-se à margem do tempo. Estado Ideal ou de uma cidade modelar, a exemplo da morusiana *Amaurotum*, devidamente considerada em sua topografia, arquitetura e, sobretudo, em sua estrutura político-econômico-social. Quanto a Camões, acreditamos que não chegou a ler Tomas Morus, pois bem se sabe que não foi extensa (e muito menos intensa) a influência do pensamento morusiano em Portugal de quinhentos. Sendo assim, o primeiro conceito de utopia, na lírica de Camões, liga-se à primeira proposição aqui formulada, ou seja, trata-se apenas de uma utopia amorosa, concebida como sinônimo de fantasia.

Em terceiro lugar, poderíamos considerar a utopia com raiz na profecia barroca. Ela tem, por assim dizer, um caráter messiânico, certamente transportado para a Península Ibérica pelos cristãos novos. Nela, substitui-se a mística do Messias por uma dimensão mítico-política. Com efeito, chega-se aqui a englobar, com o mitema do Encoberto, o pré-sebastianismo das tropas de Bandarra, o sebastianismo de exaltação de que participa o Camões épico e o pós-sebastianismo que envolverá Vieira. No caso, configura-se uma espécie de pré-munição (considerada como herege, na época) da História do Futuro, projetada em nível pancrônico, pois o passado lendário, ao mesmo tempo, é ficção mítica e política do futuro.

Daí se passa para uma quarta proposição, a da utopia negativista, de possível inspiração pós-hegeliana, pelo menos na forma como o marxismo alemão leu a teoria da alienação. Cria-se, assim, a suposição de uma sociedade capaz de atender às necessidades humanas, por ser reparadora do passado, na medida em que projeta e se instala no futuro. Trata-se de uma concepção que altera a melancolia (pois se propõe no presente, a partir da negatividade histórica deste) com a parusia, ou seja, com o mundo das necessidades humanas a ser instalado ou instaurado teleologicamente.

Numa quinta e última proposição, partindo-se de Ernst Bloch e de Karl Manheim, o último influenciado pelo primeiro, poderíamos admitir uma nova utopia de cunho político e econômico, bem diversa da ideologia que pretendia instalar, aqui e agora, como negação do presente, aquilo que a utopia pós-hegeliana (sempre negativa) só via possível no futuro. Afinal, a diferença quanto à possibilidade de realização disto que será futuro irá distinguir E. Bloch e K. Manheim do pensamento dos frankfurtianos (modelo alemão de Adorno) e do próprio Hegel. Na verdade, para E. Bloch e para K. Manheim, a utopia de hoje pode ser a realidade de amanhã, numa espécie de futuro concreto, enquanto para o pensamento frankfurtiano, com seu modelo melancólico de saber, o presente, cuja negatividade tal pensamento encarna e cultua, vai transformar a utopia no lugar do impossível, embora sempre pretendido. Como exemplo, cite-se a indústria cultural, que assinala a decadência do espírito crítico, pois bem se sabe que não vai haver nenhuma saída para o presente, enquanto houver exploração capitalista.

Diante das considerações acima, extremamente resumidas, cremos que apenas se deve falar em utopia na obra camoniana (épica lítica ou dramática) sempre em função das alterações semânticas sofridas pelo termo ao longo do tempo, nunca em sentido morusiano estrito. Nele há utopia amorosa, segundo a concepção do *locus amoenus*, como nele (ou em sua obra literária) há possibilidade de análise vinculada a concepções teóricas dos séculos XIX e XX, na medida em que o conceito de utopia vai adquirir novos significados em autores como Marx, Engels, Ernst Bloch ou Karl Manheim. E tais significados, realmente novos, são tão legítimos, quanto o sentido morusiano do termo.

Não é exato que sempre fez parte da natureza humana, como algo inato, certa tendência ou certa propensão à utopia?

Falaremos, então, de uma utopia amorosa, como se fala em utopia política, a propósito de vários textos da lírica camoniana. Nela, contrapondo-se ao "desconcerto do mundo" no presente, como se pode ver nas famosas oitavas dirigidas a D. Antônio de Noronha, o Poeta sonha com um *locus amoenus*, que se projeta no futuro, com visão de idílio paradisíaco para configurar a sua utopia desejante e afirmativa, proposta como acronia. Com efeito, na lírica camoniana, o conceito de fantasia, já que o Poeta, diante de uma sequência de paradoxos, que afinal descrevem o desconcerto do mundo, recorre à imaginação e concebe um mundo em sque se possa ser verdadeiramente feliz, vivendo uma vida simples, em contato com a natureza, tendo a mulher amada

como companheira, ao lado de bons amigos e lendo bons autores, como Petrarca, Garcilaso e Sannazzaro. Mas o Amor e a Fortuna, e aqui está a presença do maravilhoso pagão, ou dos elementos mítico-simbólicos, se conjuram contra ele, que se encontra apenas no exílio, distante da mulher amada, dos bons amigos e da boa leitura.

Quanto à possibilidade de leitura do episódio da Ilha dos Amores à luz da teoria moderna de Bloch e de Manheim, além do nosso livro intitulado *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995), sugerimos seja consultado o seguinte texto de Vitor Manuel de Aguiar e Silva: "Imaginação e pensamento utópico no episódio da Ilha dos Amores", publicado em Biblos, vol. LXIV, p. 81-90, 1988, volume dedicado à memória do professor A. J. da Costa Pimpão. E do artigo citado transcrevo a breve conclusão:

> Ora bem, o conceito blochiano de *utopia* ajusta-se sem dificuldade ao episódio da Ilha dos Amores. Como não pensar, ao ler o texto camoniano, nas páginas admiráveis que Bloch escreveu, em *Das Prinzip Hoffnung*, sobre a representação das paisagens do desejo na pintura, na ópera e na poesia? Na paisagem esplendorosamente erótica da Ilha, por entre as vívidas cores, os odoríficos pomos e palavras, das músicas e dos cantos sortílegos, os nautas descobrem, para usar as palavras de Bloch, "a paisagem do desejo *ante rem*, a própria mulher como a paisagem que espera." O desejo e o amor abrem o horizonte da esperança e semeiam o futuro. A *progênie forte e bela*, anunciada por Vênus, será a encarnação da utopia como energia transformadora do ser. (Op. cit. p. 90).

Concluindo, na obra literária de Camões, se é lícito falar-se em utopia amorosa diante de um texto como o das Oitavas aqui referidas, utopia amorosa como sinônimo de fantasia, que leva o Poeta a afastar-se da realidade por força dos desconcertos do mundo e mergulhar no sonho, em busca de um *locus amoenus*, também é lícito pensar, pelo menos diante de um texto como o da *Ilha dos Amores*, numa leitura crítica centrada no discurso teórico de E. Bloch e de K. Manheim. Afinal de contas, Camões é um escritor *intemporal,* porque pertence a todos os tempos.

"Dedico o texto a Eduardo Portella e a Paulo Sérgio Rouanet."

CONSERVANTISMO E INOVAÇÃO NA LINGUAGEM DO ESTADO DO ACRE

LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG
(Professora Visitante Nacional Sênior – CAPES/UFAC)

1- INTRODUÇÃO

Ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só depreender seu estilo pessoal - seu idioleto - mas também filiá-lo a um determinado grupo. A entonação, a pronúncia, a escolha vocabular, a preferência por determinadas construções frasais, os mecanismos morfológicos que lhe são peculiares podem servir de índices que identifiquem: **a)** o país ou a região de onde se origina; **b)** o grupo social de que faz parte (seu grau de instrução, sua faixa etária, seu nível socioeconômico, sua atividade profissional); **c)** a situação (formal ou informal) em que se encontra.

Em verdade, uma língua histórica, de cultura - como a língua portuguesa - é um diassistema, isto é, um super-sistema (conjunto de sistemas e subsistemas) que apresenta enorme complexidade, o que torna, por sua vez, complexo o trabalho dos que se dedicam a analisá-la global ou parcialmente. E a consciência dessa variação não é recente. Já os gregos - de quem proveio a noção de dialeto - distinguiam quatro variantes regionais de sua língua - o eólico, o jônico, o dórico e o ático. E, a partir do século IV a.C., adotaram, com base neste último, a koiné dialektos, ou "língua comum", como meio de intercomunicação. Também entre os romanos - cuja sociedade era extremamente estratificada - encontram-se menções à variabilidade de natureza social. A linguagem corrente - como testemunham alguns escritos latinos - recebia subclassificações, como *sermo urbanus, sermo plebeius, sermo rusticus*.

O estudo sistemático das variações - sobretudo as de natureza geográfica - só veio a formalizar-se no século XIX, época em que as investigações no campo da linguagem, dominadas por idéias positivistas, se desenvolviam segundo métodos histórico-comparativos.

Foi na França que a Dialectologia ganhou vulto e, em 1881, passou a fazer parte do currículo regular da École Pratique des Hautes Études, de Paris. Impulsionou-a não apenas o ideal da valorização das manifestações populares (usos, crenças, costumes, falares), mas, principalmente, o já referido interesse pela evolução histórica das formas lingüísticas.

Julles Gillièron, pioneiro na elaboração de um Atlas lingüístico, levou quinze anos amadurecendo idéias por meio dos resultados que obtinha em pesquisas realizadas em diversas localidades francesas e que serviam, muitas vezes, de tema a suas aulas na École des Hautes Études. Esse verdadeiro trabalho de laboratório levou-o a compreender o apelo de Gaston Paris - seu antigo mestre - e a planejar aquilo que de-

nominaria de "modesto esboço" da realidade dialetal da França. Esse trabalho germinou muitos outros que vieram a seguir e os resultados ganharam o mundo que passou a descobrir a importância dos trabalhos dos Atlas Lingüísticos.

Precioso inventário de formas, o atlas proporciona uma visão dinâmica de cada fato descrito, pela comparação simultânea com outros nele expostos, ensejando conclusões também de natureza histórica. Foi assim que Gilliéron deixou claro o princípio da unidade na variedade, indicando que "o segredo da língua está encerrado no falar" - os elementos individuais originando normas que se expandem ou isolam.

Compreende-se ser a linguagem um motor que move o ser humano no curso da vida, fotografando-o em todos os momentos. Nesse sentido, descrever a linguagem de determinada comunidade é assegurar, à posteridade, dados que se poderiam perder no tempo à medida que o ser humano muda de hábitos e entra em contato com novas culturas.

Nesse sentido, a pesquisa *Conservantismo e Inovação na Linguagem do Estado do Acre* traz um levantamento do cotidiano do seringueiro acreano, por meio da descrição de palavras, constituindo um relato da vida e da cultura do lugar, tendo como objetivo proceder um levantamento de natureza lexical da linguagem falada na região. É um estudo que vai somar-se a outro maior, do qual ele é parte integrante: o Atlas Etnolingüístico do Acre - ALAC.

Utilizando-se do acervo do Projeto CEDAC, um corpus pertencente a Professora Doutora Luísa Galvão Lessa, fez-se uso de 18 inquéritos que foram divididos de acordo com cada Zona de Pesquisa, constando seis para cada Área pesquisada, sendo dois para cada Zona, obedecendo à divisão proposta pelo ALAC: Vale do Acre - Plácido de Castro (PC), Rio Branco (RB), e Xapuri (XA); Vale do Juruá - Cruzeiro do Sul (CS), Feijó (FE), e Tarauacá (TA); Vale do Purus - Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) e Assis Brasil (AB). As faixas etárias são: A (16 a 25 anos) e C (36 a 80 anos) e os informantes selecionados foram de ambos os sexos. A investigação possibilitou a elaboração de um glossário intitulado: *Conservantismo e Inovação na Linguagem do Estado do Acre,* composto por cerca de 250 lexias, classificadas morfologicamente e apresentando o contexto no qual as palavras estão inseridas.

Faz-se, ainda, um levantamento das lexias e das formas de linguagem que demonstram a unidade e a diversidade, o conservantismo e a inovação da linguagem de uma população que faz parte da cultura e da história acreana. Na oportunidade, apresenta-se um retrato do comportamento do homem seringueiro e, por ventura, das mudanças presentes em seu meio social, ratificando, assim, o conceito de língua de Gladstone (1981, p. 28) que diz, *"as línguas são fatos humanos, e portanto, participam da variedade e da instabilidade do homem e das sociedades"*.

Enfim, este trabalho é uma contribuição ao Atlas Etnolingüístico do Acre - ALAC, que busca traduzir a riqueza lexical presente na linguagem falada no Norte do Brasil e objetivando, ainda, fornecer uma visão da vida, da cultura e do léxico das pessoas da região, como forma de descrever e registrar a expressividade regional, por

meio da descrição das palavras. Acredita-se que este trabalho serve não apenas de contribuição ao ALAC, mas, também, como subsídio para os estudiosos da língua, de uma maneira geral, por sua inesgotável fonte de pesquisa. Sabe-se, também, que apesar de sua importância, é apenas uma parte dentro das várias dimensões de estudos e pesquisas oferecidas pela língua.

Da análise empreendida, constata-se uma estreita relação entre o léxico, o ser humano e o meio em que vive, tendo em vista o vocabulário do mesmo está diretamente relacionado ao seu modo de vida simples, porém extremamente válido em decorrência das inúmeras experiências adquiridas no seu cotidiano. Estando, portanto, constituído um campo vasto à pesquisa dialetal e a outras ciências que tenham por escopo o ser humano e a linguagem.

A pesquisa procurou representar, em mapas, a unidade e a diversidade conservação e inovação lingüística e elaborar as cartas léxicas, mapas, tabelas e assim contribuir com a feitura do Atlas Etnolingüístico do Acre – ALAC.

Assim é que em uma pesquisa dessa natureza torna-se indispensável para o estudo de ciências como a Dialetologia (que tem como finalidade geral o estudo das falas), Lexicologia (que se ocupa da etimologia das palavras e das várias acepções delas), Lexicografia (ciência das palavras que deve constituir um léxico), Lingüística (o estudo da língua), Geografia Lingüística (método dialetológico e comparativo...), Sociolingüística (relação entre língua e sociedade), e Semântica (significado das palavras). Ciências essas cujas relações interdisciplinares dão o suporte teórico para comprovar, por meio de pesquisa, que as descrições dialetais são instrumentos de análise para a realidade lingüística.

2- MATERIAIS E MÉTODOS

Segue-se, neste feito, as trilhas da Dialectologia Social, com o método *dialectológico e comparativo*. Ele pressupõe o registro, em mapas especiais, de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas, mediante pesquisa direta e unitária, numa rede de pontos do Estado do Acre, demarcada por Lessa (1989), para a coleta de dados à elaboração do Atlas Etnolingüístico do Acre ALAC. E, para o propósito do Atlas, dividiu o Estado em três regiões: Área do Acre, Juruá e Purus.

Na feitura deste trabalho, um contributo à tarefa do ALAC, trabalhou-se com 18 inquéritos, sendo seis em cada região, denominada Área de Pesquisa. Cada Área possui três Zonas de Pesquisa e em cada uma delas tomaram-se dois informantes, um do sexo masculino e outro feminino, nas faixas-etárias A (15-25) e C (36-80).

O *corpus* desta pesquisa está constituído pelos inquéritos: RB067AM, RB-018CF, PC033CM, PC006AF, XA040CM, XA167AF, FE101AM, FE093CF, CS108AM, CS113CF, TA190AM, TA094CF, SM121AF, SM119CM, AB145AM, AB136CF, MU159AM, MU151CF. Todos pertencentes ao acervo do Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC.

De outra parte, com os dados obtidos do léxico estudado, foi possível fazer análise da linguagem da atividade do látex, envolvendo a comunidade seringueira da região, naquilo que diz respeito ao trabalho, à estrada de seringa, ao período de corte, à plantação, à alimentação, à saúde, às lendas, às crendices, aos costumes, à moradia, dispondo esse levantamento lexical por campos semânticos, seguindo a divisão proposta por Othon M. Garcia (1989) e tão bem especificada por S. Ullmann (1987).

Na elaboração dos verbetes, seguem-se as trilhas da Lexicologia e Lexicografia, amparada nos estudos empreendidos por Lessa (1985,1996,2002, 2003).

Nos critérios de unidade e diversidade, conservantismo e inovação, criou-se um critério específico, considerando na unidade e diversidade a ocorrência de acordo com as Áreas de Pesquisa, sendo unidade todas as lexias comuns em três ou pelo menos dois dos três Vales (Acre, Juruá e Purus) e que constituem um todo uniforme, considerando, portanto, diversidade as lexias encontradas em apenas um Vale que tornam-se alheias aos outros.

No que refere-se ao conservantismo e inovação, levou-se em consideração as faixas-etárias, em que rotula-se conservantismo todas as lexias faladas por informantes das faixas-etárias A (15-25 anos) e C (36-80 anos) ou apenas C, por tornar, assim, preservadas as lexias, considerando, portanto, inovação as lexias apresentadas apenas pela faixa-etária A.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cunha (1986, p.200), em artigo intitulado *Conservação e inovação no português do Brasil*, analisa especificamente a tese de 1950, sobretudo a parte relativa ao suposto caráter **conservador** do português do Brasil. As suas conclusões, no entanto, divergem das de Serafim da Silva Neto. Sobre o problema da **unidade**, afirma, taxativamente:

> o mito da unidade da língua popular está sendo progressivamente desmentido pelos atlas lingüísticos que se vão publicando. Ao contrário, o que eles começam a ensinar-nos é que a característica fundamental dos falares brasileiros reside no seu caráter vacilante, no seu acentuado polimorfismo.

O estudo Conservantismo e Inovação na Linguagem do Estado do Acre está assentado na tese de Lessa (1996), fato que propiciou um maior conhecimento da linguagem da comunidade seringueira que habita as regiões do Estado do Acre, particularmente naquilo que diz respeito às variedades lingüísticas, tanto no plano lexical quanto fonético. Essas variedades decorrem de fatores: geográfico (variação diatópica); social (variação diastrática); cultural (variação diafásica).

Na análise comparativa dos dados, observou-se, no plano fonético, que a lexia <<fornalha>> sofreu alteração na consoante lateral, com informantes dos três Vales (Acre, Juruá e Purus) passando a pronúncia para <<fornaia>> ocasionando uma despalatalização, isto é, transformação de um fonema palatal em fonema vocálico oral,

conforme pode ser verificado no exemplo abaixo:

FORNALHA
na ... n'uNa *fornalha* que eles faze de barro num sabe
(FE093CF)
... aí toca fogo na *fornalha* ...
(RB018CF)
eles ... eles faiz a ... a fumacêra né ... aí tira os cavaco ... o côco ... aí põe no ... na fornalha e toca fogo ... aí põe leite na bacia ... aí começa a ... despejá assim um negóço assim ...
(SM121AF)
FORNAIA
encostado da borracha ... aí sai lavano dento e rodano e ... aí a fornaia acesa é só passano e lavano e ...
(TA190AM)
... a gente faiz uNa fornaia assim subino ... tipo um funil de barro ... aí toca fogo e bota pau verde dento ... dá aquela fumaça
(RB067AM)
pa defumá ... a gente faiz a fornaia né ...
(AB145AM:04)

Também se pode perceber a diferença fonética na lexia <<leite>>, pronunciada com a vogal anterior /i/ articulada pelos falantes nos três Vales, em determinadas Zonas de Pesquisa. Contudo, nas demais Zonas de Pesquisa, houve a supressão do fonema semivocálico, no vocábulo, desfazendo um ditongo, ocorrendo, assim, uma monotongação <<lête>>; constatando, também, que entre treze inquéritos em que houve a ocorrência da palavra <<leite>>, cinco falantes suprimiram a vogal /i/.

LEITE
que o *leite* já vem né ...
(FE093CF)
... mais um saco pra conduzir o *leite* ...
(PC033CM)
... nóis chegarra de tarde eu ía aquecê o *leite* ...
(AB136CF:04)
LÊTE
...porque quanto mais a gente tira *lête*...mais a gente faiz mais borracha né... gaNa mais.
(FE101AM)
... emendo com *lête* de seringa ...
(RB018CF)
joga lête pô cima
(TA190AM)
é ... o cara só tem lucro no ... com a borracha no período do verão porque

num perde o lête né

(AB145AM:08)

No que diz respeito às entidades e espíritos da floresta, notou-se que a palavra <<Caboquinho da Mata>> sofreu variação fonética. Pois nas seis ocorrências dessa lexia, os informantes pronunciaram a palavra com a consoante bilabial /m/ no final <<Caboquim da Mata>>, ocorrendo uma despatalização já que há a transformação do fonema palatal em fonema vocálico nasal.

CABOQUIM DA MATA

o *Caboquim da Mata* deve sê esse né ...

(FE093CF)

...nesse *Caboquim* que diz que tem né...que diz que é dono das caça num é... que ouvi falá que tem

(FE101AM)

o Caboquim

(XA167AF)

o Caboquim

(TA190AM)

ele disse ... ele acharra que era o ... o Deus da Mata né ... o Caboquim da Mata ...

(SM121AF)

eu ôvi que inxiste mermo o Caboquim da Mata ... e diz que o caba num acreditano ele vem e diz que faiz o cara ficá ... o Caboquim da Mata eu ôvi falá que ele faiz o cara matá muita caça ... aí se num acreditá ele bate no cara também ... mais eu num acredito nisso não ...

(MU159AM)

Outros exemplos de variação fonética podem ser exemplificados com a lexia <<malária>> que, nos três Vales (Acre, Juruá e Purus) pesquisados, sofreu três variações fonéticas, a saber: *malála, malára e malária*. Quanto a primeira variação, foi constatada que apenas um informante do Vale do Purus (SM119CM) articulou a consoante alveolar lateral /l/ no lugar da consoante alveolar /r/. Enquanto os dois informantes de Assis Brasil (AB139BM; AB136CF), não produziram o som da vogal anterior /i/. Comprovando a presença da isófona – que indica a área de abrangência de um determinado traço fonético na Zona de Assis Brasil <<malára>>. Constatando, assim, que a maioria dos informantes, oito (08) deles, produziu <<malária>> com MALALA.

#D

você adoeceu... é você adoecia de quê?

#L

é de malála

(SM119CM:15)

MALÁRA

não ... era difíço ... só quem adoecia lá mesmo mais era miNa mãe ... negóço de *malára* que dá muito ... em Vila do Abonã né
(PC006AF)
pa malara era só o chá daquele ... carrapicho águia
(AB136CF:17)
... a doença que tem assim é malára ...
(AB145AM:15)
MALÁRIA
chama *malária* né ... sezão que chama né
(CS108AM)
era ... só a malária
(PC006AF)
a consoante alveolar /r/ e com a vogal anterior /i/.
... eu tive só uNa filha ... que ela pegô malária ... mais ela fico boa com as pilha mermo
(TA094CF)
... justamente eu adoeci trêis vezes ... de malária sabe ...
(SM121AF)
cesão ... agora que dissero essa malária né
(MU151CF)
rapaiz agora é malária
(MU159AM)

Esses exemplos comprovam o que CALLOU & LEITE (1993, p.93) disseram, que "(...) Todas as variedades da linguagem estão sujeitas a mudanças e mesmo no dialeto rural mais isolado e conservador há elementos de diferenciação".

Quanto às variações léxicas, verificou-se que, nas palavras relacionadas ao trabalho, houve inovação em *borracha de bola,* coalhar que acabou sendo substituído por <<coaiar>>, apresentando, dessa forma, não apenas uma inovação, mas, também uma variação fonética.

Mais um exemplo de diversidade lingüística pode ser comprovado com a palavra <<risco>> e <<traço>> que constituem dois significantes diferentes para um mesmo significado.

Verificou-se que sete informantes produziram o vocábulo <<risco>> em contraste com um informante do Vale do Acre (PC033CM) que pronunciaram a lexia <<traço>>
(...) os *risco*...sim... as arriação que nóis chama
(FE101AM)
e de largura ... é palmo também ... um *risco*
(RB018CF)
é ... é *risco* mermo ... aí embute a tigela

(TA094CF)
a riação é um ... e o *risco* é ôto ... que o cara chêga e rai riscano
(TA190AM)
ela dá o *risco* ... o traço como se chama né ...o traço da seringuêra
(PC033CM)
... aí eu pelejava ... dava um *risco* pra báxo ... eles aprumava miNa mão ...
(MU159AM)
faiz um *risco*
(AB136CF:06)
TRAÇO
ela dá o risco ... o *traço* como se chama né ...o *traço* da seringuêra
(PC033CM)

Quanto ao campo semântico das palavras relativas à caça, como inovações lingüísticas, podem-se anotar: <<viado>>, que antes era pronunciado apenas como <<veado>>, rifle pronunciado como <<rife>>. Contudo, o que se percebe é que a inovação ainda é pequena no vocabulário lingüístico do seringueiro acreano, são muitas as palavras que se conservam como: caça, cobra, cotia, cutia,cutiara, espingarda, esturrar, onça, onça pintada, onça preta, onça vermelha, paca, porco, quatipuru, quexada, entre outras.

VEADO

... a gente mais mata é porquim ... às veiz veado ... paca ... tatu ... é os bicho que a rente come né ... que a rente sempre mata
(AB145AM:11)
VIADO
é aqueles...tem *viado*...tem porco...tem nambu...tem quatiru...tem todo tipo de enbiara...tem jacamim
(FE101AM)

No que se refere às palavras relativas ao comércio da borracha não há diferença em afirmar a pouca inovação existente, percebidas somente em lexias como: conta, custar, juro, lucrar, dinhêro, ponta de venda, redobrar, somar e valer. Sendo o conservantismo o maior fator presente, percebido em: centavo, cobrar, consumo, comérço, dever, freguêis, gastar, mercado, preço, produto, valô, vender entre outras.

Ainda, quanto à variação lingüística, registram-se as palavras <<pescar >>e <<mariscar>>, ambas significando o ato de pescar. O vocábulo <<pescar>> foi usado por cinco informantes de Vales diferentes: quatro do Vale do Purus (SM119CM, SM121AF, MU159AM) e outro do Vale do Acre (PC006AF). Enquanto os informantes das Zonas de Tarauacá e Assis Brasil (TA190AM, AB145AM) optaram pela palavra <<mariscar>>, havendo dessa forma, uma diversidade diatópica.

PESCAR
era ... tiNa um lago perto de casa ... quase toda tarde a gente ia *pescá*
(PC006AF)
... e *pescá* tamém ... ele gostava muito de *pescá*
(SM121AF)
não... no seringal é difiço (por exempo)... tê assim um lugá que a rente *pesque* né
(SM119CM)
a gente tirava uns dois dia ... trêis ... e ia *pescá* lá ... salgava ... aí viNa comê em casa
(MU159AM:07)
caçava ... pescava
(AB136CF:13)

Examinou-se, quanto aos utensílios usados pelo seringueiro para o corte da seringa, que houve diversidade lingüística, já que os informantes usam três lexias diferentes para denominar o mesmo significado. Essas três lexias denominam o mesmo objeto utilizado pelo seringueiro no corte da seringa, assim se observam: escada, mutá e pé de burro. Sendo escada utilizada pela Zona de Sena Madiureira, pé de burro utilizada pelas Zonas de Feijó e Tarauacá e mutá utilizada na Zona de Rio Branco.

ESCADA
... aí eles começô a entigelá a estrada ... roçá e ... botá as esta escada ... aí começô a cortá
(SM121AF)

Mandioca, macaxeira e macaxêra também são exemplos de variações léxicas no que se refere a <<mandioca>> e <<macaxêra>> e ainda a fonética em <<macaxeira>> e <<macaxêra>>, sendo mandioca utilizado por informantes das Zonas de Cruzeiro do Sul e Manuel Urbano, Macaxera utilizado pelas Zonas de Rio Branco e Xapuri e macaxêra utilizado pelas Zonas de Feijó, Plácido de Castro e Rio Branco.

MANDIOCA
a roça é a *madioca* num sabe
(CS108AM)
é ... ia ajudá em casa ... ( ) o roçado ... na mandioca ... ( )
(MU151CF)
plantava mandioca ... roça né ... e milho pa dá pas galiNa ... e a cana às veiz nóis plantava ... era assim
(MU159AM)
MACAXERA
... de buscá uNa ração ... o milho ... uNa *macaxera* pum bicho comê ...
(RB018CF)
nóis planta milho ... roça ... macaxera ... malancia ... mamão ... jerimum
(XA167AF)

... agora tem que tê o porco todo tempo né ... e alimentando com macaxera ...
(XA040CM)
só macaxêra mêmo
(RB067AM)

Dos dezoito inquéritos estudados, verificou-se que, dentre as entidades e espíritos da floresta, o <<Caboclinho da Mata>> é o mais conhecido. Em seguida, vem o Mapinguari e, por último, Mãe da Seringueira. É importante ressaltar que a maioria dos informantes não viram essas entidades ou espíritos, apenas ouviram falar.

CABOQUIM
o *Caboquim da Mata* deve sê esse né ...
(FE093CF)
...nesse *Caboquim* que diz que tem né...que diz que é dono das caça num é... que ouvi falá que tem
(FE101AM)
o Caboquim
(XA167AF)
o Caboquim
(TA190AM)
ele disse ... ele acharra que era o ... o Deus da Mata né ... o Caboquim da Mata ...
(SM121AF)
eu ôvi que inxiste mermo o Caboquim da Mata ... e diz que o caba num acreditano ele vem e diz que faiz o cara ficá ... o Caboquim da Mata eu ôvi falá que ele faiz o cara matá muita caça ... aí se num acreditá ele bate no cara também ... mais eu num acredito nisso não ...
(MU159AM)

MAMPINGUARI
...mais eu só ouvi falá nesses...e só nesse da mata mesmo...e desse *Mapinguarí*
(FE101AM)
é ... tem o Mapinguarí:
(TA094CF)
num Mapinguari
(TA190AM:24)
não ... ele ... eu vejo falá assim né ... desse ... desses Mapinguarí né ...
(AB136CF:19)

MÃE DA SERINGUEIRA
meu pai contava que:tiNa essa *Mãe da Seringueira*...que ele viu...viu falá... porque ele também não viu...que diz que era um...um tipo uma velhiNa...toda lataNada...diz que os golpe que a gente dá na seringueira tudo pega nela...
(FE101AM)
já ouvi falá da Mãe da Seringueira

(SM121AF)
a Mãe da Seringuêra eu já ôvi falá também que ela inxiste ... mais eu nunca vi não
(MU159AM)

Verificou-se, também, que o seringueiro acreano é muito supersticioso, pois acredita em doenças provocadas pelo mau olhar <<quebrante>> ou por susto <<vento caído>>, por exemplo.

QUEBRANTE
é *quebrante* ... vento caído ...
(FE093CF)
rapai ... ele reza pa todo tipo de doença ... reza pa vento caído ... reza pa ... pa quebrante ... eu só ... num sei explica como é que ela é não
(TA190AM)
o quebrante é conhecido ... o quebrante a criança fica logo com os olho fundo ... começa disintiria ... vômito seco ( ) e se não cuida cortá logo o quebrante vira aquela ôta doença
(PC033CF)
rapaiz lá pa onde eu ... tá agora ... esse pessoal onde eu morava lá tem um rezadô lá ... que cura criança doente do quebrante assim ...
(MU159AM)
VENTO CAÍDO
é quebrante ... *vento caído* ...
(FE093CF)
rapai ... ele reza pa todo tipo de doença ... reza pa vento caído ... reza pa ... pa quebrante ... eu só ... num sei explica como é que ela é não
(TA190AM)
VENTRE CAÍDO
curo mal olhado ... quebrante ... quebrante ... tudo ... ventre caído ... mal olhado ... porque tem o quebrante ... o ventre caído e mal olhado
(PC033CM)

No que se refere aos remédios utilizados pelo seringueiro, verificou-se que a linguagem dessa população, objeto desse estudo, apresenta uma riqueza peculiar, típica da cultura e do trabalho desenvolvido por ela, em meio à floresta, enfrentando a diversidade da natureza social e geográfica da região. Percebe-se, nesses falantes, embora analfabetos, uma sabedoria sobre a vida na floresta, o corte da seringa, remédios e ervas medicinais, os animais, as plantações, as fases da lua, o tempo, modo geral. É um conhecimento profundo sobre a vida e a natureza, aquele universo que circunda a vida interiorana.

No que concerne aos remédios utilizados pelo seringueiro, dentre os dezoito inquéritos analisados, nas três Áreas e Pesquisa, constatou-se que a maioria dos informantes conhecem sobre esses remédios caseiros e os utilizam no seu cotidiano.

Assim, os remédios mais conhecidos e utilizados por eles são: <<chá de laranja>>, <<chá de boldo>>, <<cidrêra>> e <<quina-quina>> como exemplificam os exemplos abaixo:

Todos esses dados encontram-se dispostos em tabelas que podem ser facilmente retirados e compreendidos. Alguns dispostos, também, em cartas léxicas, representados em mapas e trabalhados a partir das planilhas. Infelizmente, considerando a escassez de recursos, nem tudo pode ser publicado, mas aqui se faz uma amostragem significativa capaz de ilustrar tudo quanto se diz e se observa na análise dos dados.

4 - CONCLUSÕES

Compreendeu-se, nessa pesquisa, que o interesse científico pela questão da língua, corno conjunto de variedades, só tendeu a crescer a partir do momento em que Gilliéron lançou as bases da Geografia Linguística. Hoje, quando se pensa até na possibilidade de se elaborarem gramáticas poliletais (gramáticas que incorporam mais de uma variedade), vasta bibliografia teórica, inúmeras descrições e análises vinculadas à Dialectologia, à Sociolinguística e à Etnolinguística comprovam a crescente preocupação em caracterizar e explicar diferenças diatópicas, diastráticas e diafáticas, no sentido de melhor se conhecerem os diassistemas e se determinarem os fatores internos e externos que contribuem para a polimorfia de dada língua, no presente estudo, a Língua Portuguesa no Acre.

É possível inferir, pela viagem realizada até então, por meio das leituras, levantamentos lexicais, análise dos dados, que o vocabulário do seringueiro regional, traduz a história da vida desses homens e mulheres, que fazem do trabalho com a seringa uma forma de vida, repassando os hábitos, costumes e tradições, de geração a geração. Além do mais, identificaram-se traços de unidade e diversidade, conservantismo e inovação dialetal nas Zonas de Pesquisa do Vale do Acre, Juruá e Purus, demarcando isoglossas, isoléxicas e isófonas, por meio dos traços dialetais da comunidade.

Observa-se, então, que a mutabilidade da língua se manifesta nas variações regionais da fala que, dentro do arcabouço imutável, apresenta variantes contínuas da fala. São variações que se manifestam no aspecto fônico, morfológico ou sintático e, de modo mais acentuado no lexical e semântico. É a "lei do menor esforço", ou melhor, a economia linguística provoca as mutações que se processam de modo lento e persistente, criando as variações na linguagem, os regionalismos, os dialetos. Por meio do presente estudo, evidenciado pelos relatos, observa-se o uso de grande número de substantivos, poucos verbos, poucos adjetivos e raros advérbios terminados em *–mente*.

Finalizando, essa parte, diz-se que *tradição* (do latim: *traditio*, *tradere* = entregar; em grego, na acepção religiosa do termo, a expressão é *paradosis* παραδοσις) é a transmissão de *práticas* ou de *valores* espirituais de geração em geração, o conjunto das crenças de um povo, algo que é seguido conservadoramente e com respeito através das gerações.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAR, Manuel. (1963). La Dialectologia. Madrid.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. (1991). A Geografia linguística no Brasil. São Paulo, Ática.

COSERIU, Eugênio.(1988). O homem e sua linguagem. Rio de Janeiro: Presença.

CUNHA, Celso. (1988). Língua portuguesa e realidade brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

FERREIRA, Calota & CARDOSO, Suzana. (2001). A dialectologia no Brasil. Coleção repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto.

LESSA, Luísa Galvão. *Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre CEDAC*. Comunicação apresentada no IX Congresso Internacional de Filosofia e Linguística da América Latina: ALFAL. Campinas: 1990.

_____. Projeto Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC. Comunicação apresentada na V semana na UFMT. Cuiabá: 1992.

_____. Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC. A Linguagem Falada no Vale do Purus. Rio de Janeiro:2002 v.I.

_____. A linguagem falada no vale do Acre – materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre. – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

_____. A linguagem falada no vale do Juruá – materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

_____. A linguagem falada no vale do Purus – materiais para estudo. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

A MULHER NEGRA E A MPB (1930-1945)

Manoel Pinto Ribeiro
(ABRAFIL, UERJ e UNISUAM)

A palavra Escravidão (...) não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital, e clientela dos senhores todos; (...) a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado enfim se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão submetidos
(NABUCO, J., 1977, p. 60, apud ALENCAR et alii, 1994: 201).

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do desmembramento de nossa tese de doutorado: Formações discursivas sobre a mulher na MPB (1930-1945). Por isso é necessário repetir os elementos essenciais que conduzem a metodologia adotada na análise do trabalho.

O objeto neste estudo é o discurso, entendido como um objeto histórico-ideológico que se produz socialmente através de sua materialidade específica, que é a língua. Com base na vertente de análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, partimos do pressuposto de que a linguagem não é transparente, portanto passível de equívoco, falha, jogo entre o dito e o não dito, pressuposições, produzindo efeitos de sentidos diversos, ironias, ambiguidades e metáforas.

Para o início do trabalho, utilizamos um corpus empírico, o arquivo institucionalizado, que foi sendo ampliado aos poucos e dividido em oito eixos temáticos, tarefa bem complexa, em alguns pontos. O *corpus discursivo* resultou em seis formações discursivas que resumiremos nesta exposição.

Há, em cada formação discursiva, um regular número de enunciados responsáveis por sentidos que vêm sendo parafraseados há séculos. Numa prova de resistência ao já estabelecido, outros sentidos vão circulando e invadindo as várias formações discursivas, pois o discurso é curso, percurso, palavra em movimento. Há um *continuum*, constituindo um processo discursivo, que caracteriza a incompletude da linguagem.

Para nossa análise, os textos de músicas foram recortados em sequências discursivas que determinassem os sentidos em circulação na época de nosso trabalho.

Os discursos *são governados por formações discursivas*. Há dois tipos básicos de funcionamento que envolvem a noção de formação discursiva:

1. ***a paráfrase*** — os enunciados são retomados e reformulados. Em contraposição temos a noção de *polissemia*. A paráfrase delimita as fronteiras de uma for-

mação discursiva. A polissemia rompe essas fronteiras e instala a multiplicidade de sentidos;

2. ***o pré-construído*** — o termo designa (nomeia) aquilo que remete a uma *construção anterior e exterior*, independente, por oposição ao que é *construído* pelo enunciado.

O que ocorre numa formação discursiva é termos várias linguagens em uma única, o que a torna heterogênea, não há um limite definitivo, que separe um exterior de um interior.

Para iniciar nossa reflexão sobre a mulher negra, partimos do período da escravatura no Brasil, época em que se fundaram sentidos de mulher negra ligados a objeto sexual, a reprodução de mão de obra escrava, a ama de leite etc.

> Os diferentes papeis que cabiam à mulher branca e à negra na sociedade brasileira da época colonial eram fortemente influenciados pelas relações de produção entre senhores e escravos e pelas incoerências do sistema de castas. Ainda que os brancos tratassem os escravos como objetos, mera mão de obra sem quaisquer direitos, acabaram valorizando alguns negros devido ao diferencial do serviço que estes prestavam no processo produtivo (SAFIOTTI, 2004).

> SER ao mesmo tempo mulher e negra, no Brasil como em vários outros países, já deu provas históricas de ser uma dupla desvantagem; as negras continuam a ocupar as posições mais baixas na sociedade (HAHNER, 1978: 119).

A escravidão negra no Brasil representou uma degradação não apenas para os escravos como também para toda a sociedade imperial. Os negros nunca deixaram de se rebelar contra aquele regime opressivo (ALENCAR *et alii*, 1994: 201). O refúgio nos quilombos era uma forma de organizar uma vida comunitária e sem injustiças, com forte resistência às tropas governamentais e dos senhores. A história dos Palmares é bem conhecida, mas no interior existem outras comunidades remanescentes de antigos quilombos, onde até há alguns anos se falavam dialetos africanos (ALENCAR *et alii*, 1994: 201).

O escravismo moderno surge por transplantação, numa atividade comercial em que os escravos constituíam mercadoria de grande valor. É chamado de moderno em oposição ao antigo, que surgiu da evolução da comunidade primitiva. O escravismo ultrapassou as dificuldades iniciais, quase insuperáveis. Sem essa etapa, historicamente necessária, não haveria o Brasil (SODRÉ, 1997: 7).

O escravismo presidiu a montagem do sistema produtor colonial, sendo uma de suas características básicas. A outra característica foi que a produção era destinada ao mercado externo e distante, já que não havia mercado interno, de início.

Mas o escravismo não se fixou em todo o território brasileiro, situando-se nas áreas em que se implantou um sistema produtor voltado para o exterior e fundado na grande produção. As outras, na área pastoril sertaneja, na área vicentina, na amazônica, na sulina, não tiveram no escravismo o suporte da produção, salvo, com certas mudanças subsequentes, como, por exemplo, o plantio de algodão no Maranhão, que "enegreceu" esse estado (SODRÉ, 1997: 8).

O lugar social da negra escrava

Interessa-nos descrever o lugar social das escravas negras, de como viviam, como eram vistas e tratadas nesses três séculos de escravismo no Brasil. Na construção identitária presente nas letras das músicas de nosso *corpus* sobre a mulher negra inscrevem-se sentidos que ressoam, a partir da vinda de africanas para o Brasil.

As escravas eram privadas de todos os direitos civis, sujeitas ao senhor ou à senhora, sendo reduzidas à condição de coisa (reificação ou coisificação), mas trouxeram, juntamente com seus descendentes, uma contribuição incontestável para a nossa cultura. Apesar do menor número de escravas em relação ao de escravos, elas executavam, na agricultura, o trabalho com foice e enxada, semeavam desde pequenas, retiravam ervas daninhas, enfeixavam canas e as moíam nos engenhos, coziam o melado, manufaturavam o açúcar, descascavam a mandioca, descaroçavam o algodão. Na casa-grande, cozinhavam, costuravam, lavavam e arrumavam. Na senzala, algumas se tornavam parteiras, benzedeiras e temidas feiticeiras.

Nos centros urbanos, sobressaía, no comércio de varejo, o trabalho de escravas, que, nas sociedades africanas, já se encarregavam das tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. Nossa legislação facilitava essa tarefa, permitindo às mulheres vender bolos, doces, frutos, hortaliças, queijos, leite, alho, polvilho, hóstias, agulhas, alfinetes, roupas usadas etc. (PRIORE, 2003:18).

As autoridades viam, com preocupação, essa atividade pública, havendo o perigo de elas levarem recados de quilombolas, ou ajudar a traficar ouro roubado, ou, ainda, prevenir fugitivos e bandoleiros sobre os movimentos das tropas. Muitas se prostituíam. No espaço de quitandas ou vendas, elas se reuniam. Jogava-se, bebia-se, conspirava-se, mas também se afirmava a cultura negra com a música e a dança. Esse comércio propiciou a muitas o acúmulo de dinheiro para compra da liberdade. No século XVIII, um grande número de mulatas e de negras livres e alforriadas era expressivo na região das minas (PRIORE, 2003: 20).

A mulher negra, além de sua função no sistema de produção escravista, desempenhava também um papel sexual. Assim, sua reificação se faz ainda mais clara na medida em que ela funciona como objeto sexual de seu senhor. O fruto desse envolvimento produz tensões culturais e sociais, pois gerou o mulato, cujo lugar aquela sociedade ainda estava por determinar.

Homens brancos e negros disputavam as mulheres negras, levando o senhor a atitudes contraproducentes, como a tortura de negros com quem rivalizava no campo

sentimental. Também as mulheres brancas e negras passavam a disputar o homem branco. Contudo, a função dessas mulheres era distinta: enquanto as negras serviam às necessidades sexuais do senhor, as brancas eram as esposas legítimas e cuidavam de seus filhos. Acresça-se que a utilização sexual da escrava pelo marido não trazia brigas rotineiras às famílias, pois o papel feminino era de total submissão (SAFFIOTI, 1976: 165).

Não se pode negar, entretanto, que essas relações extraconjugais perturbavam o sistema de trabalho e a moral, fundamental na postura das mulheres da camada senhorial. Algumas delas, indo de encontro às regras, buscavam amantes, seja dentro de sua casta ou utilizando os escravos. A despeito disso, a escravidão atendia às necessidades do sistema produtivo e às necessidades geradas pela sociedade colonial (SAFFIOTI, 1976: 166/7).

A historiadora Tereza Virgínia de Almeida (*Revista de História,* n.º 08, 2006: 19) informa haver, em canções (lundus) do final do século XVIII, letras que põem em cena escravos que se dirigem à sua senhora (sinhá, nhanhá ou nhá). Essas formas de contacto predominam nos lundus, que mostram o relacionamento do escravo com senhoras, donzelas ou casadas. Isso pode ser interpretado como a evidência de um aspecto censurado da cultura colonial. Ou seja, não havia interesse em divulgar essas relações. Silenciava-se. Documentavam-se as relações dos senhores com suas escravas, mas não se registra o relacionamento das senhoras com os escravos. Num volume de Viola de Lereno, de Domingos Caldas, vê-se: "Eu tenho uma nhanhazinha / Que eu não posso entender / Depois de me ver penar / Só depois diz que me quer" (ALMEIDA, *Revista de História,* n.º 08, 2006: 18/9). Esse relacionamento é produto de "uma ambivalência entre um sofrimento vivenciado em função da falta de reciprocidade amorosa e a dor causada pela própria condição de escravo" (ALMEIDA, 2006: 19). Em refrões de lundus, tem-se: "Ai céu/ Ela é minha iaiá / O seu moleque sou eu". Em outra canção, confessa-se: "Eu tenho uma nhanhazinha / De quem sou sempre moleque / Ela vê-me estar ardendo / E não me abana c'o leque". E em outra:

> Se sinhá quer me dar / eu cá estou para apanhar / vem ferir vem matar / teu negrinho aqui está / mas depois de apanhar /quer fadar com iaiá". Entre outros sentidos, o verbo fadar significa "dar", "conceder". Há sentidos ambíguos que nos levam a "uma curiosa mistura de valores antagônicos: sadismo e amorosidade, violência e desejo (ALMEIDA, 2006: 16).

Outra demanda de ordem sexual era a da iniciação dos jovens brancos antes do casamento, já que a mulher branca, de acordo com sua posição social, devia casar virgem e exercer o papel de mãe de família e dona de casa. Entravam em cena, portanto, as escravas, que eram até mesmo alugadas por seus senhores (SAFFIOTI, 1976: 167).

As únicas opções de vida para mulheres brancas eram o casamento ou o convento. Este acabou por tornar-se um castigo para a mulher solteira ou casada que se

portasse mal (a iniciativa da internação, muitas vezes, partia do homem). Outros instrumentos utilizados para manter as proibições sexuais às mulheres brancas variavam de agressões físicas a sanções hierocráticas, o que marcou intensamente a formação da mulher brasileira. Dessa forma, a castidade das mulheres de camada social mais elevada manteve-se resguardada graças à prostituição das mais pobres, vítimas do preconceito no campo do trabalho (SAFFIOTI, 1976: 169).

Mulher negra, "boa reprodutora"

Identificamos a formação discursiva passível de ser parafraseada como "a mulher negra é boa reprodutora". Consideramos que se inscreve em formações ideológicas a partir da história da escravidão no país, cujos discursos ressoam até o presente, na materialidade das letras das canções do *corpus* e na sociedade da época.

Interessados nos lucros imediatos, os senhores privilegiavam a capacidade produtiva das escravas em detrimento de seu potencial para a reprodução. Quando ocorria a gestação, o intenso desgaste físico no trabalho e as péssimas condições de vida prejudicavam o desenvolvimento do feto, faziam minguar, em alguns casos, a secreção do leite, e geravam um desleixo em sua criação dos filhos, o que, na maioria das vezes, os levava à morte. Consoante Giacomini (1988: 24), "a maternidade e a lactação não planejadas nem previstas, vinham, na realidade, 'penalizar' a escrava por suas funções reprodutivas".

Notava-se, durante a época escravocrata, que o número de negros era geralmente três vezes maior que o de negras. Essa preferência era motivada por dois fatores: primeiro pelo fato de o homem estar mais apto ao tipo de trabalho que, de ordinário, era imposto aos escravos, e também devido à "vantagem" de ele não procriar nem aleitar (momentos em que a mulher apresentava queda na produtividade).

Ocorre a fundação de discursos de força, que inscrevem na negra sentidos de mulher própria para ser explorada. Diferentemente do que se possa pensar, entretanto, a negra não gozava de quaisquer privilégios, mesmo durante a gestação, sendo tão explorada e castigada como os homens. Situações de grávidas que sofriam castigos aparecem em algumas denúncias feitas a delegados de polícia, como a seguinte, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, de 21/07/1871:

> Dizem que a pardinha Leocádia... acha-se em deplorável estado, motivado de um aborto, e este resultado de ter sido espancada... E espera-se que não seja esse facto abafado, como teem sido outros (*Apud* GIACOMINI, 1988: 25).

As cruéis estatísticas de mortalidade infantil apontam que, na Corte, cerca de 10% das crianças vingaram. Dos nascidos na escravidão, não escaparam mais de 5% (GIACOMINI, 1988: 25):

Convém lembrar, não obstante, que, nesse gênero de "alforria", muitas vezes, às mães antecederam os senhores. É o caso, por exemplo, do infanticídio cometido

em 1881 por um senhor que "em vista da lei do ventre-livre, acaba de atirar à rua, para morrer, um recém nascido de escrava sua. *Era a terceira vez que assim agia*, tendo liquidado anteriormente outros dois filhos da mesma escrava" (A Voz do Escravo, 1/05/1881. Grifo da autora).

Era uma forma de "libertar" as gerações futuras, condenando-as à morte, como se noticiava nessa época.

Mulher negra, "mulher sem família"

Em se tratando da situação familiar entre os escravos, o único laço a que comumente se faz referência é aquele existente entre a mulher negra e seus filhos. Principalmente a relação mãe − filho, nos primeiros anos de vida da criança, é apontada, e, ainda assim, apenas nas situações em que ocorre sua separação.

As ideias discutidas quando da aprovação da lei do ventre-livre explicitavam, pela primeira vez, a intenção de minimizar a reificação dos negros:

> Dada a *forçosa anomalia transitória* do nascer um ente livre de um seio escravo, é claro que a *mãe natural* tem de ser, por certo lapso de tempo, *mãe civil*. (Parecer da Comissão Especial de 15/05/1871, *Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1871. *Apud* GIACOMINI, 1988: 31. Grifos da autora).

> (...) nossa constituição assegura o direito da propriedade, mas da real, da verdadeira, da natural, da que recae sobre cousas, pois não é propriedade o que recae sobre pessoas. (Parecer da Comissão Especial de 15/05/1871, *Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1871, *Apud* GIACOMINI, 1988: 32).

Junto a essas ideias aparecem também as preocupações com a escrava e o período de gravidez (até então fato indiferente a seus senhores):

> Artigo 18.º: A escrava durante a prenhez e passado terceiro mez, não será obrigada a serviços violentos, e aturados; no oitavo mez só será occupada em casa, depois do parto terá um mez de convalescença; e passado este, durante um anno não trabalhará longe da cria. (*O Americano*, de 22/01/1848, *apud* GIACOMINI 1988: 33).

Como a subjetividade dos escravos era esvaziada, a palavra "mãe", com toda sua carga semântica de amor e carinho, dizia respeito apenas à relação da mulher branca com seus filhos. Já a negra, no papel de mãe, é a "mãe-preta", a amadeleite dos filhos da mulher de classe senhorial.

Os escravocratas, contrários à lei do ventre-livre, atribuíam às escravas um embrutecimento sem igual, chegando a argumentar que elas teriam inveja da condição de libertos dos filhos favorecidos pela lei, destratando-os. É interessante observar que, mesmo os que as defendem, o fazem comparando seu amor à prole como o dos

animais. Trata-se de uma formação discursiva de negação da mulher escrava. São discursos ligados à identidade da mulher negra que a aproximam de um ser não-humano, animal.

> Por mais que exagereis o embrutecimento da escrava, podereis disputar-lhe a instrução, mas não denegar-lhe os instinctos, que a natureza amante derramou no seio de todas as mulheres, (...) entre os pobres irracionaes, a aguia ou o pombo, o leão ou a serpente! (...) Que dados tendes para suppôl-a uma infanticida, não por vêr, seu filho nascer na escravidão, mas por inveja de sua mesma prole? (*O Elemento Servil*, 1880 e *Diário do Rio de Janeiro*, 19/07/1871, a*pud* GIACOMINI, 1988: 34).

Os relacionamentos conjugais ou fraternais entre os negros eram frágeis. O senhor tinha plenos poderes para mandá-los para onde quisesse, juntos ou separados. Ademais, o valor mercantil da mulher negra decrescia se ela fosse comercializada em conjunto com os filhos, como o demonstra o seguinte anúncio:

> Vende-se uma parda que terá 34 annos de idade, perfeita cozinheira e doceira, costureira e engommadeira, *com uma filha de treze annos, que faz uma camisa homem e marca: o preço é commodo por ir juntas* (*Jornal do Commercio*, 10/07/1850, *apud* GIACOMINI, 1988: 37. Grifo da autora).

As mães negras, como as brancas, nunca deixaram de ter atenção e carinho com seus filhos. Nos primeiros cuidados, lavavam os pequenos com vinho ou cachaça; limpavam-nos com manteiga ou alguma substância oleaginosa e enfaixavam-nos. A cabeça era modelada cuidadosamente; o narizinho era achatado com o polegar, pois as africanas consideravam que adquiria uma forma mais estética. As mães amarravam seus bebês às costas e os levavam consigo, para sua tarefa diária. Na passagem para a alimentação semi-sólida, as mães negras mastigavam os alimentos e os passavam, na forma de bolo cremoso, para a boquinha dos bebês (PRIORE, 2003: 80/1).

A questão do casamento entre os escravos não era interessante aos senhores na medida em que era desfavorável quanto ao fator econômico. Isso porque a mobilidade de sua mercadoria ficaria limitada. A separação de cônjuges negros por parte dos interesses senhoriais só é proibida a partir da Lei Rio Branco, de 1871.

Tal fator reforça a ideia de reificação da mulher negra, discurso que aproxima a mulher negra de algo não humano, como já mencionamos acima e como se exemplifica nos fragmentos abaixo:

> O que faço de minhas negras? Mas eu as emprego segundo a sua própria natureza: elas procriam.
>
> − Cada uma possui um marido? Perguntei.
>
> − Costuma-se dar, num rebanho, um carneiro a cada ovelha e um

> bode a cada cabra em legítimo casamento? Respondeu o fazendeiro. (Melchior. *Apud* GIACOMINI, 1988:46).
>
> (...) um escravo não pode queixar-se da infidelidade de sua mulher e vingar-se de seu sedutor. Em geral é isso que acontece. Amor, honra, virtude são coizas que se não admite em um escravo (...). (*O Americano*, 02/04/1851. *Apud* GIACOMINI, 1988: 43).

Em nosso *corpus* discursivo, aparece a mulher negra comparada a um bicho: "Eu fui no mato / Crioula / Cortá cipó /Crioula / Eu vi um bicho / Crioula / de um olho só". É uma marcha de 1928 ("Eu fui no mato, crioula"), adaptada de um *charleston*, de autoria de Gomes Júnior. Na outra sequência discursiva, analisada mais adiante, a "crioula" é vista como nada (ALENCAR, 1979: 181/2).

Além dos interesses econômicos, os senhores eram movidos também por desejos de ordem sexual. Assim, por vezes, devido à sua autoridade, maltratavam os negros com quem rivalizavam, o que gerava revolta por parte destes:

> Certo fazendeiro tratava rudemente seus escravos, especialmente o marido de uma negra que lhe havia caído em graça. Esse marido, namorado da mulher, não o suportava. Trabalhando no campo um dia com seu machete, o senhor caiu sobre ele como de costume, a acusá-lo de preguiçoso. O negro agarrou do machete e friamente partiu-lhe a cabeça (Leithold e Rango, *apud* GIACOMINI, 1988: 45).

Além da desvantagem econômica, utilizar os serviços de uma ama de leite que viesse com o filho implicaria a divisão do leite e da atenção dispensados:

> O Sr. C. disse − Clara has de dar de mamar para minha filha de duas em duas horas e à outra tres vezes por dia. (...)
>
> A Sra. C. (...) começava a ficar receiosa de que a nutrição de sua filha soffresse e ciosa do afecto muito natural de Clara por sua filha (...) resolveu pois afastar a mãi da filha. (*A Mãi Escrava*, *A Mãi de Família*, janeiro 1880, *apud* GIACOMINI, 1988: 54).

No intervalo entre um e outro aluguel, entretanto, utilizavam-se as crianças negras para o consumo do leite da escrava, de forma que este não secasse e esta continuasse rendendo lucro para seu dono.

Como os filhos das negras eram muito precocemente separados das mães, a mortalidade entre eles era altíssima. A negação do direito à maternidade representa a negação da condição de mulher à escrava, na medida em que a sociedade da época reconhecia a mulher, sobretudo, no papel de mãe.

Preocupados com a saúde e o bem-estar das crianças brancas, os médicos começaram a reconhecer a barbaridade em se separar a mãe de seus filhos, observando o

mal que isso poderia trazer à lida da escrava com os filhos das senhoras. Reconheceu-se, assim, ainda que em segundo plano, a subjetividade da mulher negra:

> Esse fato, que à primeira vista parece pouco importante, influi de tal modo sobre o moral da escrava, que a torna inapta a aleitar outra criança (NEVES, *apud* GIACOMINI, 1988: 58).

É fundamental ressaltar que esse reconhecimento da subjetividade deu-se apenas quando este fator começou a interferir na qualidade do serviço prestado. Passou-se a crer que uma das principais causas da mortalidade das crianças da classe dominante era o fato de serem criadas pelas amas de leite. Assim, médicos defendiam a criação de uma instituição que controlasse o padrão de saúde e higiene das escravas oferecidas para tal função. Todavia, as recomendações não foram seguidas, e, mesmo em íntimo contato com a família branca, as amas não tinham direitos aos cuidados essenciais para a garantia de uma boa saúde. Ocorriam contágios tanto da escrava para o bebê quanto de ordem inversa.

Sobre a transmissão da sífilis, GIACOMINI (1988: 62) diz-nos que

> A sifilização da ama de leite, entretanto, não teve origem unicamente na criança branca. À apropriação e utilização da escrava como ama-de-leite da criança branca raramente deixaria de se acrescentar, assim como para mucamas, cozinheiras, amas-secas etc., também a apropriação de seu corpo como objeto sexual do homem branco. Através do estupro institucionalizado da escrava, a sífilis e, muitas vezes, "crias pardinhas" − não raro já sifilizadas − ocupariam as senzalas.

Nas muitas expedições estrangeiras ao Brasil, muitos homens vieram acompanhados de suas esposas, mas

> Ida Reyer Pfeifer (1795-1858), única viajante a vir sozinha, criticou o costume de deixar crianças aos cuidados das escravas: “a sensualidade das negras é bastante conhecida para que só este fato seja suficiente para explicar a corrupção geral e muito precoce” (DAPIEVE, 2001: 64).

Contra a vida impelida na casa-grande, as escravas desenvolveram formas de resistência, como crimes e, obviamente, a sabotagem cotidiana. Por esse motivo, as senhoras deviam vigiá-las todo o tempo. O que não fica claro, nos textos da época, é o fato de haver tão grande demanda das mães-pretas, na medida em que causavam tantos problemas e conflitos tanto dentro da família senhorial como na sociedade.

A mulher negra como “não-mulher”

Os lugares sociais da senhora e da escrava, na sociedade patriarcal, influenciavam profundamente a relação entre elas, pois a mulher negra entrava no convívio da

casa da família branca, devido ao tipo de trabalho que lá prestaria. As escravas faziam funcionar a casa-grande e deixavam às senhoras a ociosidade. O papel das mulheres brancas era basicamente administrar o serviço doméstico dos escravos. Acerca da imagem social da negra, pode-se dizer que havia certa rivalidade em relação à mulher branca:

> Gordas, nédias, flácidas, assim se refere às senhoras a grande maioria dos autores, tanto aqueles contemporâneos à escravidão quanto os que posteriormente estudaram esse período. Quanto às escravas são descritas como negras e mulatas de boas coxas, bons dentes, peitos salientes, flexíveis. O corpo da senhora e o corpo da escrava selecionada para o serviço doméstico parecem ser antitéticos. O aspecto descolorido, a cultivada brancura da senhora é distintivo social que a demarcou da negra numa sociedade em que a cor da pele é sinônimo de classe. Sua nediez e gordura refletem uma função econômica e social tanto quanto a agilidade e elasticidade das negras (GIACOMINI, 1988: 76).

Essa relação com a mulher branca faz parte da imagem que se construiu sobre a mulher negra. Ao abrirmos o arquivo da História da mulher negra e percebermos a forma como a sociedade brasileira a significou, notamos, por exemplo, a figura da ama de leite, ente da família, e, contraditoriamente, agente corruptor, como se observa acima. Ao mesmo tempo em que a ama alimentava a criança branca, era acusada de "deseducá-la", por seus costumes e por sua língua.

> (...) depravão habitos e costumes e o proprio idioma; pois nos communicão suas ideas e barbaridades (...) Nos entregão amas que são pretas, commumente escravas e também africanas. Daqui se pode colher qual será a prática dessas amas, e a influencia dellas sobre as crianças (Primeiro passo de reforma na educação da mocidade brasileira offerecida as senhoras brasileiras, *O Mentor das Brazileiras*, 02/04/1840. *Apud* GIACOMINI 1988: 50).

O tratamento que a senhora dava à escrava tinha estreita relação com a idade desta. Quando a escrava se tornava adolescente, passando a ser vista como possível objeto sexual do homem branco, seu convívio com a senhora mudava.

> As phrases mais comuns quando huma mulher desconfia que seu marido, ou seu amante, tem contactos illicitos com alguma escrava são: eu a frigirei, eu a assarei; lhe queimarei ou cortarei tal ou qual parte & C. E quantas vezes estas ameaças não vão a effeito mesmo por simples desconfiança (BURLAMAQUI. *Apud* GIACOMINI, 1988: 80).

À crueldade das senhoras seguia a impunidade assegurada por seu papel de administradora dos escravos da casa. E, como reação por parte da negra, há exemplos

de assassinatos de mulheres brancas, e fugas, como o seguinte exemplo extraído do *Jornal do Commercio* de 07/08/1850 (*apud* GIACOMINI, 1988: 83):

> Fugio, na noite de domingo, 4 do corrente, uma preta de nome Marinna, nação Rebolho, estatura baixa, reforçada, e com bastante signaes de castigos: levou vestido de riscado azul e chale de chita azul.

Separadas dos filhos legítimos, as mães negras eram mercadoria de valor, para venda ou aluguel:

> Aluga-se, para ama de leite, uma preta com leite de 15 dias, muito limpa, de muito bom leite e sabe coser e tratar bem de crianças. (*Folha Diária*, 26/02/1874).

> Vende-se uma preta de nação, com bastante leite e da primeira barriga, sem cria, mui vistosa e rapariga. (*Diário do Rio de Janeiro*, 04/07/1850).

Se, à época patriarcal, a mulher era valorizada apenas pela função de ser mãe, progenitora, e à mulher negra negava-se o direito à maternidade, pode-se perceber que à segunda é negado o direito de ser mulher. A negra naquela sociedade não é só objeto, bem de consumo, animal, também não é mulher.

A escrava como objeto sexual

Como, no regime da escravidão, os negros não são donos de seus próprios corpos, aqueles que os adquirem gozam de plenos poderes sobre eles. Acresce que a escrava, no seu lugar social feminino, sofre ainda o peso do patriarcalismo, em que é legitimado o direito de dominação do homem sobre a mulher. Logo, a utilização da negra como objeto sexual é fato rotineiro.

Não há dúvida de que o poder patriarcal na relação senhor − escrava é exercido diferentemente do da relação senhor − senhora. A prostração da escrava é específica porque ela não pertence à família do senhor, é mera propriedade privada. Portanto, consoante GIACOMINI (1988: 66),

> A sexualidade da escrava aparece para o senhor livre de entraves ou amarras de qualquer ordem, alheia à procriação, às normas morais e à religião, desnudada de toda série de funções que são reservadas às mulheres brancas, para ser apropriada num só aspecto: objeto sexual.

Apesar de serem, muitas vezes, vítimas de estupro por parte de seus senhores, às negras, na sociedade patriarcal, eram imputadas as responsabilidades pelo ato sexual com o senhor. A sensualidade e o corpo da mulher negra e da mulata eram vistos como instrumentos para provocar o desejo do homem branco, que seria seduzido por elas. Logo, o senhor passa de agente a vítima, ficando a relação sexual extraconjugal como culpa da mulher negra. Trata-se da formação discursiva que liga a mulher negra

a ícone de sensualidade e prazer sexual, discurso que permanece em nossa sociedade de hoje (GIACOMINI, 1988: 66).

A mulher negra iniciava sexualmente os jovens brancos, que aprendiam a agir exatamente como seus pais em relação à visão da mulher negra. Tais relações despertavam nas mulheres brancas a inveja e o ciúme. Assim, faziam com que as negras pagassem, através de torturas e outros tipos graves de violência (GIACOMINI, 1988: 69/70)

Claro está que, no caso de relação sexual entre escravos, a marca da submissão da escrava ao senhor ficaria latente. A sujeição, muitas vezes, ocorria para se evitarem os castigos. Dessa forma, o conceito de "guarda da honra feminina", tão recorrente na sociedade escravocrata, era privilégio das mulheres brancas e livres (GIACOMINI, 1988: 70/1).

Em virtude da liberdade sexual nas senzalas, com homens e mulheres numa promiscuidade imposta pelos próprios senhores, surgiram conceitos sobre libertinagem e licenciosidade dos negros – promíscuos e levianos -, por haver troca de parceiros ou pelo fato de uma mesma mulher servir a vários homens.

A licenciosidade vinha, primeiramente, dos senhores, que escolhiam as escravas mais bonitas e "apetitosas" da senzala, que cumpriam dupla jornada: de dia, trabalhavam, gerando renda, e à noite proporcionavam o prazer libidinoso que não era proporcionado pelas esposas. A preferida do senhor poderia usufruir vantagens e ter um tratamento especial, de acordo com o desempenho sexual que demonstrassem (ALLGAYER, 2005: 131).

> A desinibição de negras e mulatas consagradas na literatura brasileira como amantes de sangue quente, foi um papel que a própria sociedade escravista criou, para justificar a utilização da mulher negra como fonte de prazer. Via de regra, as negras eram forçadas a deitar nas redes com os amos, e depois sofriam com a vingança das suas Senhoras (ALLGAYER, 2005: 132).

Esses privilégios dados às mucamas, em função de favores sexuais, ou de mães que geravam filhos mulatos, que seriam alforriados e agregados à família dos senhores, trouxeram o ódio das sinhás, ocasionando a tortura de escravas, com dentes e unhas arrancados por alicates, como vingança. Mas houve casos excepcionais de homens que tiveram o apoio de suas esposas para que eles mantivessem escravas como amantes, evitando que a mulher necessitasse satisfazer o marido, já que o sexo era considerado um pecado original, praticando-se o ato sexual apenas para a procriação, de acordo com preceitos religiosos (ALLGAYER, 2005: 132).

Cabe, aqui, lembrar a tese de Affonso Romano de Sant'Anna, em "Canibalismo amoroso" (1984), em que o escritor discute a forma como é vista a mulher no Arcadismo brasileiro, em que se faz apenas um retrato da mulher amada, raramente se

apelando para o erotismo, descrevendo-se a mulher como uma flor, em comparação com a do Romantismo, com uma visão mais erótica sobre a mulher, com os textos românticos repletos de termos como "boca", "beijos" e "seios", "quando se trata da relação entre dois amantes brancos" (SANT'ANNA, 1984: 18).

Em se tratando da negra, o fenômeno mais evidente do canibalismo amoroso "desenvolve uma vontade de devorar as mulatas (negrofagia), um generalizado desejo pelas morenas (negrofilia) e um implícito e complexo sentimento de medo (negrofobia) diante da vítima" (SANT'ANNA,1984, 18). A situação da mulher escrava é a mesma, vendo-se aí um capítulo oral-sádico das relações amorosas, em que "os limites entre o desejo por um objeto e o desejo de destruição desse objeto são muito tênues" (SANT'ANNA,1984: 19).

Verifica-se a tensão existente, na época escravocrata, entre a mulher *exposável* (a branca, a que se encontrava no jardim da casa) e a mulher *comível* (negra, a que se encontrava no pomar), passando-se da mulher-flor para a mulher-fruto, a mulher-caça, e "recriando as regras da endogamia e da exogenia erótico-racial-econômica. Fixa-se o tópico da culinária amorosa, onde a mulata cozinheira é comida do patrão" (SANT'ANNA, 1984: 19).

O autor insiste na oposição entre a poesia do Arcadismo, em que a mulher era para ser vista, e a poesia do Romantismo, em que se funda a estética da oralidade, pois os poetas declamavam suas poesias, intensificando o aspecto discursivo do texto, ao aproximar poesia e oratória. A oralidade também, para o escritor, se expressa numa acepção psicanalítica, como um impulso de incorporação do objeto do desejo, como um canibalismo afetivo, imaginário e, por conseguinte, simbólico. Daí a metáfora de "comer", em lugar de "possuir e fazer amor".

Em nosso *corpus* discursivo, estão presentes, no imaginário dos enunciadores das canções populares, os aspectos de canibalismo amoroso descritos por Affonso Romano de Sant'Anna.

3.8.6 A "libertação" da mulher negra

A Lei Áurea libertou 750.000 negros cativos que ainda havia no país, o que representa um décimo da população negra no país. A grande maioria não conseguiu uma integração à sociedade. Não houve qualquer indenização, garantia ou assistência. A maioria se deslocou para as cidades, sem emprego e numa vida marginal, ocasionando um desajustamento estrutural, o que reforçou o preconceito racial. Continuou sendo difundida a ideia de superioridade do branco sobre o negro, contribuindo para a marginalização das populações negras (ALENCAR *et alii*, 1994: 206/7).

Segundo Hebe Maria Mattos (Revista *Nossa História*, maio de 2005, p. 16),

> Quando a Lei Áurea foi assinada, 95% dos descendentes de africanos já eram livres, alguns faziam parte da elite intelectual e das lutas abolicionistas, e muitos fugiam, na maior ação de desobediência civil do país.

Com o crescimento da urbanização, que trouxe maior contato social para a mulher da camada senhorial, surgiram algumas mudanças em sua vida. Entretanto, sua educação, restrita às necessidades domésticas e às práticas orais, não lhe permitiu ver no movimento abolicionista, restrito aos meios impressos, uma chance para criticar seu papel social. Para a mulher negra, a Abolição representou um ganho: a liberdade formal. Embora ela ascenda tanto quanto o ex-escravo, fica em posição inferior a ele, assim como a mulher branca, na medida em que ambas ainda não possuem direitos políticos, como o voto. Logo, para a mulher negra, a Abolição representa uma ascensão parcial (SAFIOTTI, 1976: 176).

Com a liberdade da escrava negra, o patriarca se vê obrigado a diminuir as relações sexuais fora do casamento, a menos que busque o novo setor da prostituição, instituído por meio do salário. Este setor mostra-se, assim, exclusivamente comercial, representando a exploração de uma classe sobre outra (SAFIOTTI, 1976: 177).

Após a abolição, homens e mulheres negros não auferiram os benefícios prometidos, sendo literalmente abandonados à própria sorte, já que não foram realizadas as medidas protetoras necessárias para adaptação à nova forma de vida. A mulher negra acompanhou o ex-escravo na sua difícil e dolorosa peregrinação das fazendas para as cidades.

Constituiu-se a mulher, nesse início de "liberdade", no esteio da família e da sua comunidade. Ela arcou, por seus conhecimentos de trabalhos domésticos, com o sustento moral e com a subsistência de todos os ex-escravos, visto que o homem negro não encontrou trabalho condigno que permitisse o mínimo sustento da família, de forma digna, chegando ao ponto de "ter saudade da escravidão" (RISSONE, 1968, *apud* HAHNER, 1978: 120).

Assim, a mulher negra, ao deixar a senzala e ir para o cortiço das cidades, passou a assumir, praticamente, as obrigações do antigo senhor da fazenda. Seu trabalho se multiplicava e dividia-se entre o quarto apertado, em promiscuidade com os seus, e as cozinhas das famílias abastadas. Teve de desdobrar-se para lidar com todas as complexas e novas situações. As "mudanças" no outro modo de viver consistiam em servir a patroa em lugar da sinhá, a ser perseguida pelo patrão em lugar do antigo senhor. Muda a configuração econômica, mas as práticas sociais cristalizadas permanecem (HAHNER, 1978: 122).

Novos problemas surgiram, com a discórdia entre os elementos da comunidade negra, motivados pela bebida, pela promiscuidade e pelo compreensível rancor, com injustiças provocadas pela organização social tirânica. Após a abolição, os homens e as mulheres negros foram abandonados. A negra contribuiu, com os serviços de babá ou empregada, para o início da emancipação da mulher branca, que teve acesso, pelo progresso da indústria e pela consequente organização de classes, a um novo espaço, substituindo, em parte, o modelo tradicional de mulher caseira e dedicada inteiramente à família (HAHNER, 1978: 123).

A mulher negra, a "empregada", a "babá"

> possibilitou e possibilita ainda hoje a emancipação econômica e cultural da patroa, em cidades como a nossa em que a organização de serviços coletivos como creches é precária (RISSONE, 1968, *apud* HAHNER, 1978: 123).

Na República, com a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, iniciada no governo de Rodrigues Alves (15.11.1902 a 15.11.1906), com Pereira Passos, os pobres, principalmente negros, ficaram sem moradia, pois os cortiços foram derrubados, obrigando-os a morar em favelas, um enorme contingente que conservou as tradições dos escravos, notadamente os cultores da música popular.

A mulher negra, vítima da sequela da escravidão, continuou o seu confinamento na pobreza e na ignorância, sujeitando-se às regras do preconceito racial. Essa situação é herdada da época em que a escrava era mucama, criada dos sobrados e mulher do eito. Exercia essas vis funções, consideradas como desprezíveis para a mulher branca. A escrava era o grande esteio da mulher branca das grandes casas, que tinha uma vida amena, fácil e, principalmente, ociosa. A mulher negra, além dos trabalhos da casa, tratava dos filhos da senhora e satisfazia às exigências do senhor, cuidava dos próprios filhos, sofria castigos corporais, não sendo credora de qualquer compensação. Era considerada uma coisa, e não uma pessoa. O amor tinha aspectos de pesadelo, pois se submetia às incursões de patrões, de seus filhos e de parentes. Esse era o destino reservado às negras (GIACOMINI, 1988: 65/6). É, ainda, Giacomini (1988: 67) quem observa a associação da escrava à função de objeto sexual, em versos populares:

> Preta bonita é veneno
> Mata tudo que é vivente
> Embriaga a criatura
> Tira a vergonha da gente
> Mulata é doce de coco
> Não se come sem canela
> Camarada de bom gosto
> Não pode passar sem ela.
> (*Apud* GOULART, 1971: 48).

Muitos defendiam a chamada "democracia racial", que considerava os amores espúrios, nesse período escravista, pontos de alicerce, em termos liberais, para as relações inter-raciais, que possibilitaram, pela miscigenação, a convivência "pacífica" entre brancos e negros no país. Na verdade, a mulher negra não tirou nenhuma vantagem dessa importante função histórica. Pouquíssimos casos houve de mulheres protegidas por coronéis, senhores ou patrões importantes. Segundo muitos, o que ocorreu foi uma tolerância racial. O austríaco Stefan Zweig, em *Brasil, país do futuro*, deu uma base teórica ao mito da democracia racial, logo depois de Gilberto Freire, com

Casa-grande e senzala, ter levado a imagem de país cordial, com as etnias vivendo em harmonia, especialmente negros e brancos. Esse imaginário era fruto das idéias da época de Getúlio, que desejava manter essa imagem para o exterior (SCHAEBER, 1999: 52/3).

A ideia de uma convivência harmônica entre europeus, negros e índios beneficiou o governo populista de Vargas. A cultura negra, em parte reprimida e até proibida, como a capoeira, passou a fazer parte dos símbolos tipicamente brasileiros, principalmente com o samba. Assim, desde a década de 1930, esse mito da democracia racial faz parte da auto-imagem do Brasil. Mas quem chega ao Brasil, do exterior, verifica que a maioria de garis, de trabalhadores na construção, de estivadores, de empregadas domésticas, de faxineiras, de cobradores de ônibus e de crianças de rua tem pele escura. Já nas atividades mais nobres, a minoria é de mestiços ou de negros (SCHAEBER, 1999: 53)

Assim, pode-se dizer que Zweig se enganou quando negou a divisão da sociedade em camadas, presumindo possibilidades iguais de educação, distribuição de renda, além de linguagem livre de preconceito social (SCHAEBER, 1999: 53).

Em virtude de uma brecha no regime social de classes, aberta, indiretamente, pela Abolição, aumentaram um pouco as perspectivas dos negros. No entanto, eles têm de enfrentar as barreiras criadas pelo preconceito racial. Continua a se exigir uma "boa aparência" para a grande maioria das tarefas num emprego (HAHNER, 1978: 125).

Os insultos, as preterições de oportunidade, a ação das crenças e crendices que mantêm a gente de cor amortecida, atingem mais diretamente a mulher negra. A todos os artifícios empregados para obstar a ascensão de quem vem de baixo, acrescenta-se a observação "mas ela é negra" e quando, apesar de tudo, ela consegue se instalar num posto da administração, ou num escritório de profissão liberal, a reação dos que convivem com ela é, quase sempre "ela é negra, mas é boa advogada" (HAHNER, 1978: 125/6). Conclui-se que a Abolição não libertou a mulher negra.

Com a revolução de 1930, o discurso impregnado de valores europeizantes, que desacreditava os homens, atribuindo as nossas mazelas à inferioridade da raça, foi substituído por outro que buscava articular a comunicação entre as elites e a massa da população.

> Os negros, degrau mais baixo entre esses segmentos, tiveram papel preponderante na construção dessa cultura que, inter-relacionada às demais, dá a tônica daquela festa. Enfim, como afirmam vários intelectuais, o samba, especialmente aquele desenvolvido com as escolas de samba, é erigido na era Vargas em símbolo da nação brasileira (VIANNA, 1995: 151. *Apud* SOIHET, 2003: 318).

Há de se realçar que tal processo não resultou apenas da ação governista, mas ocorreu principalmente pela ação dos populares, pois o carnaval era, para eles, uma

"via prioritária de afirmação de sua identidade num processo conflituoso, caracterizado por lutas e negociações contínuas, com avanços e recuos que se redimensionaram e se reorganizaram mútua e dialeticamente" (SOIHET, 2003: 318).

Para a grande massa da população, que conviveu desde o início da República até a década de 1930, a ocupação dos espaços públicos para suas manifestações culturais constituiu-se em um empreendimento fruto de uma resistência que resultou na conquista de uma cidadania cultural, transformando-se um sonho da sociedade de massas em realidade, uma conquista do século XX, numa nação constituída basicamente de brancos, índios, muitos negros e mestiços.

A formação discursiva sobre a mulher negra na MPB

E o lugar da mulher negra na música popular brasileira? Justificando o discurso de desvalorização do negro, já que as escravas eram privadas de todos os direitos civis, sujeitas ao senhor ou à senhora, sendo reduzidas à condição de coisa (reificação ou coisificação), já, em 1922, o samba "Esta nega qué me dá", de Caninha e Lesute, mostra que o lugar fundado, dedicado à mulher negra, revela a intenção de ambiguidade e ironia:

> Esta nega qué me dá
> Eu não fiz nada pra apanhar (bis)
> (...)
> Ó nega toma cuidado
> Que eu breve vou te rifá.
> Eu quero fugir da nega
> Custe lá o que custá
> Nosso Senhor está com pena
> De ver a nega me dá (anexos: 325/6).

A popularidade do samba correu o Brasil e chegou ao teatro, com a peça "Esta nega qué me dá", no teatro São José, dos Irmãos Quintiliano.

Verifica-se que a mulher negra permanecia em uma posição de inferioridade, na sociedade da época. Havia formações discursivas que tinham como efeito de sentidos dominantes a desvalorização dessa mulher.

A observação da primeira frase do fragmento já nos faz perceber o duplo sentido inscrito no imaginário presente à época sobre a mulher negra: ou essa mulher quer o homem ("qué me dá"), ou quer bater nesse homem. Ambos os sentidos que se podem ler na ambiguidade são pejorativos em relação à mulher negra. E não se reduzem à primeira frase. Outras passagens demonstram o quanto o preconceito racial contra a mulher negra convive no seio daquela sociedade brasileira, como sentido estabilizado, como natural de ser contado, publicado: "Que em breve vou te rifá", "Eu quero fugir da nega".

Na letra da canção "Eu fui no mato crioula", de Gomes Júnior, de 1928, marcha carnavalesca adaptada de um *charleston* americano, dizia-se:

Eu fui no mato
Crioula
Cortá cipó
Crioula
Eu vi um bicho
Crioula
De um olho só
Não era bicho
Crioula
Não era nada
Crioula
Era uma velha
Crioula
Muito assanhada
(ALENCAR, 1979: 181, anexos: 326)

A mulher negra aqui é igualada ao nada ("não era nada"). Macedo (2006/7: 157) comenta, num artigo sobre Semântica, que "Agostinho[26] lembra o caso da palavra *nihil* (nada) que exprime a não existência", ou seja, a negra foi niilificada, anulada, ela não existe. Há, também, uma redução do lugar de sexualidade, pois, mais uma vez, é a mulher negra que se aproxima do homem: "muito assanhada".

Em 1942, Rubens Soares e David Nasser (anexos: 323) lançam a batucada "Nega do cabelo duro", que parafraseia sentidos que descrevem, do ponto de vista estético, a mulher negra na sociedade da época:

Nega do cabelo duro
Qual é o pente que te penteia?
Qual é o pente que te penteia?
Qual é o pente que te penteia?

Quando tu entras na roda
O teu corpo serpenteia ...
Teu cabelo está na moda:
Qual é o pente que te penteia?

Teu cabelo permanente,
qualquer coisa de sereia;
e a pergunta sai da gente:
qual é o pente que te penteia?

26 Agostinho é Aurelius Augustinus, Santo Agostinho, arquiteto do projeto intelectual da Igreja Católica (BARSA, 1999: 143).

As sequências analisadas chamam nossa atenção quando percebemos que todas apresentam a mulher negra como figura de escárnio social: é o jeito de "Qué me dá", é o espaço que ocupa "fui no mato / Eu vi um bicho / Crioula" ou a idade "Era uma velha", ou ainda o tipo de cabelos "Qual é o pente que te penteia". A ausência de sentidos que possam inscrever essa etnia num campo discursivo de maior respeito perante a sociedade se confirma, assim como se reitera a presença do estigma social. Sentidos atrelados à humilhação da raça negra (*cf*. 3.8.1) são atualizados em canções que foram amplamente cantadas pela população brasileira de 1930-1945, como se fossem óbvios, evidentes.

Há uma falsa cordialidade que conduz a ver fatos como "quase" racismo ou violência. Toda discriminação é, por isso, amenizada, em virtude do caráter "cordial" de nosso povo. Por conseguinte, os negros e os mais pobres "devem" suportar qualquer segregação ou violência mais do que brancos e não pobres, sem se considerarem violados ou agredidos (SANTOS, 2004: 27).

> E esse olhar é interdito pelo profundo quê assustador que ele revela. A máscara do racismo nos impede de reconhecer que, sob o paraíso de uns, há o inferno de outros. Somos atores que fazem com que o racismo sobreviva (SANTOS, 2004: 31).

No Brasil, o racismo cria uma sociedade que não deseja enxergar-se como desarmônica, já que não pode ver a si mesma e não quer fazê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Chico *et alii*. *História da sociedade Brasileira*. 17 ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994.

ALLGAYER, Eni. *Escravidão – negros & índios – realidade, histórias e mitos*. Porto Alegre: Rígel, 2005.

ALMEIDA, Tereza Cristina. "No balanço malicioso do lundu". In *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n.º 8, fev./março de 2006, pp. 16 / 21.

DAPIEVE, Arthur. "Brasil, terra à vista: uma carta contra a neblina do tempo". In *Coleção Brasil – 500 anos de cultura – O GLOBO*. Rio de Janeiro: SESC, 2001.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava – uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

MACEDO, Walmírio Eronides de. "Semântica – reflexões sobre o signo linguístico em Aurelius Augustinus, Saussure, Damaso Alonso e outros". *In Revista da Academia Brasileira de Filologia* n.° IV, Rio de Janeiro, 2006/2007, pp. 155/9.

PEREIRA, Arley *et alii* (redatores). *História do samba (40 exemplares).* Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997.

PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *O canibalismo amoroso – o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS**,** Gislene Aparecida dos. *Mulher negra, homem branco*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004**.**

SCHAEBER, Petra. "Carro do ano, celular, antena parabólica – símbolos de uma vida melhor? Ascensão social de negro-mestiços através de grupos culturais em Salvador – O exemplo do Olodum". *In* BACELAR & CAROSO (ORG.). *Brasil, um país de negros?* Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SOIHET, Rachel**. "**O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania". In *O Brasil republicano* (vol. 2) – *o tempo do nacional-estatismo**:** do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.287/322.

A PROPÓSITO DAS EPÍGRAFES À ÉCLOGA V, DE LUÍS DE CAMÕES1

Marina Machado Rodrigues
(UERJ, UFF e ABRAFIL)

A écloga V, "A quem darei queixumes namorados", publicada nas duas edições quinhentistas da lírica de Camões, exibe diferenças textuais já a partir das epígrafes: na *editio princeps*, (RH, 1595, f. 108), lê-se "Proseguindo a passada. A Dom Antonio de Noronha"; na segunda, (RI, 1598, f.128), "Feita do Autor na sua puerícia".

D. Antônio de Noronha era filho de D. Francisco de Noronha, segundo Conde de Linhares, e sobrinho de D. Pedro de Meneses, Capitão Geral de Ceuta, praça em que combatia o jovem homenageado quando morreu, em 18 de abril de 1553. De acordo com Maria de Lurdes Saraiva, D. Antônio era filho de D. Violante de Andrade, nasceu em 1536 (1981, v.III, p.266) e teria morrido em 1553, aos 17 anos.

A notícia chegou à Índia somente no ano seguinte, 1554, quando então Camões soube da morte do amigo. A écloga teria sido escrita em 1554, quando o Poeta supunha que D. Antônio ainda estivesse vivo, ou mesmo um pouco antes. Tomando como limite o ano de 1554, Camões teria no máximo 29 ou 30 anos.

Por outro lado, de acordo com Faria e Sousa, baseado em notícia do *Memorial das proezas da Segunda Távola Redonda*, onde são descritos os torneios e festas que o príncipe D. João, filho de D. João III, promoveu em 1552, D. Antônio teria em torno de vinte anos ou menos quando morreu, já que entre os cavaleiros que participaram do torneio, consta o nome do nobre, como um dos que combateram com o príncipe. Este não teria mais do que 15 anos nesta época e D. Antônio teria no máximo 20, já que era costume em tais competições lutarem cavaleiros de mesma idade ou de idades próximas. (FARIA e SOUSA, 1972, I, p.33).

Sobre D. Antônio de Noronha, esclarece Faria e Sousa (1972, I, p.34):

> Era D. Antonio no sollamente cavallero de tanta calidad, mas de mucho valor, y mui cortesano; y deviò ser dotado de grande ingenio, y no poca noticia de las letras humanas, y de la Poesia, pois supo estimar y favorecer al Poeta, de modo que es la Persona más frequente em sus Poemas: a él fue escrito el Soneto 29 de la Cent. 3; y la Elegia 2. y las primeras Octavas; y la mitad de la primera Ecloga, y la quinta; y la sétima, donde diremos lo que fuere necessário.

Outro dado fornecido pela epígrafe da edição de 95 tem levantado alguma polêmica entre editores e estudiosos da lírica de Camões: "Proseguindo a passada". Ora, em RH, a que antecede a écloga V é "Cantando por um vale docemente". Quer nos parecer que seria necessário haver elementos que justificassem a ligação entre os tex-

tos: uma dedicatória comum, o que não é fato, já que a IV é dedicada "A hũa dama"; ou uma identidade temática e/ou formal entre as duas. O que também não acontece.

O texto em questão, embora se admita um interlocutor virtual, que é D.Antônio, a quem o Poeta apela para que ouça os lamentos de seu pastor namorado, é um solilóquio, enquanto que a anterior faz dialogarem dois pastores: Frondoso e Duriano. Na V, o pastor não é sequer nomeado, portanto não há continuidade entre elas. Também o espaço não permite qualquer aproximação. Assim como nas demais éclogas camonianas, pastores, pescadores ou mesmo faunos se queixam do sofrimento de amor causado por pastoras ou ninfas insensíveis, resultando em tristes lamentos. Mas isto só não basta para implicar identidade temática. Portanto, pode-se concluir que a tradição impressa não coligiu os textos respeitando a ordem em que o Poeta os escreveu. Até porque seria bastante improvável que os editores pudessem estabelecer uma datação segura para os mesmos, dado o estado de dispersão em que se encontrava a lírica, quinze anos após a morte de Camões.

Na "Carta I. Mandada da Índia a hum Amigo" (RI – f. 191), o Poeta declara:

> Por agora não mais senão que este Soneto ["Em flor vos arrancou de então crescida"] que aqui vay, que fiz à morte de dom Antonio de Noronha, vos mando em sinal de quanto della me pesou. Hũa Égloga fiz sobre a mesma matéria, a qual também tratta algũa cousa da morte do Príncipe, que me parece melhor que quantas fiz.

A carta refere-se à écloga "Que grande variedade vão fazendo", que em RH é a primeira, e em cuja epígrafe lê-se: "Aa morte de dom Antonio de Noronha, que morreo em África, e à morte de dom Ioão III de Portugal, e de dona Ioana, mãi delRey dom Sebastião". A julgar pela dedicatória, o texto seria posterior a 1573, ano da morte da princesa. Contudo, nesta época, Camões já havia regressado a Lisboa.

Em RI, o equívoco foi dirimido e ali se lê: "A morte de D. Antonio de Noronha, que morreo em Africa, & á morte de dom Ioão Principe de Portugal, pay del Rey D. Sebastião."

Outra écloga também dirigida a D. Antônio de Noronha é a de número VII, "As doces cantilenas que cantavam", "Intitulada dos Faunos", de acordo com a ordem que ocupa nas duas edições quinhentistas. Esta, como a V, homenageia um D. Antônio vivo e é, por conseguinte, de 1554 ou de antes.

Nas edições de Faria e Sousa, Costa Pimpão e Hernani Cidade ocupa a mesma posição. Na de Rodrigues e Vieira é a VI e nas de Salgado Júnior e Maria de Lurdes Saraiva é a V.

Nela, canta o Poeta:

> Vós (Senhor dom Antonio) aonde acharão
> O claro Apollo e Marte hum ser perfeito,
> Em que suas altas mentes asinarão,

> Se meu ingenho he rudo e imperfeito,
> Bem sabe onde se salva, pois pretende
> Levantar co a causa o baixo effeito.

E mais:

> E em quanto flor aos campos não falleça
> (Se não recebeis isto por afrontta)
> Farâ que o Douro e o Ganges vos conheça.
> E ja que a lingoa nisto fica prompta,
> Consenti que a minha Egloga se conte
> Em quanto Apollo as vossas cousas conta.

Como não se desconhece, Apolo, "além de ser venerado como deus do canto, da música, da cítara, da lira, construtor e colonizador, era também considerado um deus guerreiro" (GUIMARÃES, 1995, pp. 56-57). Os feitos de armas distinguem o jovem nobre e são objeto das "cousas" que Apolo conta. Também na écloga V, o Poeta se dirige ao "grão Senhor famoso", conhecido pelos feitos heróicos em África.

O Visconde de Juromenha (1861, III, p.400) supõe que a écloga tenha sido escrita depois de 1549, refutando a opinião de Faria e Sousa, esta baseada na epígrafe da 2ª edição. O comentador seiscentista acredita que o Poeta teria composto o texto aos 14 anos, ou seja, em 1538 ou 1539. Neste caso, a julgar pela informação fornecida por Maria de Lurdes Saraiva, que assegura ter D. Antônio nascido em 1536, este teria 2 ou 3 anos de idade. A leitura do texto contraria tal opinião. É difícil admitir que o autor se dirigisse a uma criança, pedindo-lhe que ouvisse as mágoas de um pastor namorado. Além do mais, em RH, Camões invoca um "senhor famoso". Não nos parece que uma criança de 2 ou 3 anos pudesse ser famosa já nesta época, a despeito da argumentação de FS, que vê na atitude do Poeta a intenção de homenagear o clã dos Noronha. A fama estava normalmente associada a feitos de armas, como se depreende da écloga VII. A segunda edição (RI) troca o adjetivo *famoso* por *fermoso*. Faria e Sousa, ao contrário, acata a leitura de RH, admitindo que *famoso* era mais acorde com a homenagem que o autor desejava prestar ao mecenas, acrescentando ainda que: "se conforma em esto com la Elegia 4 ["Despoys que Magalhães teve tecida"] e 8 [Belisa, único bem desta alma triste,"], donde hablando com outro cavallero, dize Senhor famoso" (1972, II, p.264).

A argumentação de Juromenha em relação à idade de D. Antônio e à que o Poeta teria quando escreveu o texto nos parece mais razoável:

> (...) sendo escolhido para justar no torneio em que tomou as armas o príncipe D. João, de 16 annos de idade, é natural que fosse o justador da mesma idade, e n'este tempo tinha já Camões 29 annos. Deve portanto abandonar-se este *embroglio* e assignar pelo menos o anno de 1549 a esta composição, por imitações visíveis que se encontram n'ella de Boscan e Garcilasso, escriptores de que o Poeta não poderia

> ter conhecimento antes d'esta epocha, salvo em manuscriptos. (1861, v.3, p.400).

Acrescenta ainda (1861, v.3, p.398) que: " (...) pelo epitheto de grão Senhor e outros accessorios bem deixa ver que é [a écloga] dirigida a pessoa de outra idade, e mais gravidade e importancia para dar proteção, do que um mancebo de annos tão verdes" (...).

Com Juromenha, pensamos que a informação contida na epígrafe de 1598 não procede. Quanto ao último argumento usado pelo Visconde para tentar estabelecer uma data limite para a composição, lembramos que em Portugal as obras dos poetas espanhóis Boscán e Garcilaso deram-se a conhecer desde que Sá de Miranda retornou da viagem à Itália, passando pela Espanha em 1526, e aí tomando contato com as mesmas.

Aníbal Pinto de Castro (CASTRO, 2004, p.71) informa que o mote "*Justa fué mi perdicion*" era bastante conhecido desde 1536. Acrescenta ainda o especialista que as obras dos dois poetas circularam livremente em Portugal ao ponto de servirem de fonte de transcrições em correspondências entre jovens, como se constata na carta II, mandada de Ceuta, "A outro amigo", na qual Camões reproduz dois versos iniciais do soneto III, de Garcilaso:

> La mar en medio y tierras he dejado
> de quanto bien, cuitado, yo tenía,

e um terceto da Égloga II do mesmo autor:

> Quán vano imaginar, quán claro engaño
> es darme yo a entender que con partirme,
> de mí s' ha de partir un mal tamaño,

De Boscán, o Poeta adapta o primeiro verso do soneto LXXXV do Livro II, no seguinte trecho da carta: "Quão mal está no caso quem cuida que a mudança de lugar muda a dor do sentimento! E se não, diga-o *quien dijo que la ausência causa olvido*."

Sabe-se que, como cavaleiro fidalgo, Camões esteve em Ceuta, onde perdeu um dos olhos, entre os anos de 1545 e 1548, cumprindo o serviço militar; portanto, o Poeta teria tido acesso às obras dos autores espanhóis não a partir de 1549, como acredita o Visconde de Juromenha, mas antes, como se comprova na *Carta de Ceuta*. Parece mais plausível que o contato com as obras de Garcilaso e Boscán se tenha dado ainda em Lisboa, antes da partida para a África, e não em Ceuta. Muito menos após o retorno à pátria, já que a carta só poderia ter sido escrita entre os anos de 1445-48. Embora a primeira edição da obra de Boscán seja de 1543, é provável que circulasse em cancioneiros de mão, já que até os fins do século XVI e início do seguinte, a trans-

missão textual fazia-se preferencialmente por meio de manuscritos miscelânicos, até porque, à época, a impressão de livros, além de escassa, era caríssima.

Concluímos, portanto, que tanto o comentador seiscentista quanto o Visconde de Juromenha, cada um a seu modo, tentando justificar as informações contidas nas epígrafes das edições quinhentistas, acabam por não dirimir os erros lá contidos, outrossim, fornecem informações imprecisas, tornando o *imbroglio* ainda maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed.fac-simile do exemplar pertencente à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Ed. comemorativa do IV centenário da morte de Luís de Camões a 10 de junho de 1980.

_____. *Rimas*. Reprodução fac-similada da ed. de 1598. Estudo introdutório de Vitor Manuel de Aguiar e Silva.Universidade do Minho, 1980.

_____. *Rimas várias*. Commentadas por Manoel de Faria y Souza. Nota introdutória do Prof. F. Rebelo Gonçalves. Prefácio do Prof. Jorge de Sena. Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972, 5 t. em 2 v. Reprodução fac-similada da ed. de 1685. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

_____. *Obras de Luís de Camões*. Augmentadas com algumas composições ineditas do Poeta pelo Visconde de Juromenha. Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, 6v.

CASTRO, Aníbal Pinto de. "Boscán e Garcilaso no lirismo português do Renascimento e do Maneirismo". *Península*. Revista de Estudos Ibéricos, nº 1, 2004, pp. 65-95.

GUIMARÃES, Ruth. *Dicionário da mitologia grega*. São Paulo, Cultrix, 1995.

ENTREVISTAS

O editor-chefe da revista ABRAFIL, Prof. Manoel Pinto Ribeiro, entrevistou o acadêmico Luiz César Saraiva Feijó, autor de vários livros sobre futebol e titular da cadeira n.º 28 de nossa instituição, cujo patrono é J. Ventura Bôscoli.

EDITOR - Mestre Feijó, este *Futebol Falado* é mais um livro seu sobre a linguagem especial dos esportes?

FEIJÓ – Realmente, é o quinto. Veja, em todos os anos de Copa do Mundo de Futebol, publico um livro sobre a linguagem do futebol. O primeiro saiu em 1994, pela Editora Tempo Brasileiro e UERJ. Depois vieram as Copas de 98, 2002, 2006 e nessa de 2010 estou lançado o *Futebol Falado*, com a chancela da Academia Brasileira de Filologia.

EDITOR - E sobre o quê, especificamente, trata esse novo livro?

FEIJÓ – *Futebol Falado* é uma espécie de dicionário dos termos e expressões que os profissionais do rádio, televisão, jornais e revistas especializadas no assunto usam em seus comentários sobre esse tão empolgante esporte de massas. Mas vai além do dicionário comum.

EDITOR - Como assim?

FEIJÓ – São mais de 500 vocábulos e expressões com seus significados, tanto denotativos como conotativos. Isto é, dizemos o que significam na língua comum, como são usados, de onde provêm, buscando, quando possível, suas origens. Procuramos dizer como se transformaram, muitos por metáfora, em termos exclusivos da linguagem especial do futebol. Eu digo linguagem especial do futebol porque entendemos que esse esporte de massas tem uma espécie de lunfardo, a giria usada com muita frequência nas letras dos tangos argentinos. Então, como essa linguagem especial foi estudada na Argentina, tentamos o mesmo com a linguagem do nosso maior esporte, o futebol.

EDITOR - E todos os livros publicados sobre a linguagem do futebol são sobre os termos específicos desse esporte?

FEIJÓ – Todos os livros sobre futebol que publiquei apresentam, com ênfase na etimologia, comentários filológicos, a respeito das expressões e palavras usadas pela mídia e pelo povo, quando discutem futebol, tanto nas mesas dos bares, como nas redações dos jornais e nos estúdios de rádio e televisão, palcos montados para as

transmissões dos espetáculos. Mas a cada quatro anos muita coisa acontece no mundo da bola... Muitos termos novos são criados pela imaginação fantástica dos torcedores e muitas expressões saem de moda e outras ocupam seus lugares. Os jornalistas esportivos, os locutores de rádio, os apresentadores de programas esportivos da televisão usam esse vocabulário até como marcas registradas. Uns não usam os termos que outros inventam.

EDITOR - Prof. Feijó, esse seu último livro, *Futebol Falado*, além de tratar dos termos do futebol em massa, apresenta outras informações sobre o nosso mais popular esporte?

FEIJÓ – É verdade. O livro contém doze crônicas sobre o tema futebol, que vai da paixão nacional até uma visão de pura intimidade no trato da bola. E no falar malicioso das pessoas, chamo a atenção para a união do malabarismo dos atletas com as delicadezas de certas jogadas, deixando os narradores esportivos extasiados e passam a chamar a bola de "gorduchinha", de "nega" e outras metáforas intimistas... Alguns locutores narram o momento do gol com intensa dose de sensualismo. Mostro, ainda, que a linguagem especial do futebol é figurada, intensa e conflitante. Intensa porque pode ser ouvida em todos os lugares onde o futebol está presente. Conflitante, porque tanto serve para enaltecer como vulgarizar. Ela é, ainda, dramática, porque surge como tensão entre o certo e o errado, entre o bom e o ruim, entre a gentileza e a grosseria, entre o real e o imaginário. Por exemplo, Prof. Manoel, chamar o juiz de ladrão, o beque de açougueiro, o atacante de pipoqueiro, não é criar formas linguísticas gentis, como chamar a bola de maricota ou de meu bem!

EDITOR – Isso é interessante! E mais alguma novidade? Não pensei que esse tema fosse tão plurifacetado...

FEIJÓ – Pois é, Prof. Manoel, ainda há, no livro, alguns capítulos sobre curiosidades da bola. Curiosidades em torno desse incrível esporte, uma verdadeira metalinguagem...

EDITOR – Isso é importante! Como assim?

FEIJÓ – Professor, muitos discursos de saber, representados por disciplinas de nosso campo de estudo superior, podem explicar e estão sendo explicados pela linguagem especial do futebol. Assim, a Linguística explica inúmeras expressões surgidas nas transmissões, numa fala descontraída, repleta de expressividade. E muitos termos do futebol surgem pela conhecida Deriva da Língua. A Medicina, o Direito, a Educação Física, a própria Física, a Matemática, a Literatura são discursos que também estão presentes na linguagem especial do futebol, explicando,envolvendo e sendo explicado por aquele lunfardo que selecionamos para análise. Veja! Nos campeonatos, aposta-se

nas probabilidades que um time tem, maior ou menor, de permanecer na primeira ou segunda divisão de um campeonato. Matemáticos são chamados para equacionarem esses problemas e, apesar da frieza dos números, mesmo com alta possibilidade matemática de um time ser rebaixado, em campo, isso não acontece. Só uma equação física poderia explicar a “Folha Seca” de Didi, e ela, a "Folha Seca", passa a ser um fenômeno exclusivamente futebolístico. Sem um preparador físico com seus termos médicos e seus "spreys mágicos", a espargir líquido milagroso nas canelas dos atletas acidentados em campo, não haveria esse futebol moderno, que estudo e analiso nesse meu último livro. O termo “janela”, por exemplo, só existe por causa da Lei do Passe, cláusulas contratuais que prendem o atleta num determinado time entre nós, por um período de tempo. Falou-se "janela" no contexto do futebol, surge o significado jurídico "transferência". Sem os complicados nomes da Medicina especializada como a traumatologia, por exemplo, um jogador não poderia se recuperar para terminar uma temporada, surgindo jogadores do tipo “calcanhar de vidro”.

EDITOR – Bem, Prof. Feijó, isso é formidável...

FEIJÓ – É verdade! E sempre que alguma palavra menos usada, quando tento explicar uma forma linguística da gíria futebolística é apresentada, ela aparece no livro, bem marcada, significando que estará explicada na quinta parte, intitulada *Conteúdos Explicativos*. Assim, vamos encontrar explicados termos da Gramática, da Linguística, da Semiologia, da Sociologia, da História e muito mais, como abreviação, aceitabilidade, acento de duração, acento afetivo, acento de intensidade, metáfora, metonímia, hipérbole, lexema, morfema, justaposição, gíria, sema, redundância, Semântica, sílaba átona, signo linguístico, sinédoque, sintagma etc.

EDITOR - Prof. Feijó, quanto tempo o senhor levou para atualizar sua pesquisa, pois sabemos que ela já se realiza há muitos anos?

FEIJÓ – Bem, eu levo quatro anos, que é o tempo que vai de uma Copa do Mundo a outra, quando venho lançando essas obras sobre futebol, porque nesse período muitos termos novos surgem e muitos desaparecem ou ficam esquecidos. Saem do vocabulário ativo do torcedor, por assim dizer. É tempo suficiente para avaliar o que se escreveu. Por exemplo, eu creio que encontrei uma melhor forma de interpretar o surgimento do termo “trivela”, muito usado na linguagem especial do futebol.

EDITOR - E qual foi?

FEIJÓ – Bem, é uma hipótese, pois como diziam dois grandes e saudosos amigos, o Prof. Joaquim Ribeiro e o Prof. Sílvio Elia, aquele que trabalha com a investigação linguística tem de ter bastante criatividade. Parece que em “trivela” há o elemento

TRI, de tricampeão, por exemplo, ligado ao elemento básico significativo VELA, indicando, metaforicamente os dedos dos pés. As unhas seriam as chamas das velas. Mais observações em torno dessa hipótese, que oportunamente vão surgir, creio, em forma de artigo, em alguma revista, estarão à disposição dos meus leitores, colegas de profissão e amigos, sempre prontos a me corrigirem. Mas não poderia deixar de falar, Prof. Manoel, como consequência dessas pesquisas, sobre as fontes. São informações ao leitor, interessado a ir mais longe, e estão indicadas na forma de bibliografia. São livros, teses de concursos, dissertações de mestrado, filmes, vasta literatura sobre o futebol em geral e sobre a Língua Portuguesa em particular, que materializa esse lunfardo futebolístico, que investiguei e está nesse meu livro FUTEBOL FALADO, o qual poderá ser adquirido, através do meu SITE, via Internet, www.alinguagemda-bola.com.br

EDITOR - Obrigado, Prof. Feijó, e sucesso!

ENTREVISTA DO PROF. CLAUDIO CEZAR HENRIQUES
"Ortografia não é língua portuguesa"

September 21, 2010, by pontofinalmacau

Claudio Cezar Henriques, filólogo e escritor brasileiro, esteve em Macau para uma palestra sobre a reforma ortográfica, em 21.9.2010, na UMAC. Em entrevista, releva a "importância política" do acordo e vinca o interesse comum em que haja uma única ortografia. Que não significa uma única forma de usar a língua.

Hélder Beja - helderbeja.pontofinal@gmail.com

O PONTO FINAL sentou o idioma à mesa para, entre português de Portugal e português do Brasil, entender outras nuances do novo acordo ortográfico. A companhia foi a de Claudio Cezar Henriques, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialista da língua, autor de vários livros – entre eles "A Nova Ortografia". Hoje, pelas 17h30 na sala HG03, o membro da Academia Brasileira de Filologia, que mantém o blogue **blogclaudiocezarhenriques.blogspot.com**, estará na Universidade de Macau para a palestra "Unificação da Ortografia da Língua Portuguesa: uma questão de Política Linguística e de Identidade", na companhia da professora Ana Lucia de Souza Henriques. E para defender que "a ortografia é uma decisão política, administrativa, e não interfere na língua".

- Como é que o Brasil encarou este processo de mudança da ortografia?

Claudio Cezar Henriques – No primeiro dia de entrada em vigor da lei [1 de janeiro] os jornais brasileiros já estavam com a nova ortografia em funcionamento. Como a mudança é pouca em termos percentuais, é muito simples para nós. Houve uma pequena rejeição, até participei em alguns debates com jornalistas, com escritores… Há um sentimento meio romântico, um apego a uma grafia com trema, com acento circunflexo em certas palavras – coisas que tínhamos no Brasil e não eram praticadas em Portugal. Mas isso não é uma questão técnica, é uma questão sentimental. A coisa aconteceu normalmente, o povo aceitou, não houve rejeição do povo. Houve alguns intelectuais reclamando que achavam que isso era uma interferência, que a reforma não tinha sido debatida suficientemente… Não foi debatida suficientemente porque as pessoas não quiseram debater. De repente descobrem que a lei vai entrar em funcionamento e aí se lembram que gostariam de ter debatido. Hoje em dia, nas escolas, na **mídia**, televisão, tudo usa a nova norma.

- Os ecos de alguma resistência em Portugal ao acordo chegaram ao Brasil?

C.C.H. – Apareceram notícias de que houve em Portugal mais resistência, mas que essa resistência também tende a ser superada. O prazo para a implantação definitiva em Portugal é maior, houve um manifesto, um abaixo-assinado para a assembleia,

mas que também não foi acolhido. Não há como haver o retorno para a divergência ortográfica, até porque é do interesse dos dois governos. O ministro da Cultura de Portugal e o ministro da Cultura do Brasil já pleitearam à ONU que o português seja uma língua oficial, já que agora tem uma ortografia só. Porque antes não era possível, a própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa fazia dois textos – um no português brasileiro, outro no português europeu. A minha pergunta é sempre essa: se uma duplicidade ortográfica fosse uma coisa boa, o inglês teria quantas ortografias? E o espanhol? São 22 países que usam o espanhol como língua oficial e só têm uma ortografia. Porque é que o português tinha duas ortografias? A gente que estuda a língua portuguesa sabe que a história da ortografia da língua portuguesa é sempre uma história de conflitos, de alguém que concorda com outro e depois, como dizemos no Brasil, rói a corda, rompe. A história dos acordos ortográficos da língua portuguesa é muito pitoresca, porque são todos acordos que viram desacordos – e o receio era que este também ficasse assim. Mas, pelo visto, já que agora temos oito países na comunidade, é do interesse de todos que tenhamos essa única ortografia.

- Falava do interesse para os governos. Passa por essa facilidade do português em entrar como língua de instituições internacionais?

C.C.H. – Este é o principal motivo para que a gente acredite nesta unificação.

- E aí já entramos no campo da política linguística, de que falará na palestra.

C.C.H. – Na palestra sempre focalizo em primeiro lugar a relevância política do acordo ortográfico. Como especialista em língua portuguesa, tenho uma série de críticas à parte técnica do acordo ortográfico, mas coloco isso sempre em segundo plano. Em primeiro plano está a importância de haver uma ortografia unificada. Prefiro uma má ortografia unificada a duas ortografias que também eram más. Aliás, não existe uma ortografia perfeita. Este acordo tem alguns problemas, que também vou mostrar amanhã.

- Mas nada disso, a seu ver, se sobrepõe à vantagem de haver uma ortografia comum.

C.C.H. – Exacto. Essa parte é sempre muito difícil. No Brasil, por exemplo, não pronunciamos o 'l' no final das sílabas como em Portugal se pronuncia. Em Portugal fala-se 'Portugal', 'Brasil', e no Brasil fala-se 'Brasiu', 'Portugau'. E aí, que fazer? Vamos escrever com 'u' no Brasil e com 'l' em Portugal? Não vai dar certo. Temos que continuar escrevendo com 'l', porque há zonas do Brasil onde se diz o 'l', como no Rio Grande do Sul. Quando se escolhe uma grafia, toma-se em consideração a pronúncia prestigiada. Nesse ponto o acordo ortográfico foi muito feliz, porque todas as vezes em que existe divergência de pronúncia sobretudo entre Portugal e Brasil, sempre que uma pronúncia é prestigiada num dos países e não é no outro, essa grafia é válida. Por exemplo, não faz sentido dizermos no Brasil 'aspecto' e em Portugal se

dizer ‘aspeto’, e alguém dizer que vai ser ‘aspecto’. Se a pronúncia é prestigiada, as duas grafias são correctas. Então a gente vai conviver com uma flutuação ortográfica em casos como esse, o que acho que foi uma decisão correcta. ‘Facto’ será também uma palavra de dupla grafia: é correcto ‘facto’ e ‘fato’. Mas, por exemplo, não faz sentido alguém escrever a palavra ‘direcção’ com ‘c’ e ‘ç’. Em Portugal ninguém fala ‘direcção’. E essa foi uma resistência que aconteceu em Portugal, que é aquela mesma resistência romântica que eu estava dizendo sobre o Brasil. Nesse ponto o acordo foi perfeito: se essa consoante não é pronunciada em nenhuma das comunidades que usa a língua portuguesa, essa consoante desaparece. E foi nesse ponto que o percentual de mudanças para os portugueses superou o percentual de mudanças para o Brasil. No Brasil houve mudança no trema, na perda do acento agudo em alguns ditongos, a perda do acento circunflexo em alguns hiatos e o hífen.

- A percentagem de mudanças na norma de Portugal é maior. É correcto dizer-se que este acordo aproxima mais a ortografia da norma que se pratica no Brasil?

C.C.H. – Essa crítica também não procede, porque a norma que se pratica no Brasil está preservada, mas a norma que se pratica em Portugal também. Aliás, está mais preservada que no Brasil. O caso das consoantes mudas acaba por virar até uma piada. Se a consoante é muda, para que é que está escrita? Porque é que se escreve uma consoante que é muda? Ela podia ser muda, surda e cega, completamente apagada da grafia. Mas veja só: a norma brasileira está abrindo mão da pronúncia de ditongos abertos. ‘Idéia’ não é igual a ‘aldeia’. Nós nitidamente pronunciamos ‘éi’ e ‘ei’. Para os portugueses, esse acento é desnecessário, mas para os brasileiros um acento agudo indica ‘é’ e a ausência de acento agudo indica ‘ê’. Nós vamos ter que nos arranjar com isso. Tínhamos de aproximar as duas ortografias e temos duas realidades fonéticas muito diferentes. Se formos levar em consideração a realidade fonética, não vamos fazer acordo ortográfico nunca, vamos voltar ao tempo do português arcaico, onde cada um escrevia do jeito que queria. É preciso ceder: o Brasil cede um pouco, Portugal cede um pouco e ganhamos todos com o português conquistando mais espaço no mundo. Essa é a grande meta – que a língua portuguesa se fixe como uma língua oficial, aceite nos organismos internacionais e que a gente possa ter portugueses ou pessoas de outros países de língua portuguesa indo para o Brasil, ou brasileiros indo para Portugal, e todos convivendo com isso.

- Outro lugar comum desta discussão sobre o acordo é dizer-se que a simplificação empobrece a ortografia e, logo, o idioma.

C.C.H. – Não penso assim. E isso foi uma coisa em que houve muita confusão, sobretudo dos não especialistas em língua – jornalistas, escritores. Um membro da Academia Brasileira de Letras deu um pronunciamento num jornal dizendo que era contra o acordo e que não ia seguir, que a editora fizesse o que quisesse com os textos dele. É um depoimento completamente louco, diria até meio irresponsável. Mas justamente

porquê? Estava confundindo língua com ortografia. Ortografia não é língua portuguesa. Ortografia não faz parte da gramática. Ensina-se ortografia na aula de português por mera proximidade: cabe ao professor de português ensinar a escrever mas aquilo que ele ensina pode ser determinado por alguém. No dia que alguém der ordem para que se volte a escrever "ph" em vez de "f", temos de fazer o quê? Temos de obedecer. A ortografia é uma decisão política, administrativa, e não interfere na língua. A língua não mudou, eu continuo dizendo as mesmas palavras. Imaginemos que nós não escrevêssemos, que só falássemos. A língua mudou porque houve uma reforma ortográfica? Então, essa questão de empobrecer a língua é justamente de confundir ortografia com língua. Vou continuar precisando saber o significado que determinada expressão tem em Portugal e que não é usada no Brasil. Se pegar um livro do Pepetela, vou precisar reconhecer o vocabulário da região dele. O Mia Couto escreve e eu não sei o nome de algumas coisas de Moçambique. A língua não mudou, continuamos com essa multifacetada expressão do português, que é uma língua riquíssima. A reforma, apesar de ter simplificado, não tem a ver com o empobrecimento da língua. O empobrecimento da língua se dá quando essa língua não é valorizada pela própria sociedade que a pratica. Todos nós temos uma grande responsabilidade: Portugal porque é a pátria onde tudo começou, e o Brasil pelo contingente populacional que tem.

- Também em Macau?

C.C.H. – Se Portugal e o Brasil não investirem em Macau no ensino de língua portuguesa, certamente a língua portuguesa vai-se deteriorar aqui. É lógico que há muitos factores que interferem nisso, não é apenas a acção política de um Governo que vai impedir isso, mas pode retardar e, quem sabe, mudar o quadro.

- Macau está numa posição curiosa. O português é língua oficial, mas Macau não participou neste processo da reforma ortográfica. Parece haver uma certa vontade de não adoptar a nova norma. Por outro lado, há quem perceba que, como centro de ensino do português, não deve retardar essa introdução da nova norma. É um caso especial, este?

C.C.H. – Tem razão, a questão aqui é que as pessoas que querem estudar o português têm uma finalidade para isso. Hoje [ontem] perguntei para duas meninas: por que é que vocês foram estudar português? Então elas disseram que queriam estudar uma língua estrangeira. Esse sentimento de estudar uma língua estrangeira… Mas o português para todos os efeitos não é tanto assim uma língua estrangeira para o povo de Macau, até 1999 era administrado por Portugal. Acontece que por outro ponto de vista é uma língua estrangeira porque as pessoas daqui não a falam. Está tudo escrito em português, no aeroporto, nas ruas, nas placas, nos hotéis, mas se falarmos com algum recepcionista em português ele não vai entender. Então a segunda língua dele certamente é o inglês. Isto é uma questão que a comunidade de Macau precisa **de** ava-

liar. A importância da língua portuguesa para o povo de Macau é algo que compete à cidade decidir o que é que significa. Para nós é muito cómodo dizer que é importante estudar português, o Brasil é um grande país, Portugal tem uma História maravilhosa, mas e para eles? Talvez se a presença brasileira ou portuguesa aqui fosse maior, mas eu não sei… não conheço.

- Ainda assim, como acha que se pode resolver a questão?

C.C.H. – Em Macau, como qualquer local do mundo onde se use a língua portuguesa, como Malaca, Goa, ou mesmo nos países onde há comunidades portuguesas, como o Canadá e os Estados Unidos, o que é que vai acontecer com o português? Vai ficar com uma ortografia só e todos terão de escrever nessa ortografia. O que acontece com o espanhol. Então, onde houver algum grupo usando a língua portuguesa terão de se submeter. Acho que, politicamente, o que seria conveniente seria que alguém de Macau, uma autoridade, alguém ligado ao ensino do português aqui, fosse convidado não necessariamente para debater – porque na verdade não há nada para debater, a coisa já está feita – mas a título de prestígio, porque é prestigiar as comunidades. Embora ainda seja língua oficial percebe-se que está a acontecer esta perda, este afastamento. O que a gente lê nos livros e nas notícias é que aqui o português está sendo suplantado pelo inglês. Enfim, eu acho que essa questão acaba sendo resolvida dessa forma. Há um acordo, é oficial, vai passar o tempo e aí as coisas vão-se acomodar. E para todos os efeitos, na comunidade internacional, o português hoje tem uma ortografia só. Nem que seja só pelo aspecto psicológico. Na prática isso não está acontecendo completamente, mas a gente sabe que é para lá que nos estamos encaminhando.

RESENHAS

O RESGATE DE UMA GRAMÁTICA FILOSÓFICA OITOCENTISTA ESQUECIDA

Por Antonio Martins de Araujo
PRESIDENTE DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Quando em meados de 2004, Hilma Ranauro publicou, com o selo da Editora Gráfica Universal, seu ensaio Significação e relação – a carga semântica dos elementos conectivos, confrontando a Gramática Filosófica, de Jerônimo Soares Barbosa com aquilo que se convencionou chamar de gramática tradicional, declarei, alto e bom som, "ser-nos-á mais fácil e seguro apurar o quanto e em que nível de qualidade devem à Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa não só os primeiros compêndios gramaticais daquele recém-independente Brasil, mas toda a bibliografia conhecida por gramática tradicional e por gramática científica brasileira."

Desde então mergulhada nas lições de JSB e nos desdobramentos de sua obra não só em nosso país, mas também na pátria portuguesa onde foi gerada, HR produziu uma vasta e variada quantidade de ensaios que divulgou nos Congressos Internacionais de Linguística e Filologia. Refletindo demorada e criticamente sobre a fortuna crítica de uma obra que experimentou tanta longevidade, que sua *editio princeps* mereceu uma bem cuidada edição fac-similada, com eruditos comentários e notas por parte do sábio humanista lusitano Amadeu Torres em 2004, quando ainda este era professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa, edição patrocinada pela Academia das Ciências de Lisboa, cujo presidente Doutor José V. de Pina Martins lhe fez uma breve e elegante apresentação.

A recente leitura do prefácio e das duas primeiras partes da competente exegese que a ensaísta Hilma Ranauro acaba de preparar da Gramática Filosófica da Língua Portuguesa, de Jerônimo Soares Barbosa (1803), nos leva à convicção de que pouco restará a quem quer que se abalance a estudar a exemplar e pioneira obra portuguesa.

Nesse especializado setor da Filologia convém advertir para o fato de que nossa ensaísta "não é marinheira de primeira viagem". É de 1988 sua obra *O falar do Rio de Janeiro – um estudo de caso*; de 1997, sua *Contribuição à historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil – Sílvio Elia e João Ribeiro*; e o ensaio inaugural de 2004 referido no início desta Apresentação. Escusado dizer que, em todos eles, HR se houve com muita propriedade dos temas e muita lucidez crítica.

Em nenhum deles, porém, penetrou tão extensiva e profundamente quanto o fez nos vários anos de dedicação empenhados no estudo da importante gramática de que se ocupou.

Esquadrinhou os postulados estabelecidos por JSB; examinou a intertextualidade da GFLP com suas antecessoras; levantou e situou a fortuna crítica dessa obra na Gramaticografia luso-brasileira; enfim, não descurou de nada que fosse relevante dessa pioneira obra científica lusitana.

Mostrou-nos, por exemplo, os pontos em que a obra em análise se afastou dos princípios emanados das obras gramático-filosóficas seiscentistas dos outros pioneiros tratadistas pertencente à confraria dos Solitários de Port Royal dês Champs. Referimo-nos principalmente à *Grammaire Générale et Raisonée* [...] escrita por Claude Lancelot em parceria com o teólogo e lógico Antoine Arnauld.

Sobreleva destacar que, a despeito de lembrar-lle esta fonte, HR, no prefácio de sua obra adverte o leitor para a importância da atitude crítica de JSB, que "por vezes se afasta de algumas das propostas" daquela fonte gramatical francesa. A ensaísta, outrossim, no mesmo prefácio, insiste em que, acertadamente, JSB reflete sobre a questão do método por ele utilizado, a sabeer: regularmente parte da observação dos usos, normas e fatos ocorrentes tanto na linguagem oral quanto na escrita.

Mui acertadamente ainda, a filóloga relembra a presença dos postulados de JSB as primeiras gramáticas brasileiras, como as do latinista, historiador literatura luso-brasileira e gramático maranhense Francisco Sotero dos Reis, cuja preceptística tanto influenciou as gramáticas brasileiras de seu tempo.

Outra lúcida colocação do ensaio de HR é sua bem fundamentada e esclarecida crítica à utilização inadequada e discriminatória da expressão "gramática científica", somente a partir de Júlio Ribeiro, como se as suas predecessoras não se estribassem também, para aquela época, em postulados rigorosamente científicos. Olhar-se com olhos atuais a fatos acontecidos há cerca de três séculos sobre ser um exercício vão de "discronia", é também um atentado à verdade científica. Esforço inócuo e inconseqüente, de vez que, como nos ensinou o sábio Lineu, "a natureza não dá saltos". A menos que se opere um adjutório inesperado da sorte, as conquistas de toda ordem se alcançam gradativa e penosamente através dos anos com muito esforço e dedicação dos que se empenham em concretizá-las.

Pelo tanto que somos devedores a seus ensinamentos nestes quase dois séculos de vida útil, é mais do que opo5una e enriquecedora de nossa cultura, quer do ponto de vista gramat5ical, quer do ponto de vista filosófico, a publicação do meticuloso e primoroso ensaio "Normas e Usos da Gramática Filosófica da Língua Portuguesa, de Jerônimo Soares Barbosa", da autoria da renomada educadora Hilma Ranauro, publicação a ser promovida preferivelmente por uma instituição portuguesa de cultura e educação do porte da Fundação Calouste Gulbenkian.

APRESENTAÇÃO

O professor Luiz Cesar Saraiva Feijó, como docente universitário da UERJ e da UFF, além de membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia, sempre demonstrou gosto pela pesquisa linguística, com excelente base clássica, voltando o seu interesse para o amplo terreno da filologia. Exemplo de sua vocação para a pesquisa universitária se encontra nos seus livros, *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol*, obra publicada pela UERJ, em convênio com Tempo Brasileiro, em 1994; e *Brasil X Portugal - um derby lingüístico*, obra resultante do seu último trabalho lexicográfico, realizado no Instituto de Letras da UERJ, após viagem a Portugal. A propósito desse último, publicado pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura (SBLL), em 1998, já tivemos oportunidade de ressaltar o rigor científico da investigação realizada, após a distinção preliminar entre língua falada e língua escrita, para então abrir espaço para o estudo dos desvios lingüísticos na linguagem especial do futebol em Portugal. Na parte final da obra, estudam-se os estrangeirismos usados pela crônica esportiva portuguesa, apreciando-se os termos usados ou veiculados pela mídia, de 1938 a 1995. No presente volume, com o sugestivo nome FUTEBOL FALADO *e sua dramática linguagem figurada*, o professor Luiz Cesar Saraiva Feijó analisa, com segura descrição lingüística, a linguagem metafórica do futebol brasileiro e português, daí o título, como ele mesmo esxplica nas PALAVRAS INICIAIS.

Na Primeira Parte do livro surgem os textos que vão falar do futebol, em forma de crônicas. Em seguida, examina a matéria do ponto de vista dos conteúdos gramaticais, filológicos, linguísticos e de comunicação, recorrendo sempre aos fundamentos da linguística descritiva. A obra termina com uma bibliografia especializada sobre o futebol e uma bibliografia geral e básica sobre gramática, filologia, linguística, sociologia e teoria da comunicação.

Vê-se ainda, pelas observações do autor, e isso desde as PALAVRAS INICIAIS e a INTRODUÇÃO, que os locutores de rádio e de televisão, além dos repórteres, são "*os principais responsáveis pelo surgimento de termos e expressões, verdadeiros neologismos formais e conceituais, muitas vezes inusitados, que vão enriquecer o vocabulário e a gíria do futebol*". A rigor, poderíamos acrescentar que, aqui, ocorre o fenômeno de renovação e inovação lexicais.

Como se vê, o autor continua a estudar a linguagem do futebol do ponto de vista da criação verbal, procurando explicações (algumas certamente discutíveis, e é bom que sejam discutíveis mesmo) para certas falas especiais e gíria.

Em tudo isso, além do aspecto criativo da linguagem figurada do futebol, com análises de metáforas e metonímias, denotações e policonotações, tanto no Brasil como em Portugal, o livro põe em questão ainda alguns termos advindos por emprés-

timo linguístico, assunto discutido sem qualquer ranço purista ou vernaculista. Com visão moderna da questão, considera que tais empréstimos lexicais são apenas enriquecedores do nosso vocabulário, já que não são empréstimos de fonemas ou de morfemas gramaticais, mas simplesmente de palavras. E tais empréstimos linguísticos, por isso mesmo, não constituem nenhuma ameaça desarticuladora do nosso sistema linguístico, pois não alteram a estrutura da língua. A propósito, convém lembrar aqui o caso do romeno, que manteve o seu caráter de língua românica, apesar do abundante acervo que recebeu de palavras eslavas.

Daí se conclui que a tendência geral dos empréstimos é a adoção da fisionomia da língua que falamos, tendendo a desaparecer os que não se ajustam à sua estrutura e ao seu sistema. No próprio português do Brasil, por empréstimos de adstrato, o vocabulário se enriqueceu de palavras de origem indígena e africana, sem receber qualquer empréstimo de fonemas ou morfemas gramaticais ou flexionais. Antes mesmo de ser transplantada para a América, a língua portuguesa recebeu numerosos empréstimos carreados pelo latim vulgar, de procedência celtibérica e, mais tarde, dos povos germânicos e dos árabes, que invadiram a Península, antes da reconquista. Na realidade, a morfologia de uma língua - ao contrário do que se verifica com o seu léxico - é sempre um sistema fechado, repelindo o empréstimo de morfemas, o mesmo ocorrendo com o sistema fônico, que rejeita qualquer empréstimo fonemático. Por isso Darmesteter chegava a afirmar que um povo pode até mudar a sua sintaxe e o seu vocabulário. Mas, se os fonemas e os morfemas gramaticais não mudam, a língua permanece a mesma.

Em síntese, segundo Bloomfield, os empréstimos podem ser culturais ou íntimos. Os primeiros decorrem de relações culturais com outros povos, incluindo-se aqui os empréstimos linguísticos do futebol, enquanto os segundos são determinados - e não é este o caso focalizado neste livro - pela coexistência de dois idiomas num só meio social, servindo aqui de exemplo o contacto do galego com o castelhano, ao longo de vários séculos.

Em conclusão, na linguagem do futebol, os empréstimos são de natureza cultural e não de natureza íntima. E tendem, naturalmente, a ajustar-se à estrutura e ao sistema da nossa língua.

No que se refere à criatividade de termos e expressões na linguagem do futebol, são verdadeiramente fascinantes os estudos desenvolvidos, neste livro, pelo professor Luiz Cesar Saraiva Feijó, embora seja sempre possível e até desejável a discussão de uma ou outra hipótese per ele formulada. O fato é que o leitor muito se enriquecerá lendo este livro ou lendo, especificamente, as explicações nele oferecidas para a criação de termos e expressões, em geral com base metafórica, tal como, por exemplo, a expressão "*véu da noiva*", analisada nesse livro. E isso, entre numerosas

outras, cuidadosamente estudadas, há muitos anos, e que respondem pelo fascínio da leitura das páginas que o leitor tem agora em suas mãos.

Leodegário A. de Azevedo Filho (Professor Emérito da UERJ, Titular da UFRJ e Presidente da Academia Brasileira de Filologia)

UM DEPOIMENTO EM PRIMEIRA MÃO

Luiz César Saraaiva Feijó nos apresenta mais um livro que fala do futebol, o FUTEBOL FALADO. São muitas ideias, informações históricas e culturais apresentadas na PRIMEIRA PARTE, em forma de crônicas. Numa linguagem que oscila entre o jornalismo, a recensão e a narrativa acadêmica, o Professor Feijó nos mostra porque o futebol é um esporte que fascina todas as camadas sociais. Mostra quem é essa massa quase anônima que lota os estádios nos dias de grandes *derbys.* Discute como a crítica jornalística recebe as *fírulas* dos craques, em jogos oficiais. Argumenta como se pode levar esse tema para toda espécie de público, de diversas faixas etárias, tratando-o com dignidade acadêmica, inclusive, e muito mais. Apresenta, ainda, a ligação entre o futebol e os diversos tipos de linguagem e também tece interessantes comentários sobre como, talvez, as futuras Copas do Mundo poderão ser disputadas.

O texto de seu trabalho mostra como os termos e expressões relacionados ao futebol passam do campo esportivo para a linguagem do nosso dia a dia. Explica tudo isso numa linguagem acessível a todos os torcedores interessados em descobrir as origens desses acontecimentos, muitas vezes inusitados.

As curiosidades sobre a bola aparecem em muitas partes de seu livro, principalmente quando apresenta os comentários filológicos sobre as Copas do Mundo de Futebol. São relevantes e interessantíssimas, pois comenta a origem dos nomes dos países que sediaram as competições, onde o futebol jogado encantou as plateias, numa sucessão de curiosidades que tendem a aumentar o repertório cultural do leitor. É mais uma forma que o Prof. Luiz César Feijó encontrou para unir situações que pareciam estar tão distantes umas das outras, como a bandeira da Suíça e a origem da organização humanitária *Cruz Vermelha Internacional.*

Suas fundamentações históricas e linguísticas estão sempre amparadas em autores e especialistas do mais alto reconhecimento das áreas envolvidas e suas explicações são pertinentes, levando o leitor a uma reflexão, mostrando, nitidamente, que a ciência tem um compromisso com o geral e não, somente, com o particular.

O livro pode ser considerado uma espécie de depositário de usos linguísticos da fala desportiva, cujas explicações e exemplificações se encontram diluídas e envolvidas num assunto temático do agrado de quase toda gente: o futebol. Os **Conteúdos Explicativos** (QUINTA PARTE) nos remetem às aulas de português dos bancos es-

colares, do antigo ginásio e científico, hoje Primeiro e Segundo Graus, quando aprendíamos o que era uma **metáfora**, uma **metonímia** ou mesmo um **eufemismo**. Revive-se esse momento das antigas aulas da língua pátria, sem a "decoreba" das definições, e muito menos com exemplificações literárias de obras que, quase sempre, o aluno jamais delas tomou conhecimento prático, isto é, nunca leu. Aqui não, quem lê o nome de uma figura de linguagem, por exemplo, que explica uma expressão do futebol, pode procurar o que significa – lá na QUINTA PARTE, **Conteúdos Explicativos** - que vai se lembrar e guardará para sempre o que significa, pela recorrência que o Prof. Feijó faz ao ambiente desse fabuloso esporte, que movimenta e encanta multidões.

Por tudo que de novidade aparece nesse livro de Luiz César Saraiva Feijó - FUTEBOL FALADO *e sua dramática linguagem figurada* - pode-se dizer que a obra tem todos os ingredientes para ser, efetivamente, adotada como livro paradidático nas séries mais adiantadas do Segundo Grau, pelo menos. Terão os professores encontrado aqui um texto motivador e de excelência, para dar suporte à cultura geral e, especificamente, apoio às atividades extraclasses no ensino da Língua Portuguesa. Vamos conferir.

Manoel Pinto Ribeiro

Doutor e Mestre em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro Titular da Academia Brasileira de Filologia.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Na sessão de 27 de março de 2010, foi prestada homenagem póstuma a José Venicius Marinho Frias, falecido em 22/1/2009. Fez o discurso o acadêmico Amós Coêlho da Silva.

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

Vou destacar das múltiplas recordações de minha convivência com o Prof. José Venicius Marinho Frias a minha leitura de sua obra "Português Exercício" em co-autoria com Walter Medeiros.

Eu já havia estudado com o Prof. Venicius no Colégio Estadual Visconde de Cairu e ainda me recordo das suas correções de redação dos quase quarenta alunos. Ele tinha a paciência de preencher aqueles espaços em que os redatores iniciantes costumam fazer lacunas por falta de destreza ou perícia em relação aos conectivos. Era o meu quarto ano ginasial. No ano seguinte, iria para o segundo grau. Como estivesse descompassado em relação à idade e ao ano letivo em curso, por minhas dificuldades particulares, para mim, seria muito importante estudar com seriedade este ano, logo após ter servido ao exército.

Guardando as devidas proporções, na comparação que traço, o Prof. Venicius fazia com as nossa redações, mais ou menos, o mesmo trabalho que Machado de Assis fizera com a sua edição de *Quincas Borba* definitiva. Sabe-se que esta obra fora editada em folhetim e, depois, foi editada com forma de livro no ano de 1891, pela Editora Garnier. Ao longo de cinco anos anteriores, foi publicado, como já mencionei, em formato de folhetim inicialmente na revista "A Estação". Para chegar ao formato do romance de 1891, Machado modificou profundamente a redação. Suprimiu trechos; transformou algumas passagens em discurso indireto livre. Se para Machado, corrigir "Aqui está o nosso Rubião" para "Rubião fitava a enseada..." foi difícil, fico imaginando o quanto foram complicadas as correções do Prof. Venicius. Por vezes, deve ter tido de adivinhar o que seria minha enunciação, repleta de lapsos gramaticais, diante daquele papel...

Por exemplo, para se indicar a complexidade deste trabalho de um professor, no capítulo 9, *O "Discurso de Outrem",* Mikhail Bakhtin (Voloshinov):

"Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida?"

O que Bakhtin (Voloshinov) está debatendo é a dicotomia saussuriana langue / 'parole'. É o mecanismo do indivíduo social frente o que a sociedade sistematizou. Ou seja, havia uma preocupação nos trabalhos escolares do Prof. Venicius, inserir

uma pessoa nas possibilidades de escolhas linguísticas convenientes e determinadas pelo sistema.

Dei sorte, porque ele era aquele professor que, numa palavra, deixava claro aquele ponto obscuro da gramática. Lembro-me de usar a gramática de Artur de Almeida Torres, por sua orientação e a li toda. Ainda havia um livro de sintaxe, de sua autoria, embora contabilizasse poucas páginas naquele tempo, foi para mim um guia seguro, que estimulou a minha escolha pelo estudo do Latim.

Eu só cheguei a descobrir o latinista e helenista que o Prof. José Venicius era quando me tornei outra vez seu aluno na graduação da Universidade Gama Filho, da qual, como também Diretor daquela instituição, foi, desde a década de 1970, mais ou menos, sem favorecimento, mais amigo dos seus colegas subalternos do que um cumpridor de normas diretrizes. Emprestou-me todos os seus apontamentos de aula da Língua Grega dos seus estudos na UEG – Universidade do Estado da Guabanara, hoje UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Quando esta universidade se envolveu com as circunstâncias vigentes em moda de corte de grade curricular, atrasos de pagamentos de salários e corte de pessoal em geral, notamos a importância de contar com a sua direção.

Enfim, de aluno tornei-me seu colega na Universidade Gama Filho. O Prof. Venicius não foi para mim, nem para o colega Mário Alexandre aqui presente, de quem também foi professor, "um professor de melancolia", que diria abanando a cabeça: "- Também tenho servido de agulha a muita linha ordinária!", como no livro *Várias Histórias,* no conto *Um Apólogo,* de Machado de Assis.

Gostaria de voltar um pouco mais no tempo. Para entrar como aluno para Gama Filho não só li o seu livro "Português Exercício", editado pela Liceu, 1969. Como também o usei em minhas aulas nesta instituição de ensino, a partir de uma reforma que transformou o português na disciplina "Expressão Oral e Escrita". Tenho de cor - além das lições bem estruturadas em exercícios práticos de ortografia, classes de palavras, morfologia, prosódia e ortoépia, pontuação etc.- suas interpretações de textos como *Roda Vida*, de Chico Buarque de Holanda; *As Pombas*, de Raimundo Correia; *Duelo*, (in Sagarana, pág. 139) João Guimarães Rosa; *Rio de Janeiro*, Ascenso Ferreira; *Círculo Vicioso*, Machado de Assis; *Candeeiro Familiar*, Jorge de Lima; o soneto *Aquela triste e leda madrugada...,* de Luís de Camões; *Três Cantos*, de Casimiro de Abreu etc.

O meu colega de turma na graduação, Prof. Mário Alexandre, quando soube desta singela homenagem, levou à minha residência sua obra *Elementos de Morfologia (Prática)*, além de se ler uma dedicatória, emblemática de um verdadeiro mestre, porque nunca falou *ex cathedra*, ou seja, embora detivesse saber suficiente para se investir dessa autoridade, era simples. Simples, como aquele pensamento de Pérsio, nas *Sátiras*: *Scire tuum nihil est, nisi te scire hoc sciat alter, o teu saber é nada, a não ser que outro aprenda isto que tu sabes*. (I, 27). A dedicatória era: *Para o Prof. Mário, com a simpatia intelectual de*. Encontramos aí uma outra parte de sua

trajetória profissional, anotada por ele mesmo: Mestrado em Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense; Titular de Língua Portuguesa das FIS; Titular de Língua Portuguesa das FICB, Professor de Língua Portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Gama Filho – onde, além do que já se comentou, acrescento as inúmeras aberturas de solenidades de formatura de professores de Letras, nos anos de sua direção.

Como a grade curricular encolhesse cada vez mais dos anos 90 para cá, o que, aliás, além de ameaçar nosso emprego no magistério, representava uma queda acadêmica no curso de Letras e, depois, se estendeu a todos os cursos de graduação. Degenerescência que cresceu de tal modo, que nos nossos dias atuais muitos cursos foram extintos, inclusive Letras. Toco neste assunto porque encontramos no Prof. José Venicius amparo e confiança. Certa feita, quando fecharam o curso de Latim para Direito, ele me chamou e perguntou se estavam pagando o salário, cuja turma era a última. É que durante anos eles admitiram até noventa alunos na disciplina e os que não estavam dispostos a estudar se escondiam atrás das colunas daquelas tradicionais salas do Prédio de Direito ou, então, não compareciam mesmo. Não havia tempo para fazer chamada corretamente. De natural, os que cursavam com seriedade, e sempre havia, começaram a perder o interesse, dada a multidão reunida para aulas. Pois bem, consultado se estava recebendo, disse que sim. Ele iria fazer um arrazoado para defender, este que agora era seu colega.

No semestre seguinte, ao receber o horário, a turma de Latim para Direito não constava mais. Mas ele já estava com uma apostila de seu uso e turmas de comunicação que reivindicava um professor de português da confiança dele. E eu fui escolhido por ele como este professor de sua confiança. Era assim que o Prof. José Venicius se relacionava com os seus subalternos, inspirando confiança, ouvindo suas dificuldades.

No ano 2002, ao ler meu artigo "A Importância do Latim nos *Curricula*", demonstrou entusiasmo e conseguiu inseri-lo na publicação do mesmo semestre, embora já tivesse seguido para o prelo o material de edição da revista UNIABEU.

Gostaria que estas palavras ficassem registradas nas atas da Academia Brasileira de Filologia e que, em dado momento, um ou vários associados leiam oportunamente os nomes completos dos familiares e amigos do Prof. Venicius presentes aqui, sábado, dia 27 de março de 2010. Eis as minhas palavras.

HOMENAGEM A NESTOR DORKHORN

Na sessão de junho de 2010, foi homenageado o Mestre NESTOR DOCKHORN.

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva

O Professor Nestor Dockhorn **(**1920 – 2010) criou não um convívio entre intelectuais mas um círculo de estudos e pesquisas que permitia, ou melhor, acolhia neófitos e veteranos de múltiplas áreas *em sentido restrito*, *stricto sensu.* Empenhava-se em fazer amizade com os departamentos universitários, em especial os de Grego, Latim e Alemão, com o objetivo de formar diálogos e círculos acadêmicos de estudos, sempre ciente de que, como diria Terêncio, *Heautontimoroúmenos,* (I, 1, 25) *homo sum*: *humani nihil a me alienum puto, sou homem: eu não considero alheio a mim nada do que humano*. Uma lição de Humanismo, no mesmo sentido que o dicionário eletrônico de Antônio Houaiss que afirma: *valorizava um saber crítico voltado para um maior conhecimento do homem e uma cultura capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana.*

Tamanho era seu esforço para se familiarizar com o parecer intelectual dos colegas acadêmicos. Nos congressos e simpósios, estava presente a cada seção, de segunda à sexta-feira e desde o horário inicial ao término das apresentações de diversos estudos, num esforço ímpar, apesar dos seus noventa anos, como pude testemunhar nos Congressos de Linguística e Filologia do grupo CIFEFIL – Círculo Fluminense de Filologia e Linguística.

Na tradicional mesa-redonda que presidia, a primeira foi em 2004, intitulada "A variante popular do latim (latim vulgar)", discorreu sobre "A necessidade de fazer transcrição fonética no estudo da variante popular do latim", partilhava comigo, Amós Coêlho da Silva, que abordei "Presença do latim", com Airto Ceolin Montagner - "A fantástica *Navigatio Sancti Brendani*", Eliana da Cunha Lopes - "Pompéia: um relicário do latim vulgar" e Rosalvo do Valle.

A última foi em 2009, a mesa-redonda se denominou "O latim em todos os tempos", mas já abalado por enfermidade, viu-se forçado a faltar, também dado o receio de familiares em relação a um surto de gripe que assolava a capital do Rio de Janeiro, pediu-me que lesse sua pesquisa sobre "Aspectos do texto latino da encíclica *Spe Salvi*, de Bento XVI".

Não me surpreendeu sua aplicação à leitura linguística de mais recente pesquisa de centros acadêmicos europeus importantíssimos. Mas ainda é notável o seu interesse pela linguagem eclesiástica, versada em latim, seu respectivo olhar filológico sobre registros latinos e sobre recentes assuntos da Igreja.

Tinha interesse por professores e alunos de grego e latim, português, francês e alemão e, nas suas pesquisas particulares, conforme o seu currículo registra: *e estudo contínuo e sistemático dos seguintes idiomas: árabe, hebraico, alemão, sueco, norueguês, holandês, dinamarquês, finlandês, quimbundo, ioruba, russo, polonês, suaíli, exirima.*

MEMÓRIA

CONFERÊNCIA REALIZADA NA ACADEMIA DE CIÊNCIAS, ARTES E LETRAS DO CEARÁ, LOCALIZADA NO RIO DE JANEIRO (1994)

ANTÔNIO NUNES MALVEIRA
(PEDRO II e ABRAFIL)

Leonardo Ferreira da Mota nasceu em Pedra Branca, no dia 10 de maio de 1891, sendo seus pais, Leonardo Ferreira da Mota e Maria Cristina da Silva Mota. Terminou o curso de preparatórios no Liceu do Ceará, em 1909, depois de seus estudos em escolas primárias de sua cidade natal, bem como no Quixadá, no Seminário de Fortaleza, 1903, no Colégio São José, do Mosteiro de São Bento na Serra do Estevão- 1904 a 190. Frequentou as Faculdades de Direito, do Ceará e do Rio de Janeiro, bacharelando-se nesta em 1916, cujo curso interrompeu por necessidades econômicas, indo lecionar em Guaramiranga e no Ipu.

Naquela cidade fundou o jornal Gazeta do Sertão em 1913, prova evidente de sua vocação para a imprensa. De volta a Fortaleza foi redator do Correio do Ceará e diretor da Gazeta Oficial. Pertenceu ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras.

Leonardo Ferreira da Mota ocupa posição *ex cathedra* em nossas letras e, que, desde cedo se preocupou com as nossas tradições, estudando provérbios, crenças, contos, canções populares, numa época, em que a maioria dos intelectuais brasileiros se apegavam à cultura clássica, como fonte de conhecimento. Era um homem, segundo aos autores, desprendido de certos requintes, inseridos na alma vaidosa do cidadão de formação superior.

Muitos, e não eram poucos, os que fugiam do povo; e distanciavam-se dele; e quem assim o fizesse não produziria obra autêntica, de acordo com a concepção ainda reinante na época.

Leonardo Mota, não, acercava-se da classe humilde, brasileiros, como nós outros, porquanto ali se achava a fonte da espontaneidade, da poesia e da beleza, as raízes de uma linguagem que não devia perder-se no tempo e no espaço- era indispensável registrá-la para a posteridade. E ele o fez com o carinho do pesquisador, com a paciência do cientista que coloca a Pátria acima dos homens, das vaidades, cuja essência é instável e, por isso, mais cedo ou mais tarde, perder-se-á no turbilhão do tempo. Só a verdade permanecerá pra testemunhar o avanço das civilizações.

Quem ler suas obras com olho clínico, percebe nitidamente que Leonardo Mota tinha uma intuição linguística, muito além de seus contemporâneos, por isso, penetrou na seara dos estudos filológicos, entendendo que as palavras de uma língua

nascem, desenvolvem-se, debilitam-se e morrem, como tudo que está sujeito ás leis da criação.Mas muitos vocábulos lutam pela vida, se reproduzem e deixam atrás de si derivados.

No entanto, outros se diluem na ampulheta do tempo, sem descendentes para o futuro, o que, somente com o passar, às vezes, dos séculos o filólogo arguto, atendo aos fenômenos linguísticos, procura compor fatos que, às mais das vezes, não é mais possível, porque com eles se foram os falantes.

Até a língua triunfante que sai intacta de suas lutas políticas, econômicas e sociais, apesar de idioma vitorioso, não deixa de levar as marcas da resistência na sua alma vocabular.

Compreendeu, ainda cedo, no seu tempo, que os idiomas se submetem às ações sociais; e graças a essa intuição linguística, a esse voo de sonhador, ele saiu pelo sertão registrando um patrimônio que já transpôs, creio eu, os umbrais de nossas fronteiras. Para analisar sua obra, com critério, à luz da ciência, é imprescindível que o crítico tenha uma formação específica, sólida, abrangente, meditada, sem o que poderá chegar a conclusões estranhas à ciência da linguagem.

O título de suas obras é simples, tão simples como as verdades eternas, que resistem ao debate das ideias e das filosofias. Leonardo Mota foi, sem dúvida, um pesquisador, e, como tal, mergulhado no seu mundo, e nas suas investigações contínuas passou sua existência, não como um substitutivo da vida em si, mas como uma manifestação vocacional, sempre à procura dos valores folclóricos, através do pendor literário que soube usá-los a serviço de uma cultura variada e múltipla.

Ele soube especular, aliás, com perspicácia, desvendar, descobrir os fenômenos de uma cultura que ele se dispôs a estudar, observando o processo lógico e linguístico dos fatos e, para isto, não basta a inteligência, porém é indispensável que a mente aceite logicamente a existência do objeto. E esse sentido racional e intuitivo nunca lhe faltou em suas observações ao longo de seus trabalhos de pesquisa.

Em Sertão Alegre ele demonstra, aliás, com minúcias os costumes da vida camponesa, com seu espírito poético e criativo. E entre as poesias populares de que se compõe o volume, destacamos esta:

POBRE NÃO É GENTE

I

A vida da gente pobre
Padece, não tem altura...
A vida da gente rica
Arregada e tem fartura

II

O rico levanta cedo,
Toma café com mistura...

O pobre bebe garapa
Quase sempre sem doçura

III

A sobremesa do rico
Marmelada e rapadura...
O doce da gente pobre
Miolo de abóbora madura

IV

A roupa de gente rica
Fazenda boa que dura
O trapo de gente pobre
É só remendo de costura.

A gente simples e iletrada tem inegavelmente uma habilidade especial em dizer as coisas. Com que original artifício mnenômico os praieiros fazem saber a época em que os caranguejos engordam - nos em meses em que não têm R: maio, junho, julho e agosto.

O velho Zezinho, vigia do açude de Parelhas, dizia que neste mundo há três vozes que estremecem o homem: morte, prisão e casamento. Percorrendo-se o volume, percebe-se quão ingênuo e sem maldade eram aqueles homens viventes em contacto direto com a natureza.

Quando foi inaugurada a estátua em homenagem ao Padre Cícero, um romeiro irritado, olhando o bronze do monumento, desabafou: "isto é desaforo, meu padrinho Cícero num foi desta cor".

Mais diante, registra Leonardo Mota outra passagem, prova cabal da ingenuidade do nosso caboclo.

Conta-se que, certo domingo, depois do almoço o Padre Vicente Bezerra, fazia sua sesta, quando alguém foi chamá-lo:

– Seu Vigário tem gente esperando vossa senhoria na matriz.

– Quem é? – Perguntou o vigário, certamente meio aborrecido.

O paroquiano respondeu:

– Os noivos.

– Quem são eles? Outra vez interrogou o Padre; respondeu o cristão:

– Os nomes não sei, não; só sei que a noiva é uma moça do Riacho Fundo e o noivo é um rapaz da Madeira Cortada.

Leonardo Mota ouviu dezenas de cantadores, ao longo do sertão e selecionou os nomes mais expressivos talvez, inclusive alguns desprovidos de visão, como o cego Aderaldo e outros, de renome nacional. Os cegos tocavam sua rabeca, e os demais eram violeiros. Tocavam eles como menestréis medievais, pondo o instrumento na altura do peito e não do queixo. Uma permanência denunciadora da indiscutível antiguidade.

Para Alceu Amoroso Lima, um dos maiores críticos literários desse século, Leonardo Mota teve o grande mérito de apresentar esses artistas ao Brasil, tirando-os do anonimato em que eles se encontravam.

Segundo Câmara Cascudo, Leota foi um processo incomprimível de exteriorização regional e consciente de permanência no solo, sentindo-se (é mais difícil que o nascendo-se) do Ceará pela exaltação de sua fauna e de sua flora, bárbara e sugestiva, de contadores, de violeiros, de anedotários, de alegrias serenas e pobres, aquelas alegrias públicas e oficiais.

Como se vê, o velho Machado como sempre, um dissecador da psique humana, pois sabemos que o risco do homem simples, do camponês que assiste diariamente ao investir dos redemoinhos, ao bulício da folhagem é espontâneo, descontraído, diferente, em todos os aspectos, do riso sufocado e reprimido, daqueles que, presos às etiquetas sociais sacrificam a naturalidade, característica marcante dos seres humanos.

"Leonardo Mota teria dois horizontes para seu voo: - o interesse pelo cearense sertanejo, comum, diário, obstinado em viver, l'uomo que *qualúnquer*, e o leve, mas constante travo de humor, em prosa e em verso, teimosa gota de orvalho na laje que o verão esbraseara".

Esta gota de orvalho de que fala Cascudo sempre foi companheira dos velhos cavaleiros andantes pelas madrugadas do sertão seco e desafiante. Em pleno estio, com árvores despidas, crestadas pela canícula, cujas imagens parecem assemelhar-se a uma catástrofe ecológica, o viajante beneficia-se desse fenômeno que sepulta o torpor do espaço que lhe antecedera a partida.

Leonardo Mota, perlustrando os sertões, sentiu essa delícia que a natureza oferece em curto espaço de tempo ao homem vivente nos longínquos recantos de sua terra natal. Aqueles que residem de costas para o sertão, abraçados ao mar, nem sequer, imaginam os momentos poéticos, estéticos, que a natureza oferta, como recompensa entre os que desfrutam o clima da praia e da montanha, e aqueles que sofrem os rigores do solo queimante.

Mota analisou os temperamentos diversos, os jovens arrogantes, impetuosos, muitas vezes, arredios às situações locais, e o velho cantador que satirizava os costumes. Se não fosse ele, essa poesia saborosa e natural da alma popular que se verifica desde o título de suas obras teria morrido para sempre, mas ele destruiu a catacumba dessa beleza artística, cujo acervo, em nossos dias, é fonte de pesquisas para teses de concurso, de mestrado, doutorado, de Cátedra, como ocorreu com o ilustre cearense e

filólogo, Dr. Clóvis Monteiro, em 1933, quando disputou a Cátedra de Português no Colégio Pedro II, com a Linguagem dos Cantadores.

"Leite de Vasconcelos, em Opúsculos, volume II, página 58, afirma: a moderna língua dialetal é em parte conservação das primitivas fases, em parte evolução do que a literatura fixou em obras imorredouras, e quase sempre por consequência a vergôntea viçosa de um tronco fecundo e antigo. Nada mais de insultos contra ela. "E continua na página 77. É nestes textos populares que melhor se pode apreciar a linguagem do vulgo em todo o seu colorido emocional e ao mesmo tempo a sua naturalidade simples".

Mello Moraes Filho diz que nos costumes nativos de nossas populações campesinas há uma face amena e pitoresca que verdadeiramente delicia o artista que se ocupa desses assuntos". Em nosso entender trata-se de uma verdade, uma vez que é na intimidade desse povo inculto, na convivência com ele que melhor se pode estudar a nossa índole, nosso caráter nacional, deturpado nos grandes centros por uma pretendida e falsa civilização que tudo nos leva, desde as noites sem lágrimas até os dias sem combate".

Não se diga que somos um povo sem tradição e sem passado e, além do mais, que não temos costumes próprios como qualquer nação do mundo desenvolvido. Temos uma cultura material e espiritual, com suas múltiplas variedades, em todas as regiões do país, que deve ser preservada, com denodo, antes que as forças alienígenas que embotam dia a dia a alma da nossa juventude, a reduza a cinzas dentro da nossa própria história.

Investigando-se pacientemente a obra de Leonardo Mota vemos que ele mesmo era o sertão, com seus mistérios, com sua mágica, com noites enluaradas, com suas canções nascentes, o caboclo ora pessimista, ora hilariante, dependendo da fisionomia da natureza que tem, de quando em quando, o poder de moldar as reações humanas. Ele podia, como poucos, neste país, afirmar como Montaigne: "Je suis moi même La matière de mon livre". O seu testemunho, o legado que deixou aos estudiosos do passado, do presente e do futuro, é a história dos nossos conterrâneos sofridos, heróico que constroem sonhos, destruindo pedras.

Todos os trabalhos nascidos no seu intelecto ao vierem à tona receberam o apoio da crítica especializada, compondo peça fundamental e vital da cultura nacional. Foram vários, cuja essência não há sombra de dúvida, e, por isso, achamos desnecessários enumerá-los, analisá-los de per si, para não cansar a inteligência desta colenda assembleia. Resolvemos nos deter um pouco na obra *post mortem*, Adagiário Brasileiro, estudos de Paremiologia Comparada, obra desaparecida depois de seu falecimento, nas graças aos seus filhos Moacir e Orlando Mota, através de presciente trabalho de reconstrução que durou 15 anos, temos hoje à mão esse monumento cultural. Jamais se encontrou o original perdido, mas nos resta a esperança de que um dia a cultura brasileira sorria diante de sua ressurreição.

Por último, em 02 de janeiro de 1948, na Rua Joaquim Távora, um sobradão enchia-se de gente, e os sinos da Igreja do Sagrado Coração de Jesus tocavam, badalavam tristemente, Leonardo Mota havia falecido.

E creio que se tivesse escolhido sua inscrição tumular, diria: nasci e vivi no Ceará; e se Deus permitisse a minha volta, gostaria de viver nele, e, novamente morrer nele, neste torrão que tem o perfume da eternidade.

NOTICIÁRIO

ELEIÇÃO NA ABRAFIL – BIÊNIO DE MAIO DE 2010 A MAIO DE 2012

Em sessão solene de abril de 2010, foi eleita a nova diretoria da Academia Brasileira de Filologia, assim constituída:

PRESIDENTE – ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO

VICE-PRESIDENTE – RICARDO STAVOLA CAVALIERE

PRIMEIRO SECRETÁRIO – AMÓS COÊLHO DA SILVA

SEGUNDO SECRETÁRIO – EDILA VIANA DA SILVA

TESOUREIRO – JOSÉ MÁRIO BOTELHO

BIBLIOTECÁRIO – MANOEL PINTO RIBEIRO

RELAÇÕES PÚBLICAS – JOSÉ PEREIRA DA SILVA

HOMENAGENS A ACADÊMICOS DA ABRAFIL E PALESTRAS REALIZADAS EM 2010

Na sessão de março de 2010, o Prof. Amós Coêlho da Silva prestou homenagem póstuma a José Venicius Marinho Frias, que ocupou a cadeira 22, cujo patrono é Capistrano de Abreu.

Em abril de 2010, procedeu-se à eleição da nova diretoria da ABRAFIL.

SESSÃO DE 22-5-2010

HOMENAGEM A NESTOR DOCKHORN – A Prof.ª Edila Viana da Silva discursou em homenagem póstuma a Nestor Dockhorn. A seguir, os acadêmicos Amós Coêlho da Silva e José Pereira da Silva enalteceram o trabalho do ilustre colega. Foi entregue à viúva do homenageado, Sr.ª Maria Helena C. Dockhorn, o Diploma de Mérito Cultural.

HOMENAGEM A CELSO CUNHA

O acadêmico Antônio Martins de Araújo dissertou sobre *Celso Cunha, filólogo plural*, com intervenção do Prof. Leodegário de Azevedo Filho, que, acompanhou por longo período, o trabalho do grande linguista e filólogo que completaria 90 anos em 2010. A professora Cilene Cunha Pereira, organizadora da *Miscelânea em honra à memória do homenageado*, agradeceu a lembrança e a homenagem a seu pai.

O acadêmico José Pereira da Silva noticiou que o Círculo de Estudos Filológicos e Linguísticos irá prestar em agosto, na UERJ, homenagem a Rocha Lima, com a publicação de textos dispersos do saudoso mestre.

ELEIÇÃO DE ACADÊMICA – A professora Luiza Leite Bruno Lobo foi eleita, com 34 votos, para a vaga da cadeira 22, cujo patrono é Capistrano de Abreu.

SESSÃO DE JUNHO DE 2010 – HOMENAGEM A OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA

Em 26.6.2010, relembrando os onze anos de falecimento do Prof. OLMAR GUTERRES DA SILVEIRA, professor emérito e antigo Titular de Língua Portuguesa da UERJ, os professores Horácio Rolim de Freitas e Manoel Pinto Ribeiro ministraram palestra em que realçaram a figura do extraordinário mestre.

POSSE DE ACADÊMICOS

Em 14 de agosto de 2010, na Capela Ecumênica da UERJ, às 16,00 h, tomaram posse as novas acadêmicas EDILA VIANA DA SILVA, na cadeira 37, cujo patrono é Mendes de Aguiar, e Luiza Lobo, na cadeira 22, patrono de Capistrano de Abreu. A professora Edila foi apresentada pelo vice-presidente da ABRAFIL, professor Ricardo Stavola Cavaliere, e a mestra Luiza Lobo pelo acadêmico Manoel Pinto Ribeiro. Após a solenidade, foi servido um coquetel.

Na sessão de setembro, o confrade Carlos Eduardo Falcão Uchôa pronunciou uma palestra sobre o grande linguista e filólogo Joaquim Mattoso Camara Jr., com o tema *A contribuição de Mattoso Camara Jr. aos estudos linguísticos no* Brasil.

Também esteve presente a Prof.ª. Dr.ª Maria Lúcia Mexias-Simon que dissertou sobre a necessidade de retomar as discussões a respeito da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Em 22 de outubro de 2010, O Prof. Amós Coelho da Silva, relembrando o grande filólogo Junito de Souza Brandão, dissertou sobre *O mito e os filósofos*. A seguir, a Prof.ª Maria Terezinha Bittencourt ministrou uma palestra sobre o tema *Norma linguística*.

Para novembro, estão programadas duas palestras: 1. *Língua e Estilo de Eça de Queirós* – Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho; 2. *Edição crítica da obra de Joaquim Mattoso Camara Jr.* – Prof.ª Nilda Cabral.

VI FESTIVAL DE LITERATURA DO GEIA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Convidado pelo Dr. Jorge Murad, presidente do Conselho da ONG GEIA, de São Luís do Maranhão, o Prof. Antônio Martins de Araújo posa à direita da professora Josilene Maia, coordenadora do Festival de Literatura de São José de Ribamar, rodeados de monitores do evento. No Liceu Ribamarense, o professor Antônio Martins falou sobre a vida e a obra de Sousândrade, para cerca de trezentos alunos de escolas do fundamental desse município, situado no outro extremo da capital maranhense. O evento ocorreu em 25, 26 e 27.8.2010.

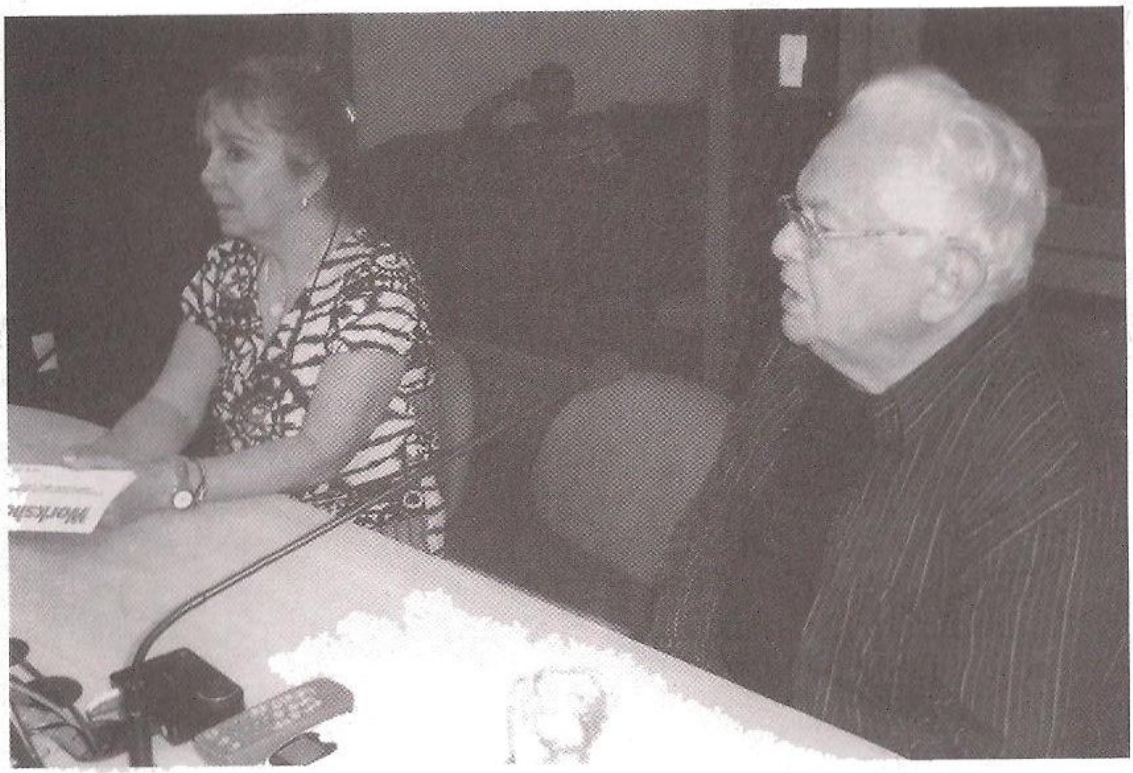
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Em Brasília, no auditório do Itamaraty, nos dias 26, 27 e 28.7.2010, foi realizada a *Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial.*

Atendendo a convite do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, dela participaram Antônio Martins de Araújo, Evanildo Bechara e Domício Proença Filho, representando a Academia Brasileira de Filologia.

As conferências foram pronunciadas exclusivamente pelos filólogos e linguistas estrangeiros. Os demais puderam formular perguntas ou apresentar sugestões. O professor Antônio Martins de Araújo participou com "Dados para exame".

CURSO NO ACRE



Da esquerda para a direita, a professora Luísa Galvão Lessa, autora do Atlas Linguístico do Acre e dialetóloga de renome internacional, ao lado do acadêmico Antônio Martins de Araújo, quando em entrevista concedida à televisão de Rio Branco, anunciavam a programação da Semana de Letras: vinte anos de memória no vale do Juruá, promovida pela Universidade Federal do Acre, no campus avançado de Cruzeiro do Sul. Entre os oito minicursos de oito horas de duração, destaque para o ministrado pelo presidente da ABRAFIL sobre Literatura Amazônica e sua conferência, no dia 16 de outubro de 2009, sobre a Poética de Maranhão Sobrinho – um jogo de dados.

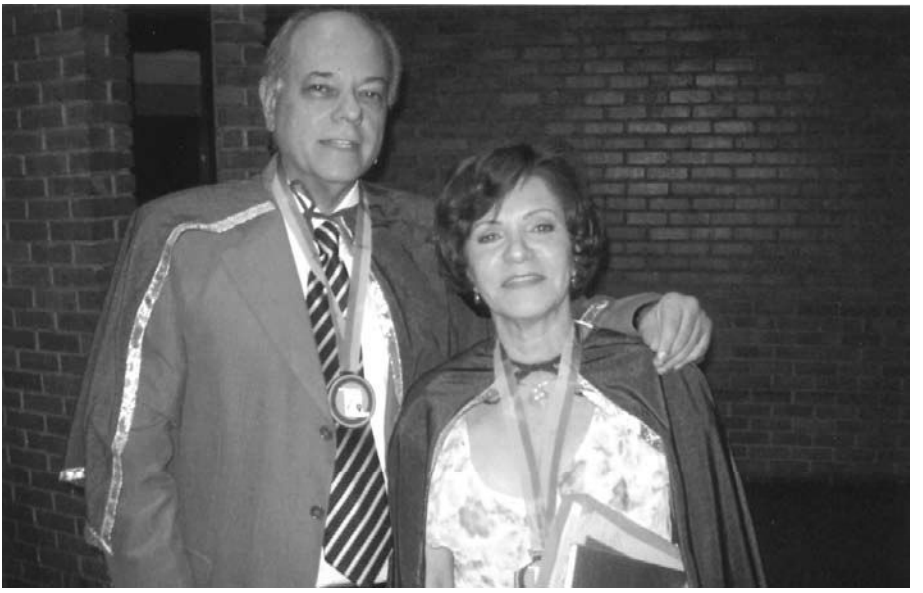
CONGRESSO INTERNACIONAL DE LÍNGUA E LITERATURA DA ABRAFIL

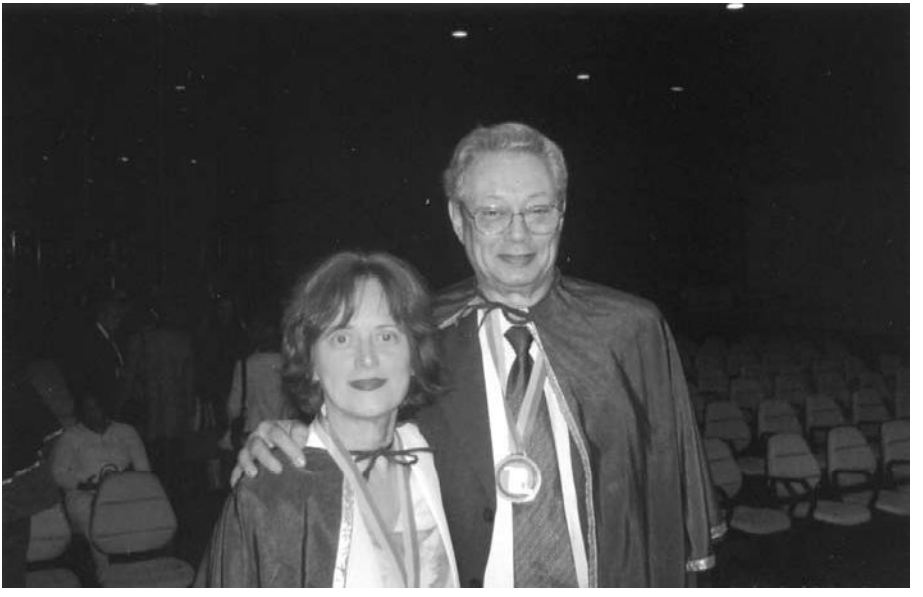
Está programado pela ABRAFIL, para a terceira semana de julho de 2011, um congresso internacional de Língua e Literatura, a ser realizado na sede das faculdades CCAA, no bairro de Riachuelo, no Rio de Janeiro.

FOTOS DE EVENTOS

Em 14.8.2010, às 16,00 h, na posse de Edila Viana e Luiza Lobo, veem-se Leodegário de Azevedo Filho, Amós Coêlho da Silva, Antônio Martins de Araújo, Edila Viana da Silva e Ricardo Stavola Cavaliere.

19/02/2





19/02/2010

19/02/2010

17/04/2010

01/01/2010